UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós- Graduação em Geografia Humana

Luciana de Jesus Sá Teles

Modernização e mobilidade do trabalho
Migrantes qualificados como tecnocratas do Estado em Porto Velho, Rondônia
(1990 a 2012)

Versão Corrigida

São Paulo

2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós- Graduação em Geografia Humana

Modernização e mobilidade do trabalho
Migrantes qualificados como tecnocratas do Estado em Porto Velho, Rondônia
(1990 a 2012)

Luciana de Jesus Sá Teles

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia Humana, do
Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para a obtenção do
título de mestre em Geografia

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

São Paulo

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

T269m Teles, Luciana de Jesus Sá
Modernização e mobilidade do trabalho. Migrantes qualificado como Tecnocratas do Estado em Porto Velho, Rondônia. 1990 a 2012 / Luciana de Jesus Sá Teles ; orientador Heinz Dieter Heidemman. - São Paulo, 2014.
145 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. migração. 2. trabalho. 3. Rondônia. 4. território. 5. região. I. Heidemman, Heinz Dieter, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Candidata: Teles, Luciana de Jesus Sá

Título: Modernização e mobilidade do trabalho - Migrantes qualificados como tecnocratas do Estado em Porto Velho, Rondônia (1990 a 2012)

Data de aprovação ____/____/____

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação do Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann, avaliada pela seguinte banca examinadora:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. (orientador) _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. (a) Dr.(a) _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

Prof. (a) Dr. (a) _____ Instituição _____

Julgamento: _____ Assinatura _____

São Paulo

2014

A José (em memória)

Florinda e Ítalo

Migrantes

E meus amores número um

Agradecimentos

Nós estamos sempre percorrendo caminhos e sempre tem muita gente passando por ele também, no meu, tive a sorte de encontrar muitos acompanhantes que deram incentivo pra poder chegar neste novo começo, pois a Terra é “redonda”!

Primeiro agradeço a pessoa que foi quem me possibilitou estar aqui hoje, minha mãe, Florinda, por ter me acolhido de volta a São Paulo em 2010, de mala, cuia e filho e ter tido paciência de me aguentar em sua casa por mais de dois anos, dividindo minhas inseguranças e sempre me apoiando e me ajudando em tudo o que podia. Eu sei que não é por ser mãe que você teria qualquer obrigação, assim fico mais feliz ainda pois sei que age assim por ser uma mulher muito porreta e por ter um coração onde cabem todos os sonhos. Desde que comecei a sonhar você sempre acreditou que o próprio sonho já era uma realidade, por isso você é minha migrante mulher favorita!

Margarida Maria de Andrade, Professora Margarida querida, mais uma pessoa que tive a sorte de encontrar, e que em todos os momentos dessa minha história de mestrado foi acolhedora, generosa, absolutamente disponível pra conversar sobre a pesquisa, me ajudando e construindo comigo um pensamento, assumidamente cheio de indagações e as vezes inseguranças e incertezas, mas com uma tranquilidade de saber que estamos em processo de construção e que cada fase é uma fase. Agradeço pelas leituras que fez desde meu projeto, pela participação na banca de qualificação, e na orientação quase semanal, durante os momentos que pudemos nos encontrar com frequência. Lembro também a adorável companhia nos nossos percursos de metro para o CEM, nos encontros no Grupo de Estudos de Lefebvre, e por todos os papos “extras”, sobre as coisas da vida, que sempre tiveram espaço e me faziam muito bem.

Aproveito pra agradecer também a querida Fabiana Valdosky, amiga desde a graduação e que foi a primeira com quem conversei sobre a possibilidade de prestar o mestrado, seu incentivo foi o que me encorajou a “arriscar”. E também a Lucianinha (Luciana Borges), que é uma inspiração!

Quero lembrar a importância de ter participado do Grupo de Estudos da obra de Henri Lefebvre com a Prof. Margarida e com os colegas, Rafael Pádua, Aluísio, Pedro, e no Grupo de Estudos Migratórios do CEM-USP com Dirceu Cutti, Berenice, Ana, Dulce e a Professora Lea Francesconi, pelas trocas nos grupos, onde aprendi muito e onde pretendo continuar. Agradeço especialmente a Lea pela ajuda no processo de ingresso no mestrado.

Na participação do Grupo de Estudos Crítica Radical o “grupo de sexta”, coordenado pelo Professor Dieter, conheci a turma grande, jovem, animada e altamente questionadora. Com vocês passei horas de leituras e outras de conversas, me esforçando pra chegar na maneira (pra mim nova) de lidar com nossos objetos de estudo. Como água mole em pedra dura... acredito que tenha sido fígada pelo pensamento da crítica radical. Valeu a convivência com vocês Carol, Fábio, Cássio, Erick, Teresa, Daniel, Renatinha, obrigada a todos e a todas e ao Carlão (Prof. Carlos Almeida Toledo), que além dos encontros no grupo também me ajudou desde o projeto de mestrado, participou da minha qualificação, contribuindo com várias ideias e opiniões, além de ter me ajudado durante o processo de escrita da dissertação o que foi um incentivo essencial, diminuindo no diálogo muitas das minhas aflições e dúvidas.

Ao povo de Rondônia, tenho muita gente pra agradecer, primeiramente os migrantes que entrevistei para o trabalho de pesquisa, todos muito receptivos e disponíveis para contribuir,

obrigada pela confiança em me fornecerem as informações necessárias para este trabalho da forma mais sincera, sem vocês ele não seria possível.

Agradeço também aos órgãos que eu mantive contato e aos funcionários que se esforçaram em ajudar até onde conseguiram, mesmo não tendo sucesso em todas as informações que pensei que acessaria, agradeço pela intenção.

Às minhas queridas amigas Marcela e Franciane (Aninha) que nos dois trabalhos de campo me acolheram em suas casas, e não deixaram faltar o açaí e o peixe pra minha felicidade. Agradeço também as suas famílias sempre tão acolhedoras e divertidas, e pelos papos nas noites quentes de Porto Velho.

Ainda em Porto Velho, agradeço a todos os colegas de trabalho, chefias, companheiros do Comitê de combate ao Fogo, do Programa Pré-Seca, do Sipam Cidade. E aos amigos, que fiz por lá durante o período de residência, muitos que hoje já estão em outros estados e até outros países. A convivência com vocês foi sempre muito importante para mim, como profissional, e ainda hoje é como pesquisadora e como pessoa, foram muitos aprendizados que sempre levarei comigo. Agradeço a Ana, Taise, Thiago, Ernesto, Leda, Juliana, Neumar e todos os demais!

Aos meus irmãos Ri e Dario e irmãs queridas Zeza e Mel, meus cunhados e cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, um agradecimento especial, pois com eles sei que posso contar a toda hora e comemorar todas as alegrias! E as minhas queridas amigas Surya, Gislaine, Soninha, Helô, Ariane, Alessandra, Virgínia, Diana, Angela, Fabi Munhoz, Kelly, Patrícia, Edina, Vera, Marlete e tantas outras mulheres que acompanharam minhas crises e alegrias nesse período de descobertas e aprendizados, sempre ajudando a fazer limonadas com os limões. Valeu meninas!

Ao meu “sócio” Denis Rivas, que a sua maneira “Denis” de ser, sabe ser solícito nas horas certas.

Aos meus amigos do peito, Nedir, Alex, Gustavo, Francisco, Danton com os quais os encontros são sempre muito bons, trazendo aquele sentimento de irmandade e alegria por passarem tantos anos e continuarmos firmes na amizade e nas lutas!

Agradeço muito, ao Professor Dieter Heinz Heidemann, meu orientador, por esses anos de convivência, pela tranquilidade e confiança que sempre demonstrou por mim, pelo incentivo as minhas ideias, que as vezes nem eu mesma acreditava e ele sempre me ajudou, com toda paciência, a encontrar os ritmos, obrigada pela sua coragem de nos dar liberdade para pensar. Você é o meu imigrante número um!

Tenho muito a agradecer ao Jaime Soares, por ter sido muito parceiro nesta fase (da vida e do mestrado), tanto nas amenidades do dia a dia, quanto nos pensamentos críticos, econômicos, políticos, passando pela música, pela culinária, pelos livros, pela dança, pelas brincadeiras e pelo vídeo-game do Ítalo... Sem você este período teria sido muito menos divertido. Obrigada querido por me lembrar todo dia que temos direito a alegria e a fruição e por nestes últimos dias, assumir o papel de revisor, motorista e anjo da guarda. Gratidão.

Enfim, agradeço ao meu filho querido, Ítalo, por ser um adolescente tão compreensivo, tão companheiro e tão carinhoso. Obrigada por me dar toda essa tranquilidade, você é terapêutico pra minha vida.

Registro ainda meus agradecimentos ao CNPq, aos funcionários do Departamento de Geografia e da Administração da FFLCH, sempre solícitos, e a todos que contribuíram ou me apoiaram nesta pesquisa e que por acaso eu tiver sido injusta em não citar.

Obrigada a todos e todas novamente!

Resumo

TELES, Luciana de Jesus Sá. Modernização e mobilidade do trabalho: Migrantes qualificados como tecnocratas do Estado em Porto Velho, Rondônia (1990 a 2012). Dissertação de Mestrado. São Paulo. Faculdade de Filosofia. Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

Nesta pesquisa discutimos a temática de um tipo de migração hoje existente no Brasil, procurando analisar criticamente os movimentos de grupos sociais associados ao “desenvolvimento” atual do capitalismo brasileiro. A proposta foi estudar os trabalhadores migrantes com formação em nível superior que foram para o município de Porto Velho, no estado de Rondônia, entre os anos de 1990 e 2012 e que ali tenham permanecido. Procuramos compreender a influência destes na redefinição da dinâmica social da sociedade que os acolheu. A capital do estado de Rondônia, Porto Velho, acolheu diversos trabalhadores dos setores público e privado neste processo e a intensidade desta migração foi o que primeiramente despertou o interesse da presente pesquisa. O fluxo de trabalhadores especializados demandados para ocupar os quadros necessários para a instalação de órgãos, a implementação de políticas e a efetivação de projetos também chamaram a atenção para o fenômeno e a inclinação para o estudo sobre o tema. Para ilustrar a importância e a velocidade dessa recente institucionalização, que significou a inclusão de Rondônia nos moldes da modernização capitalista, salienta-se a criação e reestruturação de uma ampla gama de órgãos, projetos e programas estatais federais que atraíram os migrantes qualificados (que são o foco desta pesquisa) e nos auxiliarão na exposição da sua problemática. O objetivo geral proposto é apurar como caracteriza-se a formação dos grupos de migrantes no interior da assim chamada classe média brasileira, e como esta representa a materialização de uma identidade social correspondente ao que havia sido estabelecido em outras regiões do país em que o Estado já fora implementado. Pensamos que esta classe média, corporificada na burocracia e na tecnocracia, contribuiu com a atuação de forma sistemática como migrantes qualificados/especializados, na implementação de instituições do Estado, permitindo a reprodução da forma capitalista de desenvolvimento social, político e econômico em Rondônia.

Palavras – chave: Migração qualificada – Mobilidade do Trabalho – Rondônia –

Burocracia – Classe Média – Região Amazônica – Crise – Modernização

Abstract

TELES, Luciana de Jesus Sá. Modernization and labor mobility: Migrant qualified as technocrats of the state in Porto Velho, Rondônia. (1990 -2010). Dissertação de Mestrado. São Paulo. Faculdade de Filosofia. Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014.

In this research, we will be looking at a specific kind of a migration that exists in Brazil nowadays, critically analyzing the movements of social groups associated with the current "development" of Brazilian capitalism. The purpose was to study migrant workers with higher education who migrated to the city of Porto Velho, State of Rondônia, between the years 1990 and 2012 and have remained there. We look forward to understanding the influence of these workers on the redefinition of the social dynamics of society that had welcomed them. The capital of the state of Rondônia, Porto Velho, hosted many workers in the public and private sectors in this process. The intensity of this migration was what first awaken interest of this research. The flow of skilled workers demanded to occupy the positions required for installation of public organs, politics implementation and execution of projects also drew attention to the phenomenon and the inclination to study on the subject. To illustrate the importance and the speed of this recent institutionalization , which mean the inclusion of Rondônia along the lines of capitalist modernization , emphasizes the creation and restructuring of a wide range of agencies , projects and federal government programs that have attracted skilled labors migrants (who are the focus of this research) and assist us to expose this question. The overall goal is to determine how the formation of immigrant groups, in the so-called Brazilian middle class, is characterized. In addition, how this is the materialization of a corresponding social identity already established in other parts of the country, in which the state has already been implemented. We believe that this middle class, embodied in bureaucracy and technocracy, contributed to the performance in a systematic way skilled migrants / expertise in the implementation of state institutions, enabling the reproduction of the capitalist form of social, economic and political, development in Rondônia.

Words - Key Qualified Migration - Labour Mobility - Rondônia - Bureaucracy - Middle Class - Amazon Region - Crisis - Modernization

Lista de Siglas

CAERD – Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia

CENAP – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros (ICMBio)

CODARON – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Rondônia

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

FLONA – Floresta Nacional – modalidade de UC federal ICMBio

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (MMA)

IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (MMA)

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (MDA)

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas

ISO – Organização Internacional para Padronização (sigla em inglês)

MMA – Ministério do Meio Ambiente

PAC I – Plano de Aceleração do Crescimento I

PAC II – Plano de Aceleração do Crescimento II

Planafloro – Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia

Polonoroeste – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria

SESC – Serviço Social do Comércio

SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia (Ministério da Defesa)

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

RESEX – Reserva Extrativista - modalidade de UC federal - ICMBio

UC (UCs) – Unidades de Conservação (Ambientais) – podem ser federais ou estaduais

UNB – Universidade de Brasília

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Rondônia- Extração de Madeira	76
Gráfico 2 – População Rondônia	113

Lista de Anexos

Anexo 1 – Roteiro da entrevistas.....	142
Anexo 2 – Mapa – Zoneamento Econômico Ecológico.....	143
Anexo 3 – Mapa – Desmembramento Municípios de Rondônia.....	144
Figura 1 – Amazônia – Limite da Bacia Hidrográfica	82

Sumário

Agradecimentos.....	5
Resumo.....	8
Abstract.....	9
Lista de Siglas.....	10
Lista de Gráficos.....	10
Lista de Figuras.....	10
Introdução.....	13
Capítulo 1 – Estado, Classe Média e Burocracia.....	20
1.1 Estado Ampliado, Sociedade Política e Sociedade Civil.....	20
1.2 Burocracia e Tecnocracia.....	32
1.3 Classe Média e Ideologia.....	38
1.4 Elementos da Mobilidade do Trabalho na Sociedade Capitalista.....	40
Capítulo 2 – Rondônia: estado de migrantes.....	54
2.1 Histórico de Rondônia.....	54
2.2 Polonoroeste e a consolidação do estado de Rondônia.....	61
2.3 Planaflores e a burocracia técnica.....	67
2.4 Novos Planos para Rondônia – PAC I.....	76
Capítulo 3 – Migrantes qualificados em Porto Velho, mobilidade do trabalho para Rondônia.....	82
3.1 Perfil dos Migrantes qualificados em Porto Velho, Rondônia.....	82
3.2 Mobilidade do trabalho “em” Rondônia e “para” Rondônia.....	85
3.3 O papel (participação, função) estratégico dos migrantes na legitimação das estruturas de Estado em Rondônia.....	98
3.4 Contradições de migrantes mobilizados pelo capital na reconstrução de identidades: apologias à permanência, justificativas ao retorno.....	101
3.5 Trabalhador migrante, migrante qualificado ou tecnocrata de classe média.....	109
Considerações Finais.....	133
Bibliografia.....	135
Anexos.....	140

Introdução

Esta pesquisa teve como temática a migração hoje existente no Brasil, procurando analisar criticamente os movimentos de grupos sociais associados ao “desenvolvimento” atual do capitalismo brasileiro. Porém, não podemos afirmar que chegamos a um objetivo final, pois o percurso trouxe de fato mais questionamentos e a abertura de um leque de perspectivas e informações. Este momento da dissertação é então, o de interrupção deste movimento de ampliação do leque, para poder analisar a construção que foi possível até agora.

A proposta foi estudar os trabalhadores migrantes com formação em nível superior que foram para o município de Porto Velho no estado de Rondônia entre os anos de 1990 e 2012 e que ali tenham permanecido, procurando compreender a influência destes na redefinição da dinâmica social da sociedade que os acolheu.

O período estudado, iniciado logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi o momento no qual o arcabouço jurídico-político da formação social brasileira foi *redefinido*. Tal fato permitiu que fosse realizada uma transformação do Estado brasileiro com a implementação de novas organizações estatais nos ainda jovens entes federativos no norte¹ do Brasil.

A capital do estado de Rondônia, Porto Velho, acolheu diversos trabalhadores dos setores público e privado neste processo e a intensidade desta migração foi o que primeiramente despertou o interesse da presente pesquisa. O fluxo de trabalhadores especializados demandados para ocupar os quadros necessários para a instalação de órgãos, a implementação de políticas e a efetivação de projetos também chamaram a atenção para o fenômeno e a inclinação para o estudo sobre o tema.

Para ilustrar a importância e a velocidade dessa recente institucionalização, que significou a inclusão de Rondônia nos moldes da modernização capitalista, salienta-se a criação e reestruturação de uma ampla gama de órgãos, projetos e programas estatais² federais que atraíram os migrantes qualificados (que são o foco desta pesquisa) e nos auxiliarão na exposição da sua problemática.

¹ O antigo território de Rondônia foi elevado à categoria de estado no ano de 1981.

² Tal caracterização e estudo deste processo foi apresentado de forma detalhada nos trabalhos de Ricardo Gilson da Costa Silva (2010), Jorge Luiz Coimbra de Oliveira (2003) e de Tânia Mara Azevedo Guimarães Baraúna (2005).

O final do período analisado foi definido no término do segundo governo Lula, pois pensou-se que findou um ciclo de neo-desenvolvimentismo³ no Brasil (que teve no PAC I seu símbolo). Este também foi o momento em que se planejou o ciclo seguinte (PAC II), que apenas pontuaremos aqui devido à delimitação da pesquisa.

O objetivo geral proposto é apurar como caracteriza-se a formação dos grupos de migrantes no interior da assim chamada classe média brasileira, e como esta representa a materialização de uma identidade social correspondente ao que havia sido estabelecido em outras regiões do país em que o Estado já fora implementado. Pensa-se que esta classe média contribuiu, a partir da atuação de forma sistemática dos migrantes especializados que a compõe, na implementação de instituições do Estado, permitindo a reprodução da forma capitalista de desenvolvimento social, político e econômico em Rondônia.

Portanto, a partir do objetivo geral, delineamos os objetivos específicos:

- Apresentar uma breve trajetória da territorialização do atual estado de Rondônia;
- Dialogar com trabalhos de pesquisa recentes da área de humanidades sobre a territorialização do capital em Rondônia, demonstrando como programas e projetos federais foram seus desencadeadores desde final da década de 1970;
- Traçar os perfis dos migrantes qualificados do nosso período de estudo (1990 a 2013);
- Identificar nas falas dos migrantes entrevistados contradições identitárias acerca do entendimento de seus papéis estratégicos, como profissionais e atores sociais, na consolidação do Estado e consequentemente como instrumentos da reorganização de reprodução do capital, via modernização.

Procurou-se atingir tais objetivos específicos utilizando-se os seguintes procedimentos de pesquisa:

- Levantamento de dados dos fluxos migratórios para o estado de Rondônia ocorridos durante o período estudado;
- Revisão bibliográfica das pesquisas relacionadas a mobilidade do trabalho e a burocracia do Estado brasileiro e em Rondônia;

³ São vários os autores que caracterizam os dois governos Lula como neo-desenvolvimentista, remetendo aos interessados, autores como Francisco de Oliveira e André Singer, entre outros.

- Entrevistas com trabalhadores migrantes qualificados do setor público e privado.

O problema da pesquisa é centrado na questão da falta de auto identificação da quase totalidade dos grupos sociais que formam a classe média na cidade de Porto Velho, como um grupo migrante condicionado pela mobilidade do trabalho, com todas as limitações que esta impõe. Tais grupos se reconhecem de forma fragmentada dentro do processo migratório como agentes de transformação, o que traz uma pergunta: existe uma consciência de si por parte destes trabalhadores como migrantes, ou eles só se veem como trabalhadores especializados (tecnocratas)?

Pensa-se que tais trabalhadores têm um papel estratégico, mesmo que alienado, no processo em que participam, o que também justifica o estudo de sua atuação. Esse papel estratégico caracteriza-se pela interferência direta destes sobre a dinâmica social local, a partir principalmente dos instrumentos legais de institucionalização da vida social, como:

- Ampliação do acesso aos serviços e bens sociais;
- Ampliação das instituições de ensino e saúde, privadas ou públicas;
- Desenvolvimento dos meios de comunicação digitais;
- Acesso a meios mais rápidos e eficientes de transporte;
- Ampliação da oferta de eventos culturais e artísticos em padrões de mercado;
- Outros fatores de maior ou menor representatividade – que foram percebidos nas entrevistas realizadas.

Nos trabalhos de pesquisa em campo levantou-se informações para melhor refletir e analisar inicialmente o problema proposto. A partir das entrevistas realizadas surgiram contradições nas falas dos entrevistados ao identificarem-se como migrantes e/ou trabalhadores especializados. O que permite perceber que os indivíduos traduzam em suas ações, modelos que apresentam-se no discurso como forma social⁴ inerente ao capitalismo moderno e que realizam-se na prática como cotidiano.

⁴ “Lukács parte do princípio de que, através da “racionalização, o tempo de trabalho socialmente necessário, que é o fundamento do cálculo racional, é produzido primeiro como tempo de trabalho médio encontrado de maneira simplesmente empírica, e depois, através de uma cada vez mais forte mecanização e racionalização do processo de trabalho, como carga de trabalho objetivamente mensurável, com a qual o trabalhador se vê confrontado numa objetividade acabada e completa”, assim (se verificando) “uma cada vez mais forte separação das qualidades humanas individuais próprias do trabalhador” (loc. cit., p. 99). O momento calculatório, ou seja, no fundo, a lógica da economia empresarial, que determina os trabalhadores e as trabalhadoras até na sua vida quotidiana, é essencial para as considerações de Lukács. Ele tem, pois, de ser lido perante o pano de fundo do desenvolvimento taylorista e proto-keynesiano do seu tempo. O funcionalismo público e os colarinhos brancos, ainda com possibilidades de estabelecimento no capitalismo, segundo Lukács não têm qualquer hipótese de romper a totalidade social. Ele realça,

Partindo destas propostas de interpretação, a apresentação da pesquisa nesta dissertação foi organizada em três capítulos. No primeiro capítulo procuramos caracterizar diretamente e resumidamente as categorias/conceitos de Estado, classe média e burocracia/tecnocracia dentro de uma perspectiva marxiana de estudo da sociedade. Apresenta-se também a análise das leituras de alguns autores⁵ e das teorias escolhidas com o objetivo de orientar as análises, procurando detalhar as aproximações e distanciamentos a que chegamos até aqui.

No primeiro item do primeiro capítulo procurou-se demonstrar a noção de Estado que direcionará os estudos referentes a presente pesquisa.

Uma referência para a compreensão e debate sobre a noção de Estado é a obra do autor italiano Antonio Gramsci (2000, 2001), devido principalmente à abrangência que este operou ao tratar do tema. A noção de “Estado Ampliado” auxiliará também na interlocução dos autores que realizam a discussão sobre o Estado e noções a ele ligada, como: burocracia, classe média, região.

Da obra de Henri Lefebvre, “De L’État” (1976), buscamos também o entendimento da estrutura, funcionamento e forma do Estado, mas principalmente alguns detalhes do que a institucionalização e as sistematizações representam como indutores de processos de poder que se espalham por toda a sociedade, redefinindo as relações políticas, entre outras consequências diretas. Utilizamos como instrumento de auxílio a este debate o trabalho das pesquisadoras Margarida M. de Andrade e Ethel V. Kominsky no artigo “O estado e as classes sociais” publicado em obra organizada por José de Souza Martins intitulada *Henri Lefebvre e o retorno à dialética* (1996).

Ainda sobre o Estado apresentamos a perspectiva de crítica radical do grupo alemão, Krisis/EXIT!, em especial o filósofo e ensaísta Robert Kurz que se pauta principalmente sobre o processo de modernização do capitalismo sob a terceira revolução industrial, e procura interpretar a nova condição da sociedade global capitalista a partir da perspectiva de colapso. Considera como pano de fundo, a crise que o processo modernização causa com o fim do trabalho abstrato. O que desestabilizaria todas as perspectivas teóricas

sobretudo, que o capitalismo produziu uma forma social completamente nova, qualitativamente diferente, em oposição com as relações pré-modernas, pois só no capitalismo se generalizou a forma de mercadoria”. Scholz, Roswitha, “Forma social e totalidade concreta. Na urgência de um realismo dialético hoje”, EXIT! 2005 - <http://o-beco.planetaclix.pt/roswitha-scholz12.htm>

5 Antonio Gramsci, Maurício Tragtemberg, Décio Saes, Robert Kurz, Henri Lefebvre e Roswitha Scholz.

desenvolvidas sobre as categorias do trabalho e da mais valia, se expandindo para o entendimento de nação, território, classes e Estado fundamentalmente, por sua interdependência com o mercado.

No segundo item do primeiro capítulo busca-se elucidar os conceitos de burocracia e tecnocracia na perspectiva de sua vinculação à constituição do Estado.

Utiliza-se o trabalho de Maurício Tragtenberg, “Burocracia e Ideologia” (2006), no qual o autor apresenta a origem da burocracia e do Estado e introduz uma leitura sistematizada da obra de Max Weber no Brasil.

Posteriormente utilizaremos a obra do pesquisador Décio Saes que trabalha com a definição do Estado Burguês nos seus escritos que formam a coletânea “Estado e Democracia” (1994).

O terceiro item do primeiro capítulo apresenta a noção de classe média utilizada ao longo da presente pesquisa e pensou-se também o sentido ideológico que tal noção carrega consigo. Para tal, buscou-se estudar autores que caracterizam a classe média a partir de seu nexos com uma burocracia e/ou tecnocracia.

Ainda no auxílio para a compreensão da classe média, a leitura de Roswitha Scholz “O ser-se supérfluo e a angústia da classe média” (2008), ensaio em que a autora expõe criticamente a transformação do padrão da classe média na Alemanha após a sua unificação, traz uma diversificação do conceito e a necessidade de abri-lo para novos detalhes, como por exemplo um desmembramento de classe para camadas.

Posteriormente utilizaremos a obra de Henri Lefebvre “De L’état” (1976), que também não busca definições conceituais como nas perspectivas estruturalistas, o que possibilita a interlocução mais crítica da temática da classe média.

No quarto item do primeiro capítulo discutimos a relação da mobilidade do trabalho e do capitalismo nos seus aspectos espaciais e hierárquicos, procurando compreender de que forma se dá o nexos entre ambos. Apresentamos elementos que compõem a mobilidade do trabalho na sociedade capitalista e o aspecto espacial desta mobilidade no desenvolvimento do capital.

A obra de Jean Paul de Gaudemar *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital* (1977) redefine a leitura da mobilidade do trabalho, reinterpretando a noção de

mobilização espacial do trabalho, colocando-a como central no processo de acúmulo e circulação do capital e no desenvolvimento das forças produtivas.

Utiliza-se também o trabalho de Gaudemar para estudar o processo da passagem da mobilidade temporal da força de trabalho para a mobilidade espacial da força de trabalho. Tal passagem, na Europa do século XIX, gerou o chamado êxodo rural e hoje gera todo tipo de deslocamentos, migrações oriundas das insuficiências da oferta de trabalho nos mercados interligados.

No capítulo dois a mobilidade do trabalho será analisada a partir do histórico de migrações para o estado de Rondônia. Primeiramente será apresentado um pequeno resumo da formação do estado de Rondônia, antigo território rondoniense até 1981, com o objetivo de embasar os estudos migratórios realizados após a implementação do estado de Rondônia como ente federativo. Posteriormente serão apresentados os dados sobre a institucionalização do Estado no intervalo temporal focado no presente estudo, dados já sistematizados em pesquisas sobre Rondônia (mestrados e doutorados) recentemente realizados.

No primeiro item do segundo capítulo apresentamos o histórico do território que hoje constitui o estado de Rondônia a partir do seu “desenvolvimento econômico, social e político”.

No segundo item do segundo capítulo trabalharemos o Polonoroeste, programa governamental federal que foi o principal indutor da ocupação do território de Rondônia na década de 1980.

No terceiro item do segundo capítulo, buscamos apresentar a implementação de um outro Programa Federal, o Planafloro, que foi uma tentativa de realizar um ordenamento territorial em Rondônia tendo como base o “Zoneamento Sócio- Econômico e Ecológico”. Este período, década de 1990, foi o da chegada de fluxos de migrantes qualificados, dentre os quais algumas das pessoas entrevistadas para a nossa pesquisa.

No quarto e último item do capítulo dois, apresentamos como referência também um plano governamental federal, o PAC I, que foi responsável pela construção das duas hidrelétricas de grande porte, tidas como marco de uma nova fase de desenvolvimento e de entrada de novos fluxos migratórios em Rondônia, e aí não apenas de migrantes qualificados. No entanto, este período marca bem o processo de territorialização

definitiva do capital no estado de Rondônia, também no contexto da urbanização das cidades, na construção de infraestruturas modernas (comunicação, transportes, produção agropecuária) e da implementação da gestão do Estado, de maneira cada vez mais sistemática e integrada com o restante do país

No capítulo três serão apresentadas as análises das coletas de dados envolvendo as entrevistas realizadas com os “migrantes qualificados”. A partir dos contatos iniciais realizados ainda em São Paulo, com possíveis entrevistados, que confirmaram suas disponibilidades para conversar, surgiram indicações de pessoas com perfis de interesse para a pesquisa, ou seja, migrantes com formação de nível superior que tenham chegado a Porto Velho entre os anos de 1990 a 2012 e tenham vivido em residência fixa.

Busca-se o entendimento da complexificação do processo de mobilização para o trabalho em Rondônia, considerando para isto, os migrantes do período de estudo (referência de 1990 a 2012). Foi feito um esforço no sentido de interpretação das funções objetivas que estes migrantes exercem, considerando que assumem funções chave dentro da estrutura social, relacionadas ao trabalho burocrático na iniciativa privada ou no serviço público e em sua atuação como novo membro da sociedade local, com suas demandas objetivas como ser social que traz consigo um padrão sócio- econômico e cultural, diverso do local.

Capítulo I – Classe Média e Burocracia

1.1 Estado Ampliado, Sociedade Política e Sociedade Civil

Antes de adentrar no debate acerca das noções de *classe média* e *burocracia* consideramos pertinente caracterizar, mesmo que de forma incipiente, qual categoria de Estado utiliza-se ao longo da exposição da presente pesquisa, ou seja, procuramos definir qual ideia de Estado pode auxiliar ao pensarmos no aspecto migrante da força de trabalho no desenvolvimento do capitalismo nas últimas duas décadas no Brasil e em Rondônia.

Salientamos que os autores utilizados ao longo da presente pesquisa apresentam já suas definições particulares de Estado para formularem suas teorias acerca do papel das classes médias e das burocracias, porém, optamos por apresentar primeiramente uma definição de Estado mais ampla que possa ser elemento de debate entre tais autores. Esta definição é aquela desenvolvida por Antonio Gramsci nos seus textos carcerários, principalmente nas notas que compõem seus estudos sobre o pensador Maquiavel (Gramsci, 2002) e do papel dos intelectuais em uma determinada sociedade (Gramsci, 2001)⁶.

Fundador do Partido Comunista Italiano em 1921, Gramsci foi um pensador que preocupou-se com a força cultural e hegemônica que o sistema produtivo capitalista emanava sobre a sociedade italiana no início do século XX. Crítico da tentativa de cópia do processo revolucionário soviético na Itália, Gramsci temia que em uma “sociedade capitalista de tipo ocidental” não fosse possível sustentar uma tomada palaciana do poder pelos trabalhadores como ocorrera na Rússia Czarista. Portanto, o maior desafio dos partidos comunistas ocidentais (Alemanha, França, Inglaterra, Itália, EUA, etc) era exatamente a manutenção de um processo revolucionário comunista de resistência.

Termos geográficos e militares foram fundamentais na construção de suas posições teóricas para a sua elaboração de uma noção do que viria a ser o Estado moderno, lembrando que ele escreveu suas notas no cárcere fascista no *entre guerras* mundiais.

⁶ Todas as citações dos Cadernos do Cárcere presentes neste texto referem-se à edição brasileira. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com colaboração de Marco Aurélio Nogueira, Luis Sergio Henriques, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 6 vols, 1999 - 2002.

Gramsci relacionava o processo revolucionário russo de 1917 como uma “guerra de movimento” (guerra total que finda com um vencedor claro), mas condicionava o processo no ocidente capitalista a uma “guerra de posição” (batalha campal oblíqua em que o espaço é ocupado palmo-a-palmo e que dificilmente define um vencedor claro).

O capitalismo teria, a partir de suas relações de produção, construído nas sociedades ocidentais – Estados-Nações – uma infinidade de trincheiras e casamatas (associações comerciais, instituições disciplinares, organizações políticas, etc.) que teriam continuidade e presença mesmo após qualquer processo de ruptura institucional dos seus regimes políticos. A “guerra de posição” era a guerra a ser travada no ocidente pelos seus partidos comunistas, o que tornaria necessário a elaboração (ou reelaboração) da teoria do Estado, assim como incipientemente elaborada por Marx e Engels em suas obras de caráter histórico⁷, em voga no movimento comunista internacional.

O autor, ele mesmo um migrante sardo dentro da ainda jovem Itália, procurou expor analiticamente a divisão das relações de poder existentes no sistema econômico, social e político do início do século XX na Europa capitalista. Tal divisão, primeiramente proposta por Marx, separava analiticamente a estrutura deste sistema econômico (as relações de produção) da sua superestrutura (relações de reprodução). A totalidade estrutural de uma sociedade é, portanto, dada a partir do seu próprio sistema produtivo, elemento central que permeia toda a obra de Marx.

Basicamente, a estrutura é notoriamente caracterizada por Marx como as relações materiais de produção. É a relação dialética do homem com a natureza a partir do trabalho e também as relações de produção estabelecidas entre os homens. Em outras palavras a estrutura refere-se, portanto, às relações de produção entre o homem e a natureza e entre os homens.

A superestrutura de um sistema produtivo requer um Estado para mantê-lo e reproduzi-lo. Este Estado que abrange todo o *locus* superestrutural de um sistema produtivo foi por Gramsci designado de Estado Integral (aqui optou-se por utilizar o termo hoje em uso, a saber, Estado Ampliado⁸). O Estado Ampliado é a soma da *sociedade política* e da *sociedade civil*, sendo a sociedade política o que convencionou-se chamar

⁷ Principalmente em “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte” e “Guerra Civil na França”, ambos de Marx.

⁸ Gramsci escrevera e morrera antes da Segunda Guerra Mundial, termos dentro das ciências políticas como *integral*, *totalitarismo*, entre outros, ainda não haviam se transformado carregando as conotações negativas que o nazismo e fascismo impuseram-nas.

de Estado *stricto sensu* em grande parte dos estudos atuais sobre o tema, e também o foi pelos autores aqui utilizados para o debate. A presente pesquisa também seguirá tal vertente, mas consideramos necessário apresentar brevemente a visão gramsciana de Estado Ampliado, pois ela será útil para pensar e refletir sobre o problema de pesquisa.

No Estado Ampliado a *sociedade política* (leia-se Estado) exerce uma dominação fundada na coerção dos grupos subordinados que compõem as classes subalternas, controlando fluxos migratórios e a própria reprodução física dos membros subalternizados. A *sociedade política* (Estado) divide suas formas de poder de modo que haja participação suficiente para que ela seja consentida pelo maior número possível de tais membros, tornando-a mais estável e contínua.

Já a *sociedade civil*, o outro polo analítico dentro do Estado Ampliado, é caracterizada como o conjunto dos organismos sociais “vulgarmente denominados privados”, ou seja, designa um conjunto de meios através do qual os interesses das classes sociais são “representados” na sociedade política (Estado). No âmbito da sociedade civil as classes dominantes buscam exercer a sua hegemonia, em outras palavras, buscam angariar aliados para seus projetos políticos por meio da direção estabelecida sobre estes a partir de consensos estabelecidos por intermédio da burocracia estatal.

Mais detalhadamente pode-se contrapor a *sociedade política* à *sociedade civil* traçando um panorama político da relação entre ambas. A *sociedade política*, a partir dos “aparelhos coercitivos de Estado” (polícia, exército, justiça, burocracia, etc.), busca a dominação direta, o comando e a repressão das classes subalternizadas. A *sociedade civil*, a partir dos “aparelhos privados de Hegemonia” (igreja, partidos, mídias, escola, sindicatos, empresas, instituições de caráter científico e artístico, etc.), busca a hegemonia, o consenso e a direção das classes sociais.

Para nosso objeto de pesquisa, o migrante qualificado que migrou para Porto Velho, esta característica de formação gramsciana de Estado atende em certa medida nossas questões. Quando consideramos que a hegemonia, da forma pensada por Gramsci, se estrutura e constitui num processo de desenvolvimento de um modo de produção, com seus atores agindo não somente no campo econômico, mas em todas as dimensões da vida em interconexão com ele, percebemos em Rondônia uma espécie de laboratório. Observamos no entanto que não existe uma linearidade histórica, podemos considerar a não simultaneidade na efetivação destes processos, o que resulta em um aparente caos,

onde se encontram avanços, retrocessos, permanências e até resistências, mesmo que temporárias. Essa não simultaneidade acontece entre as escalas local, nacional e internacional, tendo sempre a luta por hegemonia permeando todas elas.

As alterações econômicas e políticas nas sociedades do capitalismo contemporâneo, a partir dos processos de socialização da política nos Estados-Nações periféricos, como ocorreu no Brasil redemocratizado no final dos anos oitenta do século XX, criaram novas transformações nas relações que os Estados (as *sociedades políticas*) travam com suas populações.

Somados a estes fatores, grandes inversões (investimentos econômicos) de capital, capitaneados pelo Estado brasileiro, em territórios específicos do Brasil acabaram por determinar o deslocamento estratégico de pessoas com alto grau de escolarização e conhecimentos especializados em um curto espaço de tempo. Em Rondônia, e mais especificamente em Porto Velho, sua capital, houve nas duas últimas décadas uma reorganização populacional capitaneada pelos governos federais.

O Estado é, portanto, o indutor e catalizador principal deste processo migratório, mesmo sendo a iniciativa privada o âmbito no qual se “realiza” o desdobramento econômico em que surgirão também infraestruturas onde muitos migrantes irão direta ou indiretamente alocarem-se de acordo com as demandas de quadros criados. Tanto a *sociedade política* como a *sociedade civil* transformaram-se contundentemente nesta localidade (Porto Velho). O presente estudo privilegia a compreensão das transformações referentes à sociedade política devido ao fato de ser exatamente o Estado (na figura dos governos federais) o indutor principal das transformações na própria *sociedade política* como na *sociedade civil*.

Pode-se observar as diversas alterações espaciais da área urbana de Porto Velho, como melhor demonstrado nos capítulos 2 e 3 do presente estudo, a partir da “invasão” de migrantes qualificados com altos salários, se comparados com a média salarial da capital rondoniense. Um exemplo claro destas alterações, para melhor ilustrar inicialmente o problema proposto, é que tais salários proporcionaram uma corrida especulativa imobiliária, um verdadeiro *boom* especulativo neste setor, alterando completamente as curvas dos valores dos aluguéis e das propriedades dos imóveis nesta cidade.

Os próprios hábitos de vida dos moradores da capital rondoniense alteraram-se contundentemente a partir das demandas apresentadas pelos novos migrantes-consumidores que detêm poder aquisitivo muito superior ao da população local, visto que a renda dos moradores nativos (ou antigos migrantes) é muito menor que a renda dos novos migrantes especializados.

A *sociedade civil* rondoniense é quase que totalmente remodelada a partir da indução estatal, com a fundação de uma infinidade de associações profissionais, políticas, esportivas, educacionais, religiosas etc. Cria-se mesmo uma nova *sociedade civil* para a nova forma de presença do Estado brasileiro neste estado da federação.

Em “O Estado e as classes sociais”, Margarida M. de Andrade e Ethel V. Kominsky, realizaram uma análise de parte da obra *De L'état* de Henri Lefebvre em que são abordadas as ideias principais do autor acerca da relação entre Estado e classes sociais. Partindo de uma crítica à visão ‘marxista’ de que o proletariado superaria a sociedade de classes pelo desenvolvimento da democracia. No entanto, no socialismo real, desenvolveu-se o capitalismo de Estado que tornou cada vez mais rígidos os controles causando, de certa forma, a hipertrofia do Estado. Enquanto nos países de sistema capitalista, também não aconteceu a superação da sociedade de classes e do Estado, como previu Marx, mas testemunhamos o seu fortalecimento⁹

Neste sentido Lefebvre observa que em termos de Estado socialista ou nas economias capitalistas a subdivisão em classes/conceitos (burguesia, pequena burguesia e proletariado) dissimulavam as transformações nas relações sociais cujo sentido era o processo de formação de um sistema mundial de Estados¹⁰ na sua relação intrínseca com o mercado mundial, que já naquele momento estaria agindo na definição do planetário.

⁹ É preciso restituir e prolongar o pensamento de Marx à luz das transformações que marcam o século XX. Essas transformações não se explicam se não se considera o crescimento do Estado. O capitalismo se desenvolveu, ampliou-se, estendeu-se, modificando sua articulação com o político, implicando um fortalecimento surpreendente do Estado. Lefebvre assinala que do lado socialista, contrariando as previsões de Marx, Engels e Lênin, o Estado apoderou-se da produção e dos meios de produção, sem que esse fosse seu último ato político e o começo de sua dissolução. Ao contrário, o avanço do estatismo do lado socialista leva Lefebvre a considerar o Estado constituído sob Stálin como protótipo de todos os Estados atuais. Andrade, M. M & Kominsky, E. V. - *O Estado e as classes sociais* em MARTINS, J. S. – **Henri Lefebvre e o retorno à dialética** – Hucitec, São Paulo, 1996. (pág. 53)

¹⁰ “Em Lefebvre, a inclusão da luta de classes entre essas forças vem junto com a reconsideração do estatuto e do papel das classes sociais na atualidade. A classe operária europeia do século XIX não existe mais. A ideia de “missão histórica” da classe operária deve ser reconsiderada. Como se verá mais adiante, as fronteiras entre as classes sociais tendem a se apagar (sem que se chegue a isso) sob as forças homogeneizadoras do estatista. Mas a luta de classes não desapareceu. Modificada, ampliada, diversificada, a luta de classes se transforma antes de mais nada em luta pela constituição das classes.” Idem, (pág 53)

Como contraponto a este processo, regiões e periferias são vistas como *contra poderes*¹¹ ao Estado, à medida que se mantiverem com seus interesses e dinâmicas próprias. Entretanto a violência e a coerção são utilizadas pelo Estado sempre que julgado necessário para a equalização forçada dos seguimentos sociais, ou pelos interesses econômicos. Os contra poderes acentuam-se contra o Estado e à medida que este cresce, crescem também seus contras poderes, que o ameaçam ‘de dentro’, os contra poderes refletiriam a luta de classes, mas esta aparece mais como uma luta pela constituição das classes, já que esta identidade está cada vez mais indefinida.

Esta forma de organização do Estado, depende da produção de uma hierarquia e segundo Lefebvre, os que estão no seu poder nas cadeias de troca do mercado “são coroados por um poder político que, ao mesmo tempo que garante as equivalências, se erige”¹². Num processo crescente, a acumulação política junta o acúmulo de riqueza e de saber, o que explica que:

“Uma noção ilumina a expansão do capitalismo - a de *acumulação política*. Não é só a riqueza (sob forma de capital) que cresce. Simultaneamente, o saber institucionalizado também se acumula. E acompanhando-os, cresce o Estado. A acumulação política reuniria a acumulação simultânea da riqueza e do saber. Tratando-se de uma acumulação específica, que se prepara longamente só se manifesta como *acumulação política* de forma tardia, com o Estado Nação moderno.”¹³

A acumulação política pode ser apreendida pelos seus efeitos. O primeiro deles é o pessoal das instituições, a burocracia que constitui o núcleo das classes médias. A ascensão das classes médias acompanha as mudanças na produção e na acumulação política. A instituição do Estado moderno supõe um núcleo de classe média. Com o crescimento do Estado, classe média e Estado se alimentam e se reforçam.

O Estado que se encarrega da produção necessita de pessoas que se ocupem da gestão (administradores, burocratas de todos os níveis, tecnocratas). Mas a gestão não se

¹¹ “Esse fortalecimento generalizado do Estado não elimina a possibilidade de sua superação, já que para Lefebvre não existe Estado sem contra-Estado, não existe poder sem contrapoder que o ameaça realmente. Os contrapoderes são todas as forças que ameaçam o Estado de dentro, ‘a saber, as regiões, as periferias (às vezes próximas dos centros), as diferenças que vão se produzindo, junto com as lutas de classes’”. Ibidem (pág 53)

¹² Idem p.57

¹³ Ibidem (pág.58 e 59)

limita a gerir, ela quer mudar a sociedade e o faz de cima para baixo, a partir do que Lefebvre chama de relações frontais e relações laterais.

“Um consenso em torno do crescimento se difunde. O Estado produz as classes médias, a elite, a tecnocracia, etc. Os frutos do crescimento são disputados por diversos grupos, classes, e frações de classes que se enfrentam no seio do Estado. Reaparecem, portanto, as classes e as lutas de classes, mais diversificadas que antes.”¹⁴

Para o caso da pesquisa o que observa-se em Porto Velho RO é que sempre que há injeções de recursos pelo Governo Federal, novos surtos de institucionalização, de controles se estabelecem e a tendência é o desejo de que o surto se perpetue. Isto explica-se por que com a expansão e a crise do sistema mundial, o Estado reinventa o próprio capitalismo para manter-se existindo, a partir dos investimentos e da produção de dinheiro, colocando novas áreas no circuito da produção.

Visto do lado de fora como crescimento econômico sempre positivo, internamente para o Estado cresce a demanda para que as instituições burocratizem-se e acabam tendendo a tentar tornarem-se autônomas (planificação institucional). Lefebvre observa que surge um terrorismo exercido sobre a sociedade por parte da tecnocracia via burocracia, esta sempre legitimada, ainda que o critério de competência (meritocracia) não possa ser considerado isoladamente, pois os indivíduos destes grupos em sua maioria, já procedem de classes sociais ou de famílias com ‘tradição burocrática’, o que os torna privilegiados no processo¹⁵. Este “terrorismo” da burocracia, exige adequações de todos os tipos por parte das populações locais e também dos migrantes num esforço de funcionamento das sistematizações e institucionalizações necessárias para a instalação e reprodução das atividades produtivas.

Para tornar tudo isto factível Lefebvre considera que na “divisão do trabalho político” as castas de tecnocratas, a classe média e a burocracia tem sentido político muito próximo, quase mesclados, são grupos que estão no meio do caminho entre o Estado - que procura esmagá-los mas precisa deles e é onde se ‘infiltram’-, e os trabalhadores,

¹⁴ Ibidem (pág. 60)

¹⁵ No topo da pirâmide, uma camada superior participa diretamente da gestão, do poder e da oposição políticos. Ela compreende o establishment e a elite. Comporta, portanto, grandes capitalistas, dirigentes de empresas, altos funcionários, quadros superiores, bem como profissionais ditos liberais. Essa camada promove o crescimento, arcando com suas dificuldades, embora beneficiando-se dele diretamente. A presença de assalariados (recebendo altos rendimentos) desfigura a denominação clássica “burguesia” ou “grande burguesia”. Seus componentes tendem a ser recrutados por cooptação, o que não exclui o recrutamento por seleção nas camadas inferiores, permitindo a ascensão de alguns de seus membros à elite e mesmo ao establishment. 61 62

proletários, pobres, dos quais a classe média procura se distanciar para manter seus privilégios e sua diferenciação.

“A burocracia está presente nas formas mais elementares de Estado. Anterior ao Estado moderno é, entretanto, com ele que ela cresce prodigiosamente.”¹⁶

Estado, portanto, tanto para Gramsci quanto para Lefebvre, possui um elemento de controle e mediação entre as classes ou grupos, usando para isto seus mecanismos de ação, que dependem permanentemente da manutenção das estruturas burocráticas, e seu crescimento é diretamente proporcional ao do Estado e a expansão da exploração econômica.

Ainda tratando de visões de Estado, neste sentido buscando uma aproximação maior com o objeto da pesquisa, nos esforçamos aqui em dialogar com um dos textos de Robert Kurz (1995) que trata dos limites do Estado moderno “A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política”¹⁷. Neste texto Kurz apresenta um entendimento das “funções econômicas do Estado moderno”, colocando que o “terceiro nível da atividade estatal crescente são os agregados infra estruturais” e lembra que este processo se dá com a “cientifização da produção”. O foco dessa análise crítica seria a investigação sobre a relação entre mercado e Estado, desde seu antagonismo ideológico, mas interdependente, durante a polarização socialismo versus capitalismo (elucidando a forma como um sistema aparentemente autônomo, na realidade fazia uso dos princípios do outro em suas políticas e economias internas), até as atuais condições de dependência econômica dos Estados ao mercado e aos sistemas produtivos em crise.

“A economia estatal de cunho soviético e o liberalismo econômico total (por exemplo, na doutrina de um Friedrich August von Hayek ou de um Milton Friedman) constituem somente os extremos de todo um espectro de ideologias, de políticas econômicas e de formas de reprodução político-econômicas, que dizem respeito todos igualmente ao mesmo sistema de referência, isto é, à forma de mercadoria total da sociedade. Isso significa que mesmo o planejamento estatal mais extremado somente pode planejar nas formas do mercado, ou seja, nas categorias da mercadoria e do dinheiro, como sabidamente sempre foi o caso na

¹⁶ Ibidem P. 65

¹⁷ Original Die Unselbstständigkeit des Staates und die Grenzen der Politik in www.exit-online.org Conferência lida no Colóquio: "Capital e Estado na América Latina", Agosto de 1994, publicado na revista Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, maio de 1995, tradução de Peter Neumann (que agradece a Carlos Roberto Winckler e Luiz Augusto Estrella Faria pelas sugestões quanto à terminologia e ao estilo). <http://obeco.planetaclix.pt/>
<http://www.exit-online.org/>

economia soviética. Inversamente, contudo, também o radicalismo mais extremado, em prol do mercado, nunca consegue medrar sem o polo estatal político. Muito pelo contrário, existe em cada economia de mercado a ‘lei da quota crescente do Estado’, conforme ela foi formulada pela primeira vez em 1863 pelo economista Adolph Wagner.”¹⁸

Entretanto, para pensar estas teorias para o Brasil e para Rondônia mais especificamente, precisamos contextualizar ainda a forma como entendemos o conceito de região, considerando que ao se tratar do estado de Rondônia, Região Amazônica, territorialmente e no contexto geográfico, nos remete ao imaginário de isolamento, floresta, fronteira com os outros países latinos, mas também uma fronteira interna de expansão da colonização. Em um primeiro momento surge uma imagem de um “pedaço do mapa”, talvez com uma lógica própria, para o qual o planejamento estatal tem suas metas.

No entanto, pensar a ‘região’ com um esforço de aprofundamento pode nos levar a um entendimento muito mais complexo que auxiliará na análise do nosso objeto. Uma teoria de região elaborada com maior complexidade, não havia sido feita nas teorizações de Marx. Para Francisco de Oliveira em “Elegia para uma Re(li)gião” (1993) somente posteriormente, com Antonio Gramsci é elaborada a partir dos estudos sobre a região do Sul da Itália (Mezzogiorno)¹⁹ em suas relações com o Norte do país. Oliveira trabalhou sobre uma experiência prática de política de planejamento regional (a SUDENE) para entender ao longo e após o processo, que as regiões guardam os germes de expansões periódicas do capital, que serão contempladas, ou não, como integradas ou integrantes do projeto de nação, à medida que a homogeneização realizada pelo Estado-capital se impõe.

¹⁸ Kurz, 1995 pág 2

¹⁹ “A teorização marxista sobre o tema não [é] muito rica, tanto no terreno da política quanto no da economia, e tem se centrado sobretudo no caráter diferenciado da divisão do trabalho entre cidade e campo. Parece-me que o pensador marxista que mais pensou a respeito foi precisamente Gramsci, particularmente em ‘A questão meridional’ e ‘Il Risorgimento’. Para Gramsci apenas o entendimento das relações entre os industriais do Norte e os proprietários de terras do sul seria capaz de revelar a ‘estrutura do bloco de poder da burguesia’ (Macciocchi): ‘O Mezzogiorno pode ser definido como uma grande desagregação social: os camponeses, que representam a grande maioria da população, não têm entre si nenhuma coesão... A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três camadas sociais: pequena e média burguesia, os grandes latifundiários e o grande e os grandes intelectuais. Os camponeses meridionais estão em estado de revolta latente, mas enquanto massa são incapazes de exprimir suas aspirações e suas necessidades de forma corrente. É a base camponesa que impulsiona a atividade política e ideológica da camada média dos intelectuais. Os latifundiários, no domínio político, e os grandes intelectuais, no plano ideológico, centralizam e dominam enfim todo esse conjunto. E, como é fácil compreender, é no plano ideológico que é a centralização se mostra mais eficaz e mais precisa.’ In A Questão Meridional, citado por Maria-Antonieta Macciocchi, A Favor de Gramsci, Paz e Terra, RJ, 1976. Fica claro que a noção da região do Mezzogiorno, para Gramsci, não sugere que se está em presença de outro modo de produção que não o capitalista, mas a formação de sua economia, suas relações com a economia industrial do Norte italiano e a peculiar composição de classes a que as relações externas-internas dão lugar, conformam uma “região” fechada. E que o conjunto dessas relações Norte-Sul contraditoriamente é parte imprescindível da gênese do capitalismo na Itália e de suas debilidades.” (Oliveira, 1993 pág. 40)

Para o Brasil a relação, no caso do estudo de Oliveira, se estabelece entre nordeste e sudeste, também, com forte fluxo migratório para atender as demandas de mercado de trabalho.

Ao longo da obra de Oliveira, descortina-se a função do termo e do discurso da região, que esconde em sua denominação o que Marx denominou “a chamada acumulação primitiva” que tanto para o nordeste do Brasil da SUDENE, como hoje para Rondônia, acontece de forma simultânea com a expropriação dos antigos ocupantes dos territórios e dos meios de produção e acumulação, mas na forma moderna de exploração da floresta. Numa primeira fase a expulsão ou extermínio dos índios, seguidos dos seringueiros e caboclos, e mais recente dos assentados e pequenos proprietários de terra. Com todos os processos realizando-se e redefinindo não mais a tradicional região geográfica, por suas características físicas ou culturais estáticas, mas como parte integrada e em dialética com a nação, em que a região é parte contínua de integração, via planejamento centralizado, buscando a homogeneização²⁰. Nas palavras do autor:

“convém insistir que o conceito de ‘região’ aqui esboçado não nos remete de volta a questão do modo de produção, isto é, a ‘região’ não seria um outro modo de produção, nem uma formação social singular. O que preside o processo de constituição das ‘regiões’ é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as ‘regiões’ são apenas espaços sócio- econômicos onde uma das formas do capital as sobrepõe às demais, homogeneizando a ‘região’ exatamente pela sua predominância e pela consequente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinadas pelo lugar e forma em que são personas do capital e de sua contradição básica. E enfatiza-se, uma vez mais, que uma ‘região’ assim tende a desaparecer – embora alguns exemplos históricos atuais deem conta de sua longa resistência aos processos de câmbio mais abrangentes – na mesma medida em que as várias formas do capital se fusionam, primeiro pela predominância do capital industrial, depois pela fusão entre capital bancário e industrial, dando lugar ao capital financeiro e posteriormente, na etapa monopolista do capital, pela especial fusão entre Estado-capital.”²¹

A análise de Oliveira de região é compatível com a perspectiva crítica de Kurz que faz uma avaliação em escala mundial destas ações em seu trabalho, no entanto a relação de interesse e dependências dos mercados mundiais e das regiões continuam processando-se de maneiras não lineares ou progressivas, em algumas regiões encontram-se resistências “aos processos da câmbio mais abrangente” como afirma Oliveira, o que ainda segundo ele:

²⁰ No capítulo 2 apresentamos a experiência do Polonoeste em Rondônia, um exemplo desta sistemática promovida pelo Estado em prol da reprodução capitalista moderna

²¹ (Oliveira - pág. 30)

“Não reconhecer, entretanto, que existem marcadas diferenças entre as várias formas de produção do valor dentro do capitalismo é não reconhecer, em primeiro lugar, e a nível mais abstrato, a lei do desenvolvimento desigual e combinado, e mais concretamente, o processo de constituição do próprio capital enquanto relação social.”²²

Mesmo que o Estado pareça querer regular e mediar as contradições, abusos e a exploração do mercado, está infinitamente atrelado a ele na medida de seu financiamento, o Estado é um refém que não tem recursos para pagar a fiança. Kurz cita vários exemplos de países reféns, na América Latina (década de 1990) os Estados mais abalados foram Argentina e México, principalmente por terem seguido o planejamento de privatizações sem avaliar suas consequências futuras. Mas segundo o mesmo, a crise era geral para os Estados, que por conta também do processo de cientificação e tecnificação do trabalho fez desaparecer o sentido de valor existente no trabalho abstrato.

Observa-se ainda hoje em Rondônia, no que restou de ambiente não totalmente tecnificado (florestas em estado original), uma sobreposição de funções, que se ligam ao mercado como “serviços ambientais”. São resultados de ‘falhas’ no processo de expansão da fronteira, sejam elas técnicas ou legais (pois em outras condições talvez não existissem mais), contém resquícios de organizações sociais ainda não totalmente dependentes tanto do mercado quanto do Estado, mas suas populações são constantemente “seduzidas”, quando não, forçadas violentamente, para esta “integração” na homogeneização²³ da região.

Ao analisarmos a ação do Estado na mediação dos interesses surgidos na expansão colonial, encontramos a criação de estruturas burocráticas, administrativas e de controle que se instalam nestas regiões de ocupação e contato novos, mas a forma como efetivamente vão garantir uma equidade dos direitos é sempre incompleta e comprometida com interesses externos aos atores locais. Ainda existe um discurso do planejamento estatal que, conforme observa Kurz:

“O segundo nível da atividade crescente do Estado são os problemas sociais e ecológicos, resultantes da economia de mercado.”²⁴

Estes problemas se colocam e vão para o campo das respostas a serem dadas pelo Estado, mas estas respostas nunca são alcançadas.

²² (Oliveira, pág 30)

²³ Veremos a frente (capítulo 3) este discurso na fala de um migrante que observação a “necessidade” de integração e da leitura de Rondônia como uma especificidade regional por ter as características naturais do Bioma Amazônia, mas já estar completamente inserida no contexto econômico e sócio cultural de outras regiões do país, e para isto a contribuição da migração foi definitiva.

²⁴ Idem Kurz pág 2

“A modernização não dissolveu apenas os vínculos tradicionais, mas igualmente os contratos sociais e os contratos entre as gerações, que esses vínculos envolviam. O lugar de sistemas sociais locais, pessoais, familiares e naturais de educação dos filhos, de amparo dos doentes e das pessoas necessitadas de cuidados especiais, bem como de garantia do sustento na velhice, precisou ser ocupado cada vez mais por sistemas sociais nacionais, impessoais, públicos, que tinham a forma da mercadoria e do dinheiro”²⁵

O processo que se instala em Rondônia atualmente apresenta este ritmo, o da desagregação dos costumes e da lógica social interna, da interrupção da transferência de conhecimento entre gerações. Assim, as populações encontram-se numa turbulência acelerada de mudança de costumes, que desfaz o que existia, mas o que se apresenta como alternativa de substituição não se mostra suficiente, para suprir dimensões da vida que o mercado ignora:

“Não o mercado, mas tão somente o Estado, podia assumir essa tarefa, pois a economia de mercado, enquanto tal, não tem nenhuma sensibilidade e nenhum órgão para as etapas da vida humana, que são expulsas para fora do processo incessante de transformação do trabalho em dinheiro, ou que não podem, por sua própria natureza, coincidir com este processo.”²⁶

Há, entretanto, impactos específicos destas ações, dentre os quais estão os denominados sócios-ambientais. Aparentemente por “aprender com a experiência” atualmente busca-se um entendimento e a mediação dos interesses e conflitos, o que parece improvável pela natureza dos problemas, sabe-se que se trata de atores extremamente desiguais, e o Estado, como vimos, não é um mediador isento. Haja vista, em período recente, a maneira como foram resolvidos os impasses relacionados às obras do PAC I (Plano de Aceleração do Crescimento – Governo Federal), nas negociações das questões de meio ambiente e das populações tradicionais e ribeirinhas, atingidas pela construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira (2010).

A novidade da década de 2000 foi a criação dos mecanismos de mercado para a preservação ambiental, influenciada pela discussão global sobre meio ambiente e sua forma de valorização para preservação. E para realizar esta política, depende-se novamente do Estado para a criação e o fortalecimento dos órgãos burocráticos e administrativos viabilizando a administração e a logística dos processos. Como expõe Kurz, fica também com o Estado, ou seja, com a coletividade, os custos da mitigação dos

²⁵ “A Falta de autonomia do Estado e os limites da política”. Kurz, Robert - tópico 2 – parágrafo 3 in <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz66.htm>

²⁶ idem

impactos resultantes das ações privadas.

“Nas últimas décadas, somaram-se aos problemas sociais os problemas ecológicos, enquanto consequência da modernização. Também aqui, os órgãos e os sentidos do mercado são totalmente insuficientes. O dinheiro é abstrato pela sua própria natureza e indiferente ao conteúdo sensível (*sinnlichen Inhalt*); e a racionalidade empresarial da minimização abstrata dos custos não somente "externaliza" os custos sociais, mas também os custos ecológicos. Ela faz isso, sobretudo, porque a natureza não pode, pela sua essência, ser um sujeito de Direito, razão pela qual se abusa dela enquanto lugar de despejo dos escombros dos custos sistêmicos.”²⁷

Neste ponto cabe analisar a mobilidade do trabalho e a intensificação dos fluxos migratórios como processos atrelados a estas questões do território, da interdependência e integração regional e da economia, vinculados às singularidades locais no estado de Rondônia refletindo sobre a cidade do Porto Velho. Essas singularidades são vistas como tipos específicos de migração e de intervenção humana sobre ambientes naturais, num processo que resulta na perda da autonomia até há pouco mantida, na reprodução da vida por grupos de população local, que vinham permanecendo ao longo dos séculos na região, passando agora a integrar o que Heidemann (2003, p.2,3) considera a “humilhação secundária”²⁸. Percebe-se que no caso do tema e da área desta pesquisa, coincide com o descarte de camadas enormes da possibilidade de trabalho e seleciona os mais favorecidos, que neste caso são migrantes, produzindo uma hierarquia de poder econômico, sócio-cultural e político como resultado de expansão do capital.

1.2 Burocracia e Tecnocracia

A discussão sobre a acumulação primitiva, presente no livro I do “O Capital” trouxe a possibilidade de comparar as características do processo de acumulação e como isto poderia ser pensado para a área de estudo da pesquisa, no sentido de como a violência do período colonial também foi aplicada e contribuiu para o processo de acumulação numa projeção mundial.

²⁷ Kurz, 1995, pág 3

²⁸ “Na crise contemporânea da terceira revolução industrial uma parte cada vez maior da humanidade, domesticada, socializada e disciplinada capitalisticamente nem merece mais esta ‘dignidade secundária na humilhação’. Não merece mais ser sujeito regular do trabalho dependente. Num aumento extra-ordinário da “humilhação secundária” o sistema mundial tira agora a última esperança de uma existência mais ou menos suportável. Paradoxalmente esta parcela crescente da humanidade nem pode imaginar uma outra forma de existência. Estamos numa relação global, na qual a maior parte do mundo se torna supérfluo. Várias das antigas economias nacionais e suas populações ganham o status de mendigos e vagabundos, que nem vivem nem morrem. Mas apesar disso, estas populações, mobilizadas e flexibilizadas na famigerada globalização, ficam presas à forma moderna do sistema produtor de mercadorias e à sua própria forma de sujeito sujeitado” (Heidemann, 2003- págs 2 e 3)

A violência aparece como elemento catalisador das transformações históricas, segundo Marx seria a sua “parteira”. O capitalismo prescinde de passado e de futuro, para existir ele nega o passado e não vai num movimento de desenvolvimento ou de continuidade. Ele é uma revolução por que redefine o mundo pré-capitalista e para se instalar desmonta a sociedade feudal em todos os sentidos.

A acumulação primitiva apareceu como história do capital, ela tem um elemento categorial, não é só formadora de riqueza, ela é formadora de força de trabalho, do capitalista agrícola (com a renda da terra) e do capitalista industrial (pelo lucro).

A violência da acumulação primitiva era a violência explícita, imposta pelo Estado. Diferente da violência econômica em que o indivíduo se auto disciplina e se violenta para entrar no mundo do trabalho. Esta violência é inerente no processo “civilizatório”, a violência física que é fundante da violência econômica. Assim, Marx a denomina “a chamada acumulação primitiva” pois ela já é o próprio capital desde a sua gênese, e já antecipa o conceito como forma de sociabilidade, baseada na expropriação.

Com as leis sanguinárias se estabelece a dialética do trabalho e do não trabalho (vagabundagem) nas cidades do início do desenvolvimento capitalista, pois o não trabalho é o complemento do trabalho visto que nunca haverá um mercado perfeito em que todos trabalhem, pois assim não haveria exército de reserva. No caso da aplicação das leis que acompanharam o período da acumulação primitiva, esse exército era massacrado oficialmente. Estas leis somente tornam-se ‘necessárias’ num quadro social em que a expropriação causada pela acumulação primitiva, em princípio para gerar mão de obra além de renda da terra, acaba por causar uma sobre mão de obra, levando o Estado a monopolizar a violência extra econômica, para conter as pessoas.

A mesma violência oficial foi vivenciada nas colônias, com a expropriação e extermínio das populações originais. Atualmente, o processo repete-se em vários municípios de Rondônia, onde a reivindicação por terra ou pelo direito de se manter nela segue sendo tratado com violência oficial ou velada pela oficialidade, dando continuidade ao processo de expropriação contínua.²⁹

Para entendermos neste contexto a formação e a função da burocracia, procuraremos apresentar a passagem do modo de produção asiático para o modo de produção capitalista, salientando as diferentes formas de gestão das estruturas das

²⁹ BORGES, L.R.M. - “Políticas Territoriais na Fronteira: o programa de aceleração do crescimento e as transformações em Rondônia no início do século XXI” (dissertação de mestrado apresentada no Depto. de Geografia p. 182 e 182 – USP 2012)

formações sociais e suas respectivas formas burocráticas e de controle hierárquico.

Maurício Tragtenberg em sua obra *Burocracia e Ideologia* (2006) procura desenvolver, com o auxílio de Alain Touraine (1968), uma crítica às teorias gerais da administração, para isso ele propõe estudar a burocracia inicialmente no âmbito do Estado, a saber:

O *segredo* da gênese e estrutura da Teoria Geral da Administração, enquanto modelo explicativo dos quadros da empresa capitalista, deve ser procurado onde *certamente seu desenvolvimento mais pujante se dá: no âmbito do Estado*³⁰

No capítulo final de sua obra, intitulado “Burocracia: da mediação à dominação” (Tragtenberg, 2006; 231), o autor procura traçar sinteticamente a passagem do surgimento das primeiras formações estatais (no modo de produção asiático) para as formações estatais modernas (modo de produção capitalista e soviético). O título já ajuda na compreensão que o autor tem do papel da burocracia nas sociedades capitalistas, como o é a sociedade brasileira atual, a burocracia é a mediadora por excelência do poder nas sociedades.

O primeiro tipo de burocracia histórica estaria relacionada, portanto, com o modo de produção asiático, que surgiu nos territórios em que se desenvolveram a Índia, o Egito e a China. No plano histórico tal burocracia ocorre:

“com a emergência do modo de produção asiático como categoria sujeita às determinações sociais inerentes à formação da cultura de irrigação do solo que leva a uma supervisão centralizada da burocracia. Esta burocracia coordena os esforços da sociedade e é instrumento de exploração das comunidades subordinadas, com a apropriação da terra pelo Estado e deste por ela, apropriando-se do excedente econômico.” (Tragtenberg; 2006; 232/233, grifo nosso)

Para o autor o modo de produção asiático permite a emergência de administradores gerais da sociedade (*managers generalistas*) mantendo sobre sua tutela a classe comerciante, campesina e toda a aristocracia rural, pois esta dependia da burocracia para manter a irrigação e as nomeações para a administração pública. Ainda nas palavras de Tragtenberg, emergira então uma nova ordem política em que as mudanças controladas estavam definidas por uma ideologia fundada na ordem hierárquica. A burocracia, portanto, é mais que um sistema de organização formal, ela

³⁰ (Tragtenberg; 2006; 25)

constitui mesmo um sistema de condutas significativas que é assimilada pela sociedade burguesa no âmbito do capitalismo.

“Sob ele [o capitalismo], observa-se um policentrismo da burocracia, a competição entre a burocracia das empresas privadas e a pública, contribuindo para impedir que chegue à unidade de classe.” (Tragtenberg; 2006; 234)

Passando do plano histórico para o plano lógico é em Hegel que Tragtenberg vai buscar a operacionalização do conceito de burocracia tanto no âmbito estatal como das corporações privadas. Para Hegel o Estado era a síntese do substancial e do particular:

“Hegel utilizou o conceito de *corporação inacabada* para identificar a burocracia privada, e *corporação acabada* definindo a burocracia pública, que se realiza pela união íntima do *universal* com o *particular*, uma síntese do *substancial* e do *universal*. O Estado aparece como suprema instância que suprime as *particularidades* no seio da *unidade*, tendo como base social a *classe média* que protege uma generalidade imaginária, na qual as finalidades estatais se caracterizam como finalidades da burocracia e as quais se esgotam no Estado. A burocracia emerge como mediação entre os interesses particulares e gerais. (Tragtenberg; 2006; 232, grifos nossos)

A assimilação da burocracia pela burguesia no capitalismo é caracterizada pelo processo de aburguesamento dos altos funcionários que assumem cargos de mando e chefia no setor público e na participação de conselhos e rendas das ações das empresas. A burocracia tem uma ação antitética:

“de um lado responde à sociedade de massas e convida à *participação* de todos, de outro, com sua hierarquia, monocracia, formalismo e opressão afirma a *alienação de todos*, torna-se jesuítica (secreta), defende-se pelo sigilo administrativo, pela coação econômica, pela repressão política. Em suma, ela une a sociedade civil ao Estado, ... (Tragtenberg; 2006; 236/237, grifo nosso)

No próximo item do presente capítulo voltaremos mais detalhadamente o olhar sobre a base social do Estado e das burocracias privadas e públicas, representadas pela classe média e sua busca pela “generalidade imaginária”, caracterizaremos por hora o tipo específico do Estado no sistema capitalista, o assim chamado Estado Burguês. Portanto, apresentaremos o conceito de Estado também na sua forma burguesa, já que estudaremos a formação social brasileira atual.

Em “Estado e Democracia: ensaios teóricos”, Décio Saes (Ed. Unicamp, 1998) retoma a ideia de Marx e Engels sobre a formação necessária da estrutura burocrática de uma formação social para a manutenção do Estado Burguês.

A problemática teórica dos tipos de Estado em correspondência com os diversos tipos de relações de produção é caracterizada na noção leninista de *Estado em Geral*³¹, conceito válido para todas as sociedades divididas em classes. Saes assim resume o conceito:

“o Estado, em todas as sociedades divididas em classes (escravista, feudal ou capitalista), é a organização especializada (o poder *especial* de repressão) na função de moderar a luta entre as classes antagônicas, garantindo por esse modo a conservação da dominação de classe; ou, por outra, o conjunto das instituições (mais ou menos diferenciadas, mais ou menos especializadas) que conservam a dominação de uma classe sobre outra (Saes; 1998; 18/19)

Através da influência do pesquisador argelino-francês Nicos Poulantzas, Saes reconstrói o conceito de Estado burguês (capitalista) a partir de dois enunciados distintos:

- o Estado burguês organiza de um modo particular a dominação de classe;
- o Estado burguês corresponde a relações de produção capitalista.

Primeiramente Saes procura criticar o modo mecânico de interpretação da correspondência entre ambos os enunciados, ou seja, critica aquele modo economicista que considera a formação do Estado burguês como *reflexo* da dominância de relações de produção capitalistas. Segue a citação crítica de Saes:

“Nessa linha interpretativa, a dominância de relações capitalistas, numa formação social particular, determina a transformação burguesa do Estado. Em geral, tal posição se exprime, sinteticamente, através do recurso à conhecida metáfora espacial da base e do topo: a transformação da base econômica da sociedade determina, numa relação causal simples, a transformação de sua superestrutura (a estrutura jurídico-política).” (Saes; 1989; 21)

Presente em várias sociedades e de diversas formas, dentro do modo de produção capitalista o Estado Burguês tem um sentido todo próprio e é cercado de interpretações ideológicas. Aqui, estudamos e utilizamos diretamente as suas principais características:

- a não monopolização (ou seja, a não proibição do acesso das classes exploradas nas tarefas das forças armadas e das forças coletoras do Estado);³²

³¹ Sobre o Estado (Conferência proferida na Universidade de Sverdlov, 1919) e O Estado e a Revolução

³² No capítulo 3. a frente, que contempla a apresentação de entrevistas do migrantes qualificados entrevistados, encontramos pessoas que enquadraram-se neste contexto, como não burgueses nos seus locais de origem, se submeteram ao processo migratório para encontrar posições profissionais em outro lugar, e lá se tornaram uma burocracia de classe média “eliitizada”.

- a hierarquização (das tarefas, segundo critérios sistematizados de competência, conhecimento e legitimidade jurídica), permitem criar a ideia do Estado isento, mediador dos conflitos e dos interesses entre as classes, e consequentemente, democrático.³³

Em suas próprias palavras:

“Da primeira norma fundamental, derivam outras: a da não identidade entre os recursos materiais do Estado (armas, meios de transporte, dinheiro, prédios, etc.) e os recursos materiais dos proprietários dos meios de produção; definição das tarefas do Estado como funções impessoais, a serem exercidas por quem fizer prova formal de competência para tanto (=predominância da função sobre o cargo) e, consequentemente, distinção entre a prática funcional do desempenhante e o conjunto das suas relações sociais; recrutamento do desempenhante dessas funções – o funcionário –, não através do critério de filiação de classe e sim, do critério da competência, faça-se esse recrutamento por cooptação ou por concurso. Repetimos que a primeira norma (não monopolização) é a fundamental, as demais constituindo normas derivadas; e isto por que a primeira é a condição de existência de todas as outras. Senão vejamos. É a não-monopolização das tarefas do Estado pela classe exploradora que determina a separação entre os recursos materiais do Estado e os recursos materiais dos proprietários dos meios de produção; caso o acesso dos membros da classe explorada às tarefas do Estado estivesse proibido, os recursos materiais do Estado seriam, efetivamente, propriedade – particular ou coletiva- dos membros da classe explorada” (SAES; 1998; p. 40/41)

Esta análise da estruturação do Estado parece encontrar-se no momento atual em plena implementação no estado de Rondônia e verifica-se seu dinamismo em todo o território federativo focado, conforme podemos verificar na recente dissertação realizada por BORGES (2012).

No entanto, nos caminhos da presente pesquisa buscou-se a interpretação de como as macro decisões estruturais nos vários níveis de governo e escalas espaciais se sobrepõem aos indivíduos. Questiona-se de que forma os trabalhadores encontram estratégias para reproduzir a vida diante destas imposições às quais muitas vezes se adequam e defendem acreditando serem de fato seus próprios desejos e vontades.

³³ No Capítulo 3 percebemos que a legitimação meritocrática é ratificada nas falas dos entrevistados, o que lhes dá como burocratas, a maior parte do serviço público, uma legitimação que acompanharia também o Estado e suas ações de implementação e/ou controles.

1.3 Classe média e ideologia

No presente item procuramos expor a noção de classe média que pensamos importante para nos auxiliar ao longo da pesquisa. Tal noção deve ser entendida em relação com o sistema social, econômico e político em que esta classe média exerce suas atividades.

Como já foi visto na fala de Tragtenberg, a classe média “protege uma *generalidade imaginária*, na qual as finalidades estatais se caracterizam como finalidades da burocracia e as quais se esgotam no Estado”³⁴. Como sabe-se, esta generalidade não existe, ou somente existe como verniz ideológico com o objetivo de dificultar a visão das diferenciações de classe que a sociedade capitalista pressupõe para sua reprodução.

Mais do que diferenciar as classes médias em estratificações, o que nos é útil ao estudar os grupos migrantes, o importante neste primeiro momento de caracterização da classe média é o entendimento do seu papel social dentro da sociedade capitalista, isto é, é evidenciar que ela é a “base social” do Estado Burguês e coopta os intelectuais necessários para ocupar os quadros demandados pelas organizações e projetos estatais. A classe média é também a “base social” necessária para as burocracias das corporações privadas e suas demandas de quadros profissionais.

A sua estratificação pode auxiliar na diferenciação dos quadros demandados pelas burocracias estatais e privadas, pois é na alta classe média que quadros de mando nas altas hierarquias serão posicionados. Estes cargos nem sempre têm a necessidade de deslocamento espacial migratório, visto que sua importância pode muito bem disponibilizar altos recursos para deslocamentos contínuos. Exemplo são os altos quadros de Brasília que constantemente estão no espaço aéreo brasileiro em constantes viagens de verificação de políticas por eles implementadas e emanadas a partir de seus centros de poder.³⁵

É exatamente o centro da classe média, ou a chamada classe média média, que é de maior interesse para a presente pesquisa, pois ela é formada principalmente de pessoas oriundas das classes populares que alcançaram uma qualificação profissional e estão dispostas a migrar para milhares de quilômetros de suas casas, com o objetivo de

³⁴ Tragtenberg, Maurício – “Burocracia e Ideologia” –Ed. Unesp 1992 – 2 ed. Pág 232

³⁵ Temos como exemplo nesta pesquisa, os planejadores dos programas Polonoroeste e Planaflores, consultores e diretores regionais de órgãos públicos.

encontrar colocações no mercado de trabalho que garantam não somente sua sobrevivência, mas uma segurança futura de sua unidade familiar.

Ainda buscando uma caracterização da classe média, em contexto recente utilizamos o texto de Roswitha Scholz *O ser-se supérfluo e a “angustia da classe média”: O fenómeno da exclusão e a estratificação social no capitalismo* (2008). No item oito a autora apresenta resumidamente o ensaio de Robert Kurz fazendo jus à importância das classes médias no contexto da crítica do valor *O último estágio da classe média. Da pequena burguesia clássica ao capital humano universal*.

Salienta a autora que os recursos fulcrais do que seria a nova classe média saída do fordismo são: “educação e ciência e não a posse do capital ou dos meios de produção”. Scholz expõe a representação que esta nova classe média faz do capital em seu duplo aspecto, citando parte do ensaio de Kurz:

“Engenheiros, empregados, especialistas em marketing, planejadores de recursos humanos, médicos independentes, terapeutas, advogados, professores pagos pelo Estado, cientistas e assistentes sociais ‘são’, sob um determinado aspecto, o capital de um modo duplo. Por um lado, eles relacionam-se estrategicamente com o trabalho de outras pessoas por meio de sua qualificação, dirigindo e organizando no sentido da valorização do capital; por outro, eles se relacionam em parte (sobretudo na qualidade de trabalhadores independentes ou de quadros dirigentes) com sua própria qualificação e, dessa maneira, com eles próprios na forma de ‘capital humano’, como capitalistas no sentido da ‘autovalorização’. A nova classe média não representa o capital no plano dos meios de produção materiais externos ou do dinheiro, mas no plano da qualificação organizada para o processo de valorização, em um alto nível de aplicação de ciência e tecnologia”. (Kurz APUD Roswitha; 2008)

A autora enfatiza também que “o capital” hoje se tornou mais anônimo e assumiu uma figura mais socializada na forma das sociedades anônimas, aparelhos estatais, infraestruturas, etc. Nas palavras da autora

“ ‘O capital’ não é um grupo de proprietários jurídicos, mas o princípio comum que determina a vida e a ação de todos os membros da sociedade, não só exteriormente, como também na sua própria subjetividade.” (Kurz APUD Roswitha; 2008)

Nos apoiamos para a realização da leitura e análise das entrevistas realizadas com o grupo de migrantes qualificados (capítulo 3) no percurso entre burocracia e formação de classe média passando pela relação intrínseca com o Estado, sob a perspectiva da

modernização capitalista e no caso do nosso objeto de estudo com a territorialização do capital. Os elementos trazidos pelos autores aqui citados, abarcam muitos temas surgidos nas falas dos migrantes, desde questões estratégicas para o Estado até subjetividades individuais, indicando o grau de aprofundamento com que a expansão da forma social constituída no sistema capitalista age em todas as dimensões da reprodução da vida dos indivíduos, e que aparece em seu estado latente nos percursos dos migrantes.

1.4 Elementos da mobilização do trabalho na sociedade capitalista

A bibliografia inicial da pesquisa foi a obra de Jean Paul de Gaudemar, *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital* (1977). Nesta obra o autor destrincha a leitura e a análise da mobilidade do trabalho, tirando o foco da mobilização simplesmente espacial e colocando-a como central no processo de acúmulo do capital e no desenvolvimento das forças produtivas.

É a partir das teses de Adam Smith sobre o papel produtivo do trabalho que Marx reinterpreta a mobilidade, e analisa, critica e evidencia as contradições entre as leis naturais e institucionais que desapareceriam diante das determinações do modo de produção capitalista. Marx pega outra via com o desenvolvimento do materialismo histórico descobrindo a mobilidade do trabalho como “axioma da economia política clássica” e de “suas manifestações concretas, próprias ao modo de produção capitalista”.

O autor sinaliza, então, o caráter ambíguo da mercadoria força de trabalho para o indivíduo:

1. Positivo: ele tem a liberdade de escolher como deseja vender sua mercadoria trabalho;
2. negativo: ele só tem a possibilidade de vendê-la para reproduzir a sua vida.

Assim, apresenta-se a mobilidade e “liberdade” da força de trabalho: ela pode ir e vir, mas sujeitada sempre às exigências do capital e da sua vulnerabilidade, com toda a imposição das condições de trabalho. Nas palavras de Gaudemar, nestas condições:

“em ambos os casos, a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos, quer tenham sido impostos; móvel, quer dizer apta para as deslocções e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe desde que o lucro extraído seja satisfatório. O dinheiro vem reforçar esta tendência e assim

estimular a mobilidade da força de trabalho. Pouco importa o emprego desde que o salário recebido em troca seja satisfatório” (Gaudemar; 1977; 190)

O trabalho livre – força de trabalho como mercadoria – tem uma função determinada. Assim, a mobilidade contraria a liberdade em função da busca por emprego, da necessidade de se deslocar como mão de obra para o capital: “quanto mais desenvolvido maior a mobilidade”. A libertação dos servos europeus e escravos na América é o momento em que surge o proletariado e o mercado de trabalho, pois o trabalho possui a virtude particular de ser fonte do valor de troca, é a única mercadoria que a possui, o trabalho é consumido e cria valor.

“A força de trabalho é então definida sem equívoco, como a mercadoria que um homem ‘possui’ ou ainda ‘o conjunto de faculdade psíquicas, físicas e intelectuais que existem no corpo de um homem e na sua personalidade viva, e que ele tem de por em movimento para produzir coisas úteis’ (Marx). Mercadoria que tem a virtude específica de transformar o dinheiro em capital. Esta mercadoria possui do mesmo modo que qualquer outra um valor” (Gaudemar; 1977; 188/189).

No contexto da pesquisa – que investiga a formação de um grupo específico de migrantes, que nas décadas de 1990 e 2000, migraram para o estado de Rondônia tendo já um perfil sócio-econômico de classe média e formação universitária – a interpretação de Gaudemar sobre a força de trabalho como disponível, indiferente das condições que o trabalho apresenta, é bem identificada.³⁶

Além desta característica, para que a força de trabalho se realize, ela precisa ser livre em dois sentidos:

- 1º como pessoa livre que dispõe como quiser de si e
- 2º como livre de qualquer mercadoria, sem posses, apenas com a mercadoria força de trabalho para vender.

Na mobilidade e liberdade da força de trabalho há ainda o aspecto positivo da escolha do trabalho (local e modo), mas este trabalho é condicionado pela oferta e pelas formas de quem o oferece, bem como que quem ‘dá’ trabalho também pode tirá-lo a qualquer momento. Aí entra a mobilidade como fator importante pois os trabalhadores,

³⁶ O grupo de migrantes que trabalhamos tem características que se sobrepõem quanto a seus papéis sócio econômicos, culturais, estratégicos para o Estado, passando por múltiplas sociabilidades. O grupo é apresentado aqui como burocracia, tecnocracia, classe média, migrantes qualificados, conforme o enfoque da discussão. No entanto todas as pessoas entrevistadas se enquadram de forma geral dentro do contexto do trabalho complexo.

que devem ser tanto móveis, como capazes de manter os locais preparados pelo capital. Assim, tanto capital como trabalho devem ser móveis o máximo possível pois, o primeiro chega em qualquer lugar e compra qualquer coisa.³⁷

O capital derruba também as fronteiras jurídicas para alcançar a compra de qualquer espécie de trabalho ou de apropriar-se e adequar-se, ou modificar qualquer gênero de trabalho.

“Em ambos os casos, a força de trabalho deve ser móvel, isto é, capaz de manter os locais preparados pelo capital, quer tenham sido escolhidos, quer impostos; móvel, quer dizer apto para os deslocamentos e modificação em seus empregos, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório”. (Gaudemar; 1977; 190)

Deste entendimento resulta o que Marx explicita em o “O Capital” (sexta sessão do livro I, ainda segundo Gaudemar): o conceito de que o capital acaba por ser indiferente a modalidades de força de trabalho de que se apropria, a natureza dos trabalhos baseando-se na mobilidade que vai ser a forma de quebrar barreiras culturais tradicionais ou jurídicas que esteja impedindo sua livre fluidez. Além disso o capital exige uma mesma fluidez ou mobilidade de trabalho, isto é, capacidade de aplicação da força de trabalho do operário.

Nas palavras de Gaudemar (1977; 191):

“o ‘modo de produção capitalista cria seus próprios obstáculos e depois os derruba atropelando leis e fatores extra econômicos’. Assim, quanto mais desenvolvido é o modo de produção capitalista num país (estado, local) maior é a mobilidade exigida da força de trabalho, e a pressão sobre as leis e a cultura e sua organização. Ao trabalhador, por outro lado, tanto mais indiferente ao conteúdo de seu trabalho (alienação), segundo o autor ‘mais é fluida e intensa a migração de capital e um ramo da produção pra outro’ ” (Gaudemar; 1977; 192).

A mobilidade da força de trabalho é uma pré-condição ao modo de produção capitalista, pois contrariamente aos antigos sistemas, a liberdade do trabalhador, liberdade condicionada, é que permite as adequações da produção. Diferente da escravidão (monótona, tradicional) quando a própria pessoa era a mercadoria e o proprietário tinha domínio sobre ela, mas também ‘responsabilidades’ e custos para um trabalho e um

³⁷ Os burocratas públicos tem um falsa sensação de segurança devido a sua condição estável enquanto trabalhador, em termos de concorrência no mercado de trabalho, baseando-se na legitimidade meritocrática.

período específico. A mobilidade do trabalho pode ser a gênese do capitalismo e até hoje pode se observar o maior desenvolvimento pelo nível de mobilidade.

Nos primórdios do modo de produção capitalista surgiu de forma pensada a produção das forças de trabalho. Desde a transformação de servos e escravos em trabalhadores “livres”, constituíram-se os mercados de trabalho. Estes, como quaisquer outros mercados têm suas mercadorias, força humana de trabalho, que na relação capital/trabalho para o capitalista, é uma mercadoria particular do ramo de mercadorias, deve-se atentar que este nível de complexidade das relações de produção dentro da sociedade não pode e não é algo natural, “tal relação não tem qualquer fundamento natural, e não é também uma relação social comum a todos os períodos da história” (Marx apud Gaudemar; 1977; 193), resulta da acumulação da experiência de destruição de uma série de formas de produção social anteriores.³⁸

A força de trabalho no mercado submetendo-se a “duração, intensidade, produtividade” (Gaudemar; 1977; 194) desencadeia uma mobilidade interna na produção. Se a produtividade já não ganha mais com estas adequações, é alimentado um processo externo de “circulação das forças de trabalho” (Gaudemar; 1977; 194). A situação do trabalhador a mercê do capital, fica em função de suas crises deslocando-se para buscar melhores salários ou condições de sobrevivência.

Os trabalhadores jovens são os que ficavam e ficam mais vulneráveis devido ao baixo nível de limitações pessoais que apresentam nesta fase da vida. A maior delas é, no entanto, a preparação diferenciada, uma formação de mão de obra específica. Daí surge a preocupação do capital em criar capacitação profissional para suprir estas limitações. Desdobram-se “campos de intervenção da mobilidade da força de trabalho” (Gaudemar; 1977; 194) que “conduzem ao aparecimento de força de trabalho como mercadoria criadora de valor quando do seu consumo no processo de produção” (Gaudemar; 1977; 195). Os levantamentos da presente pesquisa, demonstraram que no caso estudado, a formação/qualificação dos migrantes se deu em um contexto de nível nacional, sob a perspectiva de formação metropolitana para a disponibilidade de ‘recursos humanos’ passíveis de mobilização para circulação pelo território nacional, marcados por uma

³⁸ Em Rondônia, durante as várias fases do processo de colonização e atualmente com a modernização se destrói várias formas de reprodução social, sem que estas perdas, seja em vidas humanas, culturas, ambientes naturais, ou todos estes elementos em conjunto, sejam poupadas.

característica de vulnerabilidade implícita (juventude), em muitos casos sem que os indivíduos tenham a percepção desta condição.

Os produtos, para se realizarem com seus valores de uso e de troca necessitam do desenvolvimento da divisão social do trabalho, isto já havia acontecido em outros modos de produção, no entanto, nunca o próprio trabalho havia se tornado mercadoria.

“As condições históricas de sua existência (o capital) não coincidem com a circulação das mercadorias e do dinheiro. Apenas se produz onde o detentor dos meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalho livre que ali vai vender a sua força de trabalho, e esta única condição histórica contém todo um mundo novo” (Gaudemar; 1977; 196)

Em Marx, acrescenta o autor em nota “é apenas a partir deste momento que a forma mercadoria se torna a forma social dominante”. Gaudemar (1977) conclui afirmando que a mobilidade do trabalho é a expressão da “liberdade” do trabalhador e que ela participa na “determinação específica da economia capitalista”.

Todo trabalho real torna-se apenas dispêndio de força humana de trabalho. Torna-se simplesmente a troca de uma mercadoria, trabalho, por outro produto, a relação social que existia antes entre os homens se desfaz, já que o trabalho agora é mercadoria e a relação das pessoas é mediada por ela, torna-se relação entre coisas. O autor faz uma comparação com a sociedade medieval dizendo que neste período, os diversos trabalhos e produtos não tinham que assumir forma fantástica e as relações sociais e de trabalho dos indivíduos se misturavam, era uma só coisa.

A mobilidade do trabalho é condição de sua mercantilização, mas o autor diz que ela contribui também para desmistificar outra grande relação imaginária, a relação monetária, mercadoria dinheiro, mercadoria força de trabalho, o dinheiro também tornou-se mercadoria, fosse ouro, prata, “isto é, corolário da forma dinheiro” (Gaudemar; 1977; 199) o dinheiro também é mistificado como não mercadoria, assim como a força de trabalho.

Dinheiro é mercadoria que sozinho não exprime seu valor e sim na relação com outras mercadorias, seu valor exprime-se na quantidade de alguma mercadoria, esta por sua vez precisou de trabalho humano para sua produção, com a força de trabalho como mercadoria surge “o duplo efeito força de trabalho – dinheiro” (Gaudemar; 1977; 199).

A transformação do dinheiro em capital passa pelo processo de compra - venda da força de trabalho, por que este é mercadoria e “se o processo de compra-venda de

mercadorias fundava o estatuto geral do dinheiro numa economia mercantil, o da força de trabalho funda o estatuto específico do dinheiro capitalista” (Gaudemar; 1977; 200). Como o capital é capaz de investir em qualquer lugar que lhe interesse, transfere ao trabalhador a indiferença pelo conteúdo do seu trabalho, esta sendo mais uma causa da mobilidade.³⁹

O autor retoma o Capítulo II (O capital) dedicado a determinação geral das trocas:

“Retomemos ainda o capítulo II consagrado à determinação geral <das trocas>. A afirmação ‘as mercadorias não podem ir ao mercado por si sós nem trocarem-se a si mesmas’ responde imediatamente a especificidade da força de trabalho que pode ir *por si só* ao mercado. São os homens que pela sua mobilidade, alimentam o mercado das suas forças de trabalho. A força de trabalho é assim uma única mercadoria *duplamente particular*: não só o seu uso produtivo cria um valor superior ao seu valor de troca, mas também se apresenta ela própria no mercado, como única mercadoria “livre” de se deslocar, de se dirigir ao local de venda de sua escolha. Esta dupla particularidade é comandada pela mobilidade da força de trabalho, dela desenha as diferentes formas, espaciais ou setoriais, profissionais ou categorias, etc.” (Gaudemar; 1977; 201)

O trabalho escravo anunciava o trabalho assalariado à medida que o escravo nos processos primitivos de troca, são possuídos e transformados em coisas, pela força, em mercadorias, os homens “livres” por sua vez, venderão sua força de trabalho “espontaneamente”. O trabalho é o mesmo, a mercadoria muda do indivíduo na escravidão para o trabalho no capitalismo, mas como o indivíduo não existe sem trabalho, a situação não é tão diferente. Resolvida a questão de transformar o trabalho em mercadoria, ele pode se comerciar no mercado, entre quem tem essa mercadoria e quem tem o dinheiro para comprá-la, o que é feito a partir de um contrato de trabalho, que “é apenas a relação de vontades na qual se reflete a relação econômica” (Gaudemar; 1977; 203). Preso ao contrato, o trabalhador estará submetido à divisão de tarefas e ao ritmo que lhe será apresentado.

A mobilidade é resultado, entre outros fatores, da busca sempre maior por produtividade, e trabalho produtivo é o que valoriza o capital, seja na produção, na vigilância ou direção da produção, ou na transformação de mais valia em capital. “Não

³⁹ Novamente uma característica da mobilidade válida para os migrantes qualificados, objeto de estudo da pesquisa: há sempre uma noção formal do conteúdo do trabalho que virão a realizar, no entanto na fala de quase todos os entrevistados, a necessidade de trabalhar aparece como prioritária, sendo o critério mais importante para a tomada de decisão de migrar.

há efetivamente valorização se não houver realização de mais valia” (Gaudemar; 1977; 204/5).⁴⁰

O trabalho precisa trocar-se pelo capital para se tornar produtivo. O capital variável é a força de trabalho e o capital constante são os instrumentos, as matérias primas. A componente L1 do trabalho, para Marx, ele insiste muito nela, é a força de trabalho, pois considera que é a que vai influenciar e definir as outras, as outras se acomodam a ela.

O autor explica que a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo não se presta a uma “distinção operatória em matéria de estratégia política (...) mas o trabalho produtivo não é assimilável, pelo menos no pensamento de Marx, nem à classe operária nem ao salariato” (Gaudemar; 1977; 207).

A produtividade do trabalho se dá quando o capital encontra a mercadoria força de trabalho, por isto:

“a produtividade do trabalho supõe assim diretamente a mobilidade do trabalho, quer esta mobilidade permita a extração das forças de trabalho de esferas em que o capital não estabeleceu ainda o seu domínio, quer ela modele estas forças de trabalho segundo as exigências do capital, quer assegure a sua circulação” (Gaudemar; 1977; 207) “a

⁴⁰ Considerando os conceitos de mais valia e trabalho abstrato desenvolvidos por Marx, apresentamos aqui também a ideia de crise categorial do capitalismo, baseada na perspectiva de colapso da modernização, pensada por Robert Kurz: “Pela primeira vez na história do mundo moderno, pela primeira vez na história do desenvolvimento capitalista, a categoria fundamental do trabalho abstrato é questionada, mais especificamente pela dinâmica do próprio desenvolvimento capitalista.(...) O Trabalho Abstrato é, como dizia Marx, a substancia do próprio capital. Se o desenvolvimento cego das forças produtivas da microeletrônica acabam minando a substancia do capital, então devemos afirmar o capital está se dessubstancializando a si mesmo e como Marx já diz isso, já escreveu isso há 150 anos então, o capital torna-se a sua própria barreira, o capital torna-se obstáculo de si mesmo, pois pela sua essência ele se apoia no aproveitamento do trabalho humano e por outro lado, ele torna o trabalho humano supérfluo, em virtude do desenvolvimento cego das forças produtivas. Então, uma categoria central do próprio capital, o trabalho abstrato, que se apresenta como valor, como processo de valorização, essa categoria central do próprio capital é questionada e destruída pela terceira Revolução industrial. Por esse motivo temos conforme eu penso, uma crise de nova qualidade, essa crise é uma crise de categorias, a crise hoje acaba tomando conta da categoria central do próprio capital, não se trata mais de uma crise superficial que possa ser compensada, recompensada e desembocar numa nova era de acumulação do capital pois neste caso a nova massa da força de trabalho poderia ser utilizada, mas justamente este não é o caso. Ora se uma categoria central do moderno sistema produtor de mercadorias, aliás capitalismo, está caindo, está sendo destruída pela própria evolução do capitalismo, então todas as outras categorias também devem cair como pedras em um jogo de dominó. Pois as categorias individuais desse sistema que são para nós tão evidentes como o ar que respiramos, afinal nós fomos socializados para usar estas categorias: trabalho, valor, dinheiro como mercadoria, estado, política e democracia, tudo isso não representam categorias individuais, mas tudo isso forma o nexo no qual uma categoria depende de outra e Marx já denominou esse nexos social das categorias modernas do capital, cujo centro é o trabalho abstrato. Marx denominou isto sistema fetichista, sistema de fetiches. Isso pela seguinte razão: esse sistema se baseia no fato de que as pessoas não regulam conscientemente as suas próprias condições de vida, não controlam tudo isso, as formas sociais, muito pelo contrário, adquiriram uma independência, daí esta estranha objetividade da qual eu falei no início. (<http://criticaradical.noar.tv/debates/175/robert-kurz-cr%C3%ADtica-radical,-crise-e-emancipa%C3%A7%C3%A3o>)

produtividade do trabalho supõe a sua mobilidade como elasticidade do seu uso” (Gaudemar; 1977; 208).

Para chegar a esta leitura, Marx precisou “ultrapassar a noção clássica” da economia. Primeiro foi Smith quem ligou a acumulação do capital com trabalho produtivo, concreto, útil e adaptável em todos os locais, tese sobre a dupla emancipação do capital e trabalho dos contratos feudais, confundido com o discurso de liberdade natural. Para Smith, aí estaria a possibilidade de equilíbrio entre ordem natural e a desordem institucional, quando entra Marx, para dizer que não haverá ordem, mas sim outra categoria de dominação, a do capitalismo, já que o homem possui seu corpo mas é obrigado a vendê-lo.

A mobilidade também é entendida diferentemente:

- em Adam Smith: “adaptabilidade às exigências do capital ao mesmo tempo que expressão da liberdade natural dos homens” (Gaudemar; 1977; 208) contraditório.
- em Marx: é certo que a mobilidade do trabalho conduz a uma ‘liberdade’ dos homens, mas aquela que significa a sua emancipação de modos de produção anteriores, não ao modo de produção capitalista. “Cessa aí essa liberdade, pela mercantilização da sua capacidade de trabalho, que o novo modo de produção impõe” (Gaudemar; 1977; 209).
- Força de trabalho como mercadoria = mobilidade do trabalho
- Servos e escravos = imobilidade do trabalho

Assim, “o axioma da economia política clássica é a mobilidade da força de trabalho e a fluidez do capital” (Gaudemar; 1977; 209), ela também é determinante da produção de mais valia: absoluta (aumento no tempo de trabalho) e relativa (mudança na tecnologia ou na divisão do trabalho), esta, transforma os processos técnicos e as combinações sociais.

“É portanto necessário sublinhar que os dois modos de extração de mais valia conduzem ambos à utilização da elasticidade- mobilidade da força de trabalho, quer seja no tempo empírico (mais valia absoluta), quer seja no ‘tempo’ específico do ritmo, do período de trabalho (...) Com a mobilidade se realizando perfeitamente há ganhos de mais valia, pois ela resolve os atritos que causam a perda de entropia na produção” (Gaudemar; 1977; 215 - 216)

Na mais valia absoluta, ocorre a mobilização, no tempo, da força de trabalho. A jornada de trabalho, apresenta duas demandas diferentes: para o patrão, o máximo uso da

força, para o operário, o mínimo, assim a mobilidade exigida da força de trabalho (para a qual ela resiste) manifesta-se no tempo e não no espaço. O autor diz citando Marx que há uma ‘antinomia’ pois pela lei, ambos têm direito, de comprar ou vender força de trabalho, por isso que a discussão sobre jornada de trabalho, sempre esteve na pauta e está até hoje.

A mobilidade da força de trabalho manifesta-se no tempo primeiro pela extensão máxima da jornada, seja legal ou ilegal a forma de conquistá-la. ‘Os pequenos roubos fazem grandes lucros’, quando se trata de formas de desvios de regulamentos que permitam maior exploração do trabalho. O outro momento é o da criação de equipes de trabalho para revezamento de turnos, já que não se pode manter um único homem na lida 24h.

Assim é a mobilidade do trabalho:

1. Uso de força de trabalho o máximo de tempo
2. Uso da força de trabalho em qualquer tempo.

Com estes mecanismos de exploração aplicados à mobilidade:

“A produção capitalista prolonga o período produtivo do trabalhador durante um certo lapso de tempo abreviando a duração da sua vida” (Gaudemar; 1977; 220).

Esta opção de super exploração que reduz o tempo de vida gera problemas também para o capital, conforme o autor, gerando insuficiências na oferta de força de trabalho. Este processo leva da mobilidade temporal para a mobilidade espacial, à medida que no período de Marx gerava o êxodo rural, e hoje todo tipo de deslocamentos, de migrações, iniciados pelas “insuficiências da oferta de trabalho” nos mercados.

“As formas temporais da mobilidade do trabalho conduzem às suas formas espaciais, particularmente o êxodo rural que permite ao mercado de trabalho industrial compensar a atrofia da mão de obra. Mas esta fonte também se esgota, pelo menos qualitativamente” (Gaudemar; 1977; 221)

A condução das formas temporais às espaciais pelo êxodo, os variados tipos de deslocamentos, tem o inconveniente para o capital de que também se esgotam, “pelo menos qualitativamente”. A alternância da disponibilidade ou falta de mão de obra liga-se aos períodos de recessão e prosperidade, ambos têm seus problemas, um a miséria e outro o esgotamento das reservas.

Este quadro levou os capitalistas, no coletivo, a passarem a se preocupar com a saúde do trabalhador e que para se manterem vivos teriam que seguir as leis coercitivas externas, pensando tanto na produção quanto no controle dos salários, tendo assim que diminuir a pressão sobre a ‘elasticidade’ temporal da força de trabalho.

“O homem trabalha durante menos tempo mas mais depressa e com material mais aperfeiçoado. É-lhe pedido que aplique a sua capacidade de adaptação, a sua mobilidade, a outras exigências” (Gaudemar; 1977; 222)

Posteriormente, mesmo com as leis determinando limites ao tempo do trabalhador, ao longo do tempo vão se produzindo outras formas de exploração com novos instrumentos e materiais para os quais a flexibilidade, capacidade de adaptação e mobilidade continuam sendo iguais ou maiores.

Há então movimentação nas sociedades industriais do século XVIII para o XIX, no sentido de obrigar todos os pobres a tornarem-se vendedores de sua força de trabalho. A luta dos trabalhadores é antiga e nem sempre o trabalho como vemos hoje foi uma escolha das pessoas, ao contrário, veio primeiro como imposição para quem havia sido retirado das terras e depois para os miseráveis da cidade. O capital consegue, forçando o Estado, regulamentar jornadas de trabalho e salários no início do século XIX.

O texto traz exemplos colocados por Marx entre 1830 a 1850 de como foram as tentativas de estabelecer jornadas de 12 e 10 horas, com diferença pra mulheres e adolescentes, nas fábricas da Inglaterra, e de como estas regulamentações geraram a dispensa destes grupos e a contratação de homens e da manutenção do sistema de mudas. O retorno das mulheres e adolescentes acaba acontecendo com trabalho de fato de 15h, até que em 1850 conseguem manter o sistema de 10h e proíbem o trabalho da criança de manhã e a noite.

Na França a situação não era diferente senão pior, pois apesar da jornada de 12h não havia limite de horário, chegando os operários a trabalharem por 17h, frequentemente (França, 1848 - lei das 12h).

A mobilidade adquirida pelo trabalhador com sua saída do mundo feudal, apenas o leva a outra armadilha, a do capital, onde a mobilidade lhe permite adaptar-se as exigências do trabalho assalariado fabril, num sistema que compra individualmente a

força de trabalho exaurindo-a e ao mesmo tempo, dificulta sua organização. Haveriam de proclamar uma ‘mobilidade coletiva’, contra a exploração.

Passando à produção de mais valia relativa, o autor lembra que o desenvolvimento destas teorias encontram-se em três tópicos do livro I de “O Capital”: ‘Da cooperação’ – cap. XIII; ‘Divisão do trabalho e manufatura’ – cap. XIV; ‘Maquinismo e grande indústria’ – cap. XV.

A constituição da mais valia relativa se compõe de várias fases de desenvolvimento da organização da produção, a primeira delas, a cooperação simples, se dá quando se reúnem os operários num só lugar para a realização do produto- diferente do início do capitalismo quando cada um realizava suas tarefas domiciliarmente. Assim ela diminui o espaço no qual o trabalho se executa gerando mais lucro.

O capital paga individualmente, mas ganha pela coletividade e pela cooperação entre o indivíduos e esta parte também é apropriada, “não paga a força combinada” (Gaudemar; 1977; 226).

“Sob o ponto de vista da força de trabalho, esta primeira característica implica: 1) convergência das forças de trabalho até aqui dispersas. A cooperação inaugura então a era dos polos de atração da mão de obra; 2) a extensão do seu campo de atividades, a sua utilização comum para a execução dos grandes trabalhos (canais, caminhos de ferro...) mas diferente do que poderiam ser os grandes trabalhos da Antiguidade no Egito ou noutro lado, em que o trabalho só se tornava coletivo, pela mediação da relação individualizada senhor - escravo.” (Gaudemar; 1977; 227)

Reunir operários na fábrica gerou o surgimento de novos atores sociais dentro e fora dela, que asseguravam seu funcionamento; os diretores, coordenadores, seguranças.

“Esta função de direção, de vigilância e de mediação tornam-se funções do capital desde que o trabalho que lhe é subordinado se torna cooperativo, e como função capitalista, ela adquire caracteres especiais” (Gaudemar; 1977; 227 nota 30)

Enquanto que o comando total fica com o empresário. Assim, o processo de produção vai se hierarquizando com mediadores que mesmo não sendo o capitalista, comandam o trabalho durante seu processo como tal.

“A cooperação, pelos seus efeitos sobre a diversificação do trabalho e a polarização do seu espaço de exercício, alarga assim o campo de intervenção da mobilidade do trabalho. Até aqui, a mobilidade da força de trabalho era apenas definida a partir das condições gerais de realização do processo de compra-venda da força de trabalho ou ainda

a partir da das variações da duração da jornada de trabalho. Abre-se diante dela um novo domínio, que dá às suas formas um aspecto mais empírico, mais ‘real’ mais precisamente, uma dupla dimensão espacial, por um lado, uma dimensão social por outro.” (Gaudemar; 1977; 228)

Nesta dimensão espacial a mobilidade do trabalho leva a força de trabalho a “domesticar” grandes espaços, deslocando não somente a si mas também os meios de reprodução de sua vida, aumentando a circulação de mercadorias.

“mobilidade da força de trabalho torna-se mobilidade no espaço (geonômico)” (Gaudemar; 1977; 228)

A força de trabalho domina o espaço mas é obrigada a se concentrar onde este se executa e ainda,

“a mobilidade da força de trabalho é determinada muito precisamente pelas necessidades do capital; necessidades que irão tomando diferentes formas, alternativamente centrífugas e centrípetas, quanto à sua forma espacial, segundo as características do potencial em força de trabalho” (Gaudemar; 1977; 229)

Na dimensão social, há o surgimento de uma estrutura hierárquica na organização do trabalho a partir da estruturação social do trabalho na fábrica.

“Os elementos de uma mobilidade social capitalista estão já no seu lugar” (Gaudemar; 1977; 229)

Diferente da mobilidade do fim do feudalismo ou de transformação dos camponeses em proletários, que promoveu um movimento horizontal, com a hierarquização na indústria as novas formas de mobilidade vertical são inauguradas, abertas.

A manufatura sucede a cooperação simples no desenvolvimento da produção, é um fator mais dinâmico na mobilidade do trabalho, começa com a diferenciação de tarefas e segue para a especialização de tipos de trabalho até chegar a divisão sistêmica, que favorece o aumento de produtividade e a renda do capitalista. A manufatura é a infância do capitalismo, pois mesmo com as máquinas, é a organização do trabalho que vai influenciar definitivamente no aumento da produção. Na manufatura se reestrutura a força de trabalho criando hierarquias (gradações de tarefas de trabalho e salários),

“constitui o trabalhador coletivo como matriz produtiva” (Gaudemar; 1977; 232)

Em comparação à idade média o capitalismo cria com a manufatura hierarquizada, os vários níveis de habilidades para o trabalho, não é mais preciso controlar todo o

processo de produção, apenas uma parte dele e pensar em aprender outras partes para ascender a novos postos, criando o que se chama de carreira individual e que segundo Gaudemar é uma das mobilidades do trabalho, no caso, internamente, dentro da fábrica mas que se reflete fora também.

Com esta divisão vão surgindo os especialistas, o trabalhador se aliena do processo produtivo, passa a ser o trabalhador coletivo, a ciência e a técnica à parte como especialidades passam a ser uma força produtiva independente do trabalho.

“A evolução do próprio utensílio de trabalho segue e reforça este movimento. Diferenciação e especialização das forças de trabalho têm por corolário diferenciação e especialização dos instrumentos de trabalho. Isso constitui ao mesmo tempo a base de uma revolução tecnológica que pelos novos procedimentos que trará, provocará a criação de novos ofícios” (Gaudemar; 1977; 234). Ao mesmo tempo “no plano espacial, a manufatura implica igualmente uma especialização dos territórios que dá um contorno específico à divisão do trabalho.” (Gaudemar; 1977; 235).

A manufatura foi o embrião do que viria a permitir a mais valia relativa, mas apesar disto o que de fato permite um grande aumento do potencial de trabalho, muito acima do que produzia o artesão, a manufatura ainda é a mão de obra que é o princípio regulador da produção social, diferente do que acontecerá com a introdução das máquinas em todos os estágios da produção, então as manufaturas são a transição.

“dão conta, ao mesmo tempo, das modificações da utilização da força de trabalho (diferenciação do processo de trabalho e estruturação coletiva) e dos seus efeitos sociais em conjunto” (Gaudemar; 1977; 236)

Manufatura:

- a) Divisão do trabalho cria os diretores e a vigilância, que atuam no lugar do capitalista e se apropria da ciência, experiência e conhecimento (engenheiros, sábios, técnicos, artistas). Isso aumenta as possibilidades do trabalhador, mas ao mesmo tempo exige dele toda a adaptabilidade possível para suprir a necessidade da produção (cada vez melhor e maior), a manufatura faz surgir mobilidade também nas esferas hierárquicas do trabalho;
- b) Qualificação/especialização da produção, possível a partir de diferenciadas combinações da força de trabalho coletivamente, fazendo com que a força de trabalho adquira

“ao mesmo tempo outras tantas novas dimensões” (Gaudemar; 1977; 237).

Na organização pré manufatura, existia a “matriz de ofícios” que permitia uma fraca mobilidade do trabalho, enquanto na manufatura

“pelo seu desenvolvimento e pela estruturação das forças de trabalho que requer, transforma tudo: dividindo os ofícios em qualificações elementares e o poder em diferentes atributos, remodela a estrutura social” (Gaudemar; 1977; 237).

De matriz do ofício para matriz de qualificações: quanto maior a diversificação da produção, menores as multiplicidades de deformações possíveis, deformações no sentido da diversidade de ações de trabalho possíveis de serem realizados por um só trabalhador.

c) O surgimento da mobilidade espacial:

“todas estas formas (de mobilidade) se prolongam pela sua espacialização. Sem acentuar em extremo a polarização do espaço, a manufatura prefigura-a sublinhando a separação fundamental entre a cidade e o campo e, mais generalizadamente, desenvolvendo a divisão territorial pela exploração sistemática de todas as possibilidades (especialmente devido à sua mão de obra) de especialização vantajosa de um país ou de uma região. Daí surgem as correspondentes formas espaciais de mobilidade do trabalho. É a partir de tal processo que vai começar a modelar-se a repartição capitalista das forças humanas” (Gaudemar; 1977; 238)

A mobilidade do trabalho foi criada e gerada no desenvolvimento das forças produtivas, na especialização organizacional do trabalho, mas ganhou o espaço externo da fábrica, pois envolve todo o circuito da venda de força de trabalho, e assim, num crescimento geométrico, passou a buscar a mão de obra necessária à sua continuidade e expansão sem limites e fronteiras, sejam sociais, geográficas ou legais.

Em relação ao trabalho complexo, realizado pelos migrantes qualificados, objeto deste estudo – apesar do salto histórico-temporal a que nos arriscamos realizar –, consideramos que, inseridos na multiplicidade de fatores produtivos em que o processo de modernização de desdobra, estes migrantes, em sua maior parte mobilizados diretamente pelo incentivo do Estado, mobilizam-se para se vincular de forma sistemática a criação de estruturas estatais para a garantia dos desdobramentos institucionais necessários, no estado de Rondônia, na busca da plena reprodução do capital.

Capítulo 2

2.1 Histórico de Rondônia

O presente capítulo apresenta informações sobre o estado de Rondônia, tentando situar cronologicamente os principais acontecimentos históricos, políticos e econômicos que precederam e se estenderam pelo período focado na pesquisa. Este panorama, ainda que geral, permitirá estabelecer a interlocução pretendida entre nosso ponto de vista dos processos históricos com os levantamentos, as perspectivas e as impressões que encontramos no decorrer dos diálogos que tivemos com os migrantes entrevistados durante a pesquisa.

As mudanças dos padrões econômicos e tecnológicos no Brasil demonstram que as ferramentas técnicas utilizadas para a ocupação do território amazônico – que permitem a criação de infraestruturas de apoio ao trabalho de avanço sobre as áreas originais – associadas aos processos anteriores de ocupação, nunca foram tão eficazes como na atualidade.

Um movimento que pode ser qualificado como invasão da Amazônia, de Rondônia e de Porto Velho, a área de estudo desta pesquisa. A atual configuração espacial se deu fundamentalmente à custa do extermínio ou isolamento e sedentarização forçada dos povos originários.

Conforme os estudos dos autores: Carlos A. Santos *Fronteira do Guaporé (2001)*⁴¹; Luciana R. M. Borges *Hidrelétricas do Madeira Análise da Dinâmica Socioambiental no Distrito de Mutum-Paraná RO (2009)*⁴² e Paulo H. Schröder – *Análise espaço temporal do processo de ocupação do município de Corumbiara (2008)*⁴³; em 1943 Getúlio Vargas decretou a criação do Território Federal do Guaporé, a partir do desmembramento de terras dos estados do Amazonas e do Mato Grosso, em 1956 o nome do Território foi mudado para Rondônia, mas o estado, como ente federado foi criado de fato em 1981.

⁴¹ Ed.Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2001

⁴² Depto. de Geografia – NCT – Fund. Univ. Fed. de Rondônia – UNIR Porto Velho – RO, 2009

⁴³ Dissertação de mestrado UFSC – Florianópolis, 2008.

Um processo lento, ao longo de quatro séculos, imprimiu marcas até hoje presentes na configuração territorial de Rondônia. Já no Século XVII Raposo Tavares juntamente com as missões jesuítas partiu de São Paulo, atravessando o atual território do Estado de Rondônia pelos rios Guaporé, Mamoré, Madeira, seguindo pelo território do atual estado do Amazonas pelo rio Amazonas até Belém, um dos primeiros registros geográficos destes rios. No século XVIII foi encontrado ouro no Vale do Rio Guaporé, induzindo a instalação de vilarejos e a construção do Real Forte Príncipe da Beira, no atual município de Costa Marques. O objetivo era marcar o território – que posteriormente se tornaria a fronteira – contra o interesse espanhol. Ainda no século XVIII foi fundada a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, também às margens do Rio Guaporé e que mais tarde se tornaria capital do estado de Mato Grosso.

Já a partir de 1879 teve início o primeiro ciclo da borracha, que durou até 1912, e representou um marco, pela grande leva de migrantes nordestinos que foram levados para as florestas e integrados ao trabalho de extração do látex. Ao mesmo tempo, no interior do território Rondoniense era desenhada pela comissão de Marechal Cândido Rondon a linha telegráfica (1907 a 1915), que daria a direção da ocupação e da fundação das cidades existentes até hoje no eixo da BR 364.

Além da violência intrínseca, os processos de ocupação da Amazônia trouxeram consigo transformações intensas no modo de vida ao longo de vários períodos de surtos ocupacionais colocando na linha de frente populações dispostas, pela necessidade, a serem os desbravadores que abriam as novas fronteiras do Brasil. Mas o discurso com sentido heroico destas entradas pelo território amazônico vão se perdendo à medida que a história se aproxima dos tempos atuais, e os elementos históricos mais detalhados podem ser melhor observados.

Entre 1907 e 1912, após algumas tentativas frustradas, foi concluída a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, ligando as cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, com a intenção de potencializar o escoamento da borracha produzida na Região. A cidade de Porto Velho foi fundada sobre o canteiro de obras desta ferrovia, em 1914, com uma população formada por indígenas dos grupos que já habitavam a área, muitos estrangeiros, caribenhos em especial, mas também, ingleses e até árabes que vieram para a construção da ferrovia e permaneceram, além de um grande número e trabalhadores migrantes do nordeste, principalmente do estado do Ceará.

A partir da segunda década do século XX, houve uma estagnação do processo de ocupação devido ao declínio da exportação de borracha, um novo surto produtivo vindo a acontecer apenas durante a Segunda Guerra Mundial. A partir de 1943, com a fundação do Território Federal do Guaporé, colônias agrícolas começaram a ser instaladas.

Seguiu-se um ciclo de exploração mineral, com a descoberta de diamantes na bacia do Rio Machado nos anos 50, e de cassiterita na região de Porto Velho. Mas a mudança fundamental no processo migratório para Rondônia se deu a partir da abertura das terras para a colonização por migrantes oriundos das regiões sul e sudeste que, iniciada na década de 60, estendeu-se pelas duas décadas seguintes.

Caracterizada não apenas por projetos regulares de ocupação, voltados a transformar os padrões de produção, mas também por interesses de capitais especulativos, este período foi marcado pelo uso constante da violência contra indígenas e entre os próprios grupos interessados ou inseridos na ocupação e exploração das terras.

Todo este processo se deu sob a tutela dos programas oficiais de distribuição de terras dos governos militares, que trataremos aqui, ou a partir de várias formas de grilagem de terras públicas, a “colonização espontânea” posteriormente também oficializadas e reconhecidas como legítimas pelo mesmo regime e pelos governos que se seguiram.

Rondônia tem sido, portanto, em toda a sua história, palco de conflitos gerados por interesses externos. Nas duas últimas décadas (1990-2010), o esforço de reconhecimento e de afirmação dos estados amazônicos no cenário nacional tem sido alimentado permanentemente, tanto pelas pressões ambientais que colocaram a Amazônia sob os refletores do país e do mundo, quanto pela dinamização do acesso às informações, que circulam trazendo e levando não só notícias, mas toda uma influência dos centros urbanos nacionais para a vida e a organização social locais.

Assim volumes grandiosos de recursos foram destinados para a Amazônia, de um lado para promover a ocupação, de outro para provar a importância da permanência da floresta, via financiamentos nacionais e estrangeiros aos institutos de pesquisas ambientais e universidades.

Apesar do tema meio ambiente não ser o foco desta pesquisa, é importante observar que, mesmo não sendo o eixo do planejamento estatal na Amazônia, a questão

está sempre presente, muitas vezes como mais um empecilho a ser superado, via negociações, pacíficas ou não, do que uma “questão de consciência” que tenha sido internalizada pelos atores econômicos principais do suposto desenvolvimento da região.

Com base nestes elementos pensa-se que a dinâmica atual das migrações é marcada fortemente pelo avanço da urbanização com investimentos financeiros altos provindos do Estado, influenciando o perfil dos novos trabalhadores que se deslocam para o norte do país.

Após esta apresentação introdutória, procuramos sistematizar alguns dados específicos acerca da problemática do presente trabalho, isto é, apresentaremos dados quantitativos, relacionados à migração para Rondônia de trabalhadores com curso superior completo nas décadas de 1990 e 2000.

Do ponto de vista espacial nosso ponto de partida foi a cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, Amazônia, Brasil. Percebemos que a cidade de Porto Velho, visivelmente constituída como uma colcha de retalhos de tempos de dinamismos e estagnações econômicas, tinha nestes retalhos as marcas de pessoas, de culturas, de etnias, de referências de lugares e de fazeres diversos.

Entretanto no período recente em que a pesquisadora participou destes processos (2005-2010⁴⁴), testemunhou muito desta diversidade sendo encoberta, sobreposta com imposições de modelos, padrões, de modos de fazer diferentes, em quase todos os campos da vida: do social e político ao do trabalho e da cultura, passando pela vivência do meio ambiente natural e urbano e das relações familiares e de amizade.

A chegada de novas levas de migrantes e as consequências deste processo, é o resultado das escolhas e demandas que chegam trazidas pelo modelo econômico externo⁴⁵, ao qual é impossível resistir, visto que se apresenta como única alternativa para quem tem o poder de realizar as escolhas, neste caso, o Estado juntamente com as elites externas e a elite agrária local.

Esta elite agrária local, representada pelos atuais fazendeiros e donos das terras (que há quatro décadas) foram disponibilizadas com a abertura das fronteiras

⁴⁴ Entre os anos de 2006 e 2010, trabalhei como analista de recursos naturais e meio ambiente do Projeto SIPAM, tendo residido por 6 meses no interior do estado e Rondônia e 4 anos na capital, Porto Velho.

⁴⁵ Entendemos por “modelo econômico externo” a modernização capitalista representada pela noção de metrópole e implementada pelo Estado em nível federal (de forma centralizada)

rondonienses na Amazônia, são constituídas em grande parte pelos antigos migrantes, que deixaram seus estados de origem para arriscar suas vidas no “tudo ou nada” da Floresta Amazônica, divulgada pela propaganda do Regime Militar (1964-1984) como o Novo Eldorado Brasileiro⁴⁶. Uma elite forjada na violência dos conflitos por terras e nos massacres de indígenas e posseiros, histórias que a memória viva dos calados pelo poder, ainda guarda.

Assim como nos primórdios da acumulação primitiva/expropriação, em O Capital, Marx narra os cercamentos realizados contra camponeses para abandonarem suas terras e irem compor a mão de obra e o exército de reserva da revolução industrial. Em Rondônia ocorreu uma ‘versão brasileira’ da acumulação primitiva, com a dizimação de vários grupos indígenas que habitavam o território na década de 1970, bem como comunidades de seringueiros e de populações tradicionais que antes da chegada dos “pioneiros”, já ocupavam há décadas o território.

Este processo tão recente na nossa história, é reflexo também ao das “bandeiras” promovido pela coroa portuguesa com a missão de adentrar os territórios e “amansar” os indígenas, ou exterminá-los diante de qualquer resistência.

A identificação é tão sintomática que no hino oficial do estado, os rondonienses se auto denominam “os bandeirantes de Rondônia”, o hino tem letra muito próxima inclusive a do hino do estado de São Paulo, cujos bandeirantes de fato foram os assassinos oficiais da colonização do território e que foram também homenageados no hino paulista com a frase “ante tua terra sem fronteiras, o teu São Paulo das ‘bandeiras’!”. Este tempo, no entanto, tempo de violências naturalizadas, é forçosamente esquecido, para que se possa dar lugar aos novos tempos da modernidade e da civilização, mas que não é livre de outros tipos de violência.

“Quando difundiram no Brasil a expressão “frente pioneira”, os geógrafos mal viam os índios no cenário construído por seu olhar dirigido. Monbeig define os índios alcançados (e massacrados) pela frente, como se estivessem ali transitoriamente, à espera da civilização que acabaria com eles. A ênfase original de suas análises estava no reconhecimento das mudanças radicais na paisagem pela construção das ferrovias, das cidades, pela difusão da agricultura comercial em grande escala, como o café o algodão.” (Martins, J. S. “Fronteira” pág 153)

⁴⁶ Os slogans principais do Regime Militar, em sua propaganda par divulgar os programas de ocupação na região eram “Terra sem homens para homens sem terra” e “Integrar para não entregar”

No processo inicial de modernização do território, marcada pela derrubada de florestas para a abertura à produção, nas décadas de 70 e 80, sob o governo de ditadura militar, os então territórios federais eram administrados por gestores indicados e tinham subordinação direta as Forças Armadas, principalmente ao Exército. A administração pública era feita por uma pequena elite militar ou de profissionais ligados a ela (o Incra, a Codaron e órgãos federais ligados a mineração como o DNPM), seus membros compunham uma primeira leva de migrantes com formação em nível superior que acompanharam os anos iniciais de re-ocupação em Rondônia.

A década de 1980, período da crise econômica que lhe valeu o estigma de década perdida, foi também quando o então Território Federal de Rondônia foi transformado em estado da federação (1981). Estes fatores trouxeram para o estado de Rondônia um novo grupo de profissionais, civis, que viam ali alguma oportunidade de trabalho. Para a maioria dos casos, jovens e recém formados, a opção de migrar, mesmo que para o desconhecido, e em alguns casos para o completo desconhecido, não se mostrava como absurdo considerando que o que justificava era o argumento o mais legítimo: a busca por trabalho.

Propomos neste capítulo trazer o histórico da formação da classe média em Rondônia e sua relação intrínseca com a formação de um grupo de burocratas do Estado local, para isto nos baseamos em alguns trabalhos recentes.

Iniciando com a implantação do Programa Polonoroeste (década 1980), investigado na pesquisa de doutorado de Jorge Luiz Coimbra de Oliveira, “A Burocracia Elitizada e o Polonoroeste em Rondônia”, entendemos que o começo desta classe média nos anos 1980 foi majoritariamente de oficiais militares, do exército principalmente. Tivemos acesso ainda a pesquisa de mestrado de Tânia Mara Azevedo Guimarães Baraúna, “Planejamento do Desenvolvimento: Da ilusão tecnocrática à realidade da práxis”, onde a autora avalia de forma sistemática a implantação de uma tecnocracia governamental no estado já nos anos 1990.

A segunda parte, seguindo a cronologia de programas e projetos governamentais federais para o estado de Rondônia, foi a produção e tentativa de implantação de um Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE – PLANAFLORO)⁴⁷, o primeiro a ser realizado

⁴⁷ Anexo 2

no Brasil, que representou a primeira tentativa de planejamento ecologicamente sustentável. Apesar da ineficácia deste zoneamento, os estudos realizados durante o processo trouxeram para Rondônia migrantes especializados para trabalhar na sua produção, bem como influenciou diretamente na formação dos profissionais de nível superior migrantes que já encontravam-se no estado. O trabalho de Baraúna também explora este tema.

A terceira e última parte que relaciona-se mais diretamente com o tema da pesquisa: os planos recentes de desenvolvimento econômico para RO (inseridos no PAC I – das gestões do Governo do Presidente Lula), trata do último fluxo recente de obras desencadeadas pelo Governo Federal que dinamizaram a economia do estado de RO.

A partir das pesquisas de Luciana Riça Mourão Borges (2012): “Políticas Territoriais na Fronteira: o Programa de Aceleração do Crescimento e as transformações em Rondônia no início do Século XXI” e de Ricardo Gilson da Costa Silva (2010): “Dinâmicas Territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970/2010”, que dão o panorama da entrada destes recursos, nos situamos sobre qual foi a causa da mais nova onda de migração (geral) ocorrida para o estado, e para nossa área de pesquisa específica, a cidade de Porto Velho, que influenciou a formação do fluxo de migrantes qualificados, grupo estudado nesta pesquisa.

Estes trabalhos contribuem enormemente para o acompanhamento do processo de modernização capitalista vivido pelo estado de Rondônia com impactos diretos sobre a cidade de Porto Velho, o local dos levantamentos da nossa pesquisa. Tentaremos dialogar com estas pesquisas, buscando apresentar alguns possíveis debates com os pesquisadores, principalmente no que toca aos temas de interface entre política, economia e Estado, nos sentidos dos conceitos ontológicos utilizados como democracia, nação, território, região e especialmente trabalho.

Os temas trabalho, migrações e migrantes estão presentes não somente nos estudos acadêmicos consultados mas em praticamente todas as pesquisas, seja qual for o campo científico, sobre toda a Amazônia, mas principalmente sobre o estado de Rondônia. No entanto nosso ponto de partida é a perspectiva crítica em relação as migrações como parte do processo de expansão capitalista, com suas especificidades dentro da crise da modernização, logo, a partir da compreensão marxiana da mobilidade do trabalho.

2.2 Polonoroeste e a consolidação do estado de Rondônia

Durante o último Regime de Ditadura Militar deu-se a abertura das fronteiras no norte do Brasil como estratégia de ocupação fronteiriça na região. Os desdobramentos destes processos resultaram na conversão do Território Federal para ente federado estadual no ano de 1981⁴⁸.

Na região definida como noroeste do país, o programa Polonoroeste abarcava o estado do Mato Grosso e Rondônia com a intenção de criar estrutura para a instalação dos projetos de desenvolvimento econômico, baseando-se na exploração florestal, mineral e na instalação do sistema agropecuário.

A cidade de Porto Velho, fundada em 1914, foi um município do estado do Amazonas e passou a capital do Território federal do Guaporé, quando este foi criado em 1943 também sob uma ditadura, a do Estado Novo de Getúlio Vargas. O território foi renomeado Território Federal de Rondônia em 1956, em homenagem ao Marechal Cândido Rondon.

“Até o início da década de 1970 Rondônia tinha o mesmo perfil socioeconômico que a Amazônia, pois era uma região com grande vazio demográfico, concentração de terra e um pequeno número de pessoas empregadas em atividades primárias. A ocupação dessa região vinha tradicionalmente se dando ao longo dos rios e da ferrovia Madeira-Mamoré, porém com a nova política dos governos militares para a região, o quadro começou a mudar. A ocupação passou a se dar em áreas localizadas próximas a BR-364 (Rodovia Cuiabá - Porto Velho), onde tiveram início os primeiros Projetos Integrados de Colonização do INCRA.”(Oliveira, 2003; 125)⁴⁹

É a partir da década de 1970 que em Rondônia inicia-se uma ruptura com o que até então havia sido o padrão de ocupação na Região Amazônica. As políticas de planejamento da ocupação do Regime Militar de 1964 levou, além de Rondônia, o Mato Grosso e o limite leste do estado do Pará a desmatamentos em tempos recordes, migrações em taxas nunca antes imaginadas para a região, dizimação de povos originários. A expansão da fronteira agrícola ao preço da completa desestruturação social, tanto das populações locais quanto da vida dos migrantes que chegavam, levando a décadas de

⁴⁸ Lei Complementar n. 41, De 22 de Dezembro de 1981, cria o Estado de Rondônia e dá outras providências (Presidência da República- Casa Civil – Sub Chefia para Assuntos Jurídicos)

⁴⁹ Jorge Luiz Coimbra de Oliveira, “A burocracia elitizada e o Polonoroeste em Rondônia” – São Paulo 2003, pág 125 – no trecho citado, Oliveira reproduz, sem problematização, o mesmo discurso de vazio demográfico para a Amazônia que aguarda para ser ocupada, à maneira do que foi a propaganda do Regime Militar de 1964.

conflitos, é marcada pelo que José de Souza Martins (1997), em sua obra “Fronteira” considera uma desigualdade de tempos históricos.

“Cada uma dessas realidades tem seu próprio tempo histórico, se considerarmos que a referência a inserção ou não na fronteira econômica indica também diferentes níveis de desenvolvimento econômico que, associados a níveis e modalidades de desenvolvimento do modo de vida, sugerem datas históricas distintas e desencontradas no desenvolvimento da sociedade, ainda que contemporâneas. E não me refiro apenas à inserção em diferentes etapas coexistentes do desenvolvimento econômico. Refiro-me sobretudo às mentalidades, aos vários arcaísmos de pensamento e conduta que igualmente coexistem com o que é atual. E não estou falando em atraso social ou econômico. Estou falando da contemporaneidade da diversidade. Estou falando das diferenças que definem seja a individualidade das pessoas, seja a identidade dos grupos.” (Oliveira, 2003:p.158,159)

Os atores deste processo, no entanto, (além das populações migrantes que buscavam pelo Eldorado e as populações locais que foram postas juntas na arena de batalha, para lutarem pela sobrevivência do mais forte), tinham uma mediação local, diretamente vinculada aos interesses externos dos governos ditatoriais que era representada pelos burocratas militares e pelos órgãos de governo subordinados diretamente a eles.

Oliveira (2003, p.3) utiliza o argumento de Fernando Henrique Cardoso (1975) de que houve uma substituição da ação partidária na organização do Estado, por uma administração burocrática do Regime Militar de 1964. Essa, fazia a ponte entre o Estado e as classes sociais – Cardoso (1975: p. 184) denomina esta relação de anéis burocráticos – fazendo com que surgissem “regiões administrativas” como forma político-administrativa do Estado ditatorial. Órgãos como a SUDAM, a SUDENE e os vários “vales” e “bacias”, foram incorporados ao formato administrativo do Regime. Rondônia fazia parte da SUDAM, desde que esta foi criada em 1966, como continuidade da SPVEA.

Conforme Oliveira (2003; p.121), Rondônia recebeu mais recursos e projetos governamentais que todos os outros territórios, principalmente por estar sob o domínio direto de antigos quadros do Exército, abrindo assim, as portas das agências de desenvolvimento. Existia portanto um “campo das alianças entre elites governamentais da máquina administrativa do Estado” cuja importância “não é desprezível, especialmente para as análises que têm por objetivo os Estados de exceção e/ou transição” (Oliveira, 2003; p. 12). O sistema de administração do Território era composto de um grupo militar dedicado exclusivamente a segurança e um outro misto, com civis e militares que atuavam

na administração burocrática, sendo que o segundo era subordinado as diretrizes e ao controle do primeiro, segundo os critérios definidos por ele.

Estas diretrizes em forma de atos institucionais e decretos-lei, emanavam do poder central que detinha o controle da maioria política no Congresso Nacional para garantir a aprovação de seus programas e projetos. Apesar de caber ao sistema administrativo burocrático apenas processar e implementar estas ordens, seus membros possuíam, já naquele período, alguma autonomia que lhes conferia poder, pois o conhecimento técnico administrativo os colocava em uma posição privilegiada nas relação entre os tomadores de decisão do poder federal e os grupos sociais que seriam atingidos por estas decisões.

A partir da experiência de Rondônia, Oliveira (2003; p.5) entende que “a burocracia mantém estreita relação com o desenvolvimento do sistema capitalista moderno. O avanço da burocracia é inevitável na medida em que a sociedade capitalista se torna mais desenvolvida. A especificidade do sistema capitalista moderno frente a formas capitalistas pretéritas é a organização racional do trabalho. Mas as organizações modernas são vulneráveis a irracionalidades legais e administrativas presentes em outras formas de dominação”. Consideramos que as falhas na burocracia do capitalismo moderno não tratam-se de “vulnerabilidade e irracionalidades legais”, consideramos que esta é uma condição inerente a organização burocrática sob a expansão do modo de produção capitalista, em especial no seu processo de implementação, quando as estruturas de controles não estão totalmente instaladas. Diante de inúmeras instabilidades organizacionais, econômicas e sociais que acompanhavam os processos de colonização do território no período a que Oliveira se refere, essas vulnerabilidades apenas se apresentam de forma latente.

Pautados de forma explícita pelo discurso de progresso e de desenvolvimento “tais oficiais – que foram, nos cargos-chave, recrutados na oficialidade da Forças Armadas, e, no caso de Rondônia, no Exército – exercem papéis que, antes de pertencerem à esfera gerencial, representando funções de propriedade, são propriamente políticos, isto é, referem-se especificamente ao poder, à representação dos ‘interesses gerais’ da sociedade, mais precisamente dizendo respeito dos ‘valores mais altos’ da nacionalidade.” (Oliveira, 2003 p. 7)

A intenção principal do governo militar em abrir e estimular a ocupação migratória na região norte foi a diminuir da pressão social pela demanda de terra e por

reforma agrária nas demais regiões do país. Rondônia, não somente pela localização geográfica mais próxima dos centros de expulsão deste migrantes, foi a que mais recebeu incentivo.

Ao longo dos dez anos que correram neste processo de ocupação problemática do que Martins distingue como frente pioneira⁵⁰ (em oposição à frente de expansão) outros fatores complexificaram o interesse em criar um novo estado federado. Como trata Oliveira (2003 p. 122-123), a fragilização do poder militar no início da década de 1980 fez de Rondônia uma carta na manga do regime ditatorial para tentar ainda permanecer no poder por mais tempo.

Esta necessidade de criação do estado federado foi fortalecida e ganhou legitimidade política à medida que a demanda pelas terras explodiu (colonização espontânea) e o processo de colonização saiu do controle planejado pelo regime, junto a uma máquina administrativa burocrática insuficiente e inexperiente para lidar com todo o tipo de pressão que surgia. A falta de controle sobre a ocupação e distribuição da terra provocava grilagens e conflitos resolvidos sem a mediação ou qualquer intervenção do Estado, ou seja, muitas populações, tanto locais quanto migrantes, em várias regiões do estado ficaram relegados a própria sorte, no processo de aquisição ou de luta pela terra.⁵¹

Oliveira (2003; 123) elenca quatro fatores que levaram Rondônia a ser considerada estratégica no processo político nacional: o que provocou inclusive que a União aceitasse um projeto voltado aos pequenos proprietários agrícolas dentro do Plano de desenvolvimento da Amazônia, este foi o embrião do Polonoroeste. A saber:

“1. O grande incremento populacional, que provocou ‘um certo dinamismo’ econômico para a região. 2. O território de Rondônia continuava tradicionalmente administrado por governantes egressos dos quadros do Exército, os quais tinham grande capacidade de articulação com segmentos da burocracia militar superior que era quem de fato dava as cartas nos pleitos da forças locais junto as agências regionais de desenvolvimento. 3. A isso se somava razões econômicas

⁵⁰ “A designação de frente de expansão que o próprio Ribeiro (Darcy Ribeiro) havia formulado, tornou-se de uso corrente até mesmo entre antropólogos, sociólogos e historiadores que não estavam trabalhando propriamente com situações de fronteira da civilização. Ela expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante o pequeno agricultor moderno empreendedor) - Martins, José de Souza – Fronteira, a degradação do outro nos confins do humano – Hucitec, 1997 – São Paulo, pág, 153

⁵¹ Souza, M.M. O. e Pessoa V. L. S. “A contra reforma Agrária em Rondônia: colonização agrícola, expropriação e violência - UFSM 2009 . http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/1/Murilo%20Mendonca_NEAT-UFU.pdf (acesso em 28/06/2014)

e geográficas, da facilidade de acesso à região. 4. Por fim, existiram razões político-eleitorais de conjuntura, vinculadas ao processo político de sustentação do regime militar que foram decisivas para acelerar o processo de investimentos públicos com vista à transformação do Território em Estado. Neste contexto, o que estava em jogo, era um projeto político nacional de comando militar para eleições de 1982. Isso, por sua vez, favoreceu um determinado atendimento das demandas dos pequenos colonos. Para se ter uma ideia da importância desse último fator, basta dizer que a transformação do Território em Estado poderia contabilizar um acréscimo de três senadores e alguns deputados a bancada parlamentar do regime militar. O que acabou ocorrendo.” (Oliveira. 2003 ; 123)

Anterior à década de 1970, o modelo extrativista da borracha teve a sua maior participação, quando foi aberta a estrada que corta o estado de sudeste para noroeste, a BR 364. A rodovia mesmo antes de asfaltada, foi o vetor de mudanças profundas das relações de produção, abrindo não somente a floresta mas também uma nova formação com grupos sociais diversos.

Já em 1952 havia sido descoberta a presença do minério cassiterita em um seringal em Rondônia, a extração manual começou a ser realizada e desde então foi avançando para outras áreas. Não somente as atividades agrícolas, mas inicialmente as minerárias, que mesmo antes da rodovia já eram realizadas, estavam sendo realizadas em processos manuais dentro de antigos seringais, em parceria com os seringalistas, cuja atividade econômica foi ao longo da década de 70 perdendo participação na economia⁵², que já era pequena.

Enquanto a atividade minerária estava sob o comando de seringalistas eram realizadas em locais isolados, sem acesso por terra. Por este motivo muitas pistas de pouso clandestinas foram abertas em meio a floresta, pois parte do escoamento da produção era feito com pequenos aviões até Porto Velho, de onde o minério era encaminhado para exportação ou vendido para a CSN. Segundo Oliveira (2003 p.127) e outros autores, no início da década de 1970 empresas mineradoras e grande capital entram na atividade mineradora (Brascan, British, Petroleum, Cesbra, Patino, Euglarthdt, Billinton, Cif, Itaú, Best, Paranapanema e outras). Parte pequena dos garimpeiros foi integrada por assalariamento, mas grande parte se viu sem trabalho, o que gera uma crise local no

⁵² Encontramos em Rondônia, e em Porto Velho em especial, muitos moradores que foram ou são agricultores ou pecuaristas, mas que fizeram suas reservas econômicas durante o período de garimpo e outros tantos que nada conseguiram reservar e hoje contam muitas histórias do período em que eram garimpeiros. Encontramos também muitas pessoas jovens que se auto denominam ‘filhos do garimpo’, por serem filhos de migrantes deste período.

comércio que havia se iniciado nos povoados com a economia do garimpo. Os seringalistas também passaram a ter participação indireta, conforme previsto no código de mineração distinguindo propriedade mineral de propriedade superficial e os antigos seringalistas passaram a receber royalties pela exploração mineral nas terras.

A abertura de estradas secundárias pelas mineradoras facilitou a entrada de camponeses em busca de terras nas áreas dos seringalistas que paulatinamente foram sendo vendidas as mineradoras. As atividades garimpeiras clandestinas também crescem próximas e nas próprias áreas de mineração. O Exército era acionado para fazer a desocupação destas áreas, visto que o governo do Território era vinculado ao Ministério do Interior, e o DNPM juntamente com o INCRA, eram responsáveis por mediar a relação da propriedade mineral e da demanda por terra, a partir da migração espontânea.

“Surgia nessas localidades uma espécie de ocupação espontânea que escapava ao controle dos órgãos governamentais, particularmente do INCRA e posteriormente do DNPM. O que dificultou tanto o controle dessas áreas como o das jazidas minerais. O Estado procurou criar e garantir condições para o desenvolvimento capitalista na região, porém a existência de terras abundantes e vazias em Rondônia impedia que o Estado tivesse domínio sobre o processo de migração espontânea. O próprio capital mineral forneceu acesso a tais áreas. Esse processo de penetração espontânea chegou a tal ponto que ao final da década de 80 o Estado deixou de garantir a reprodução ampliada de empreendimentos minerais” (p.128)

O II Plano de Desenvolvimento da Amazônia da SUDAM (1975/1979), pretendia fortalecer a região⁵³, principalmente por que partia de uma visão estratégica quanto a produção mineral que despontava, e podia representar um equilíbrio para a balança comercial do Brasil. E ainda, a implantação de novos assentamentos voltados para o modelo das médias e grandes propriedades. No entanto houve reação local dos grupos migrantes tanto aqueles da migração dirigida pelo Estado quanto os da migração espontânea, para Oliveira:

“A reação local instrumentalizou-se com a liderança ativa da burocracia elitizada do governo militar regional. Deste modo, em meado de 1978, surgia a primeira formulação de um plano de desenvolvimento para Rondônia que mais tarde seria o embrião de um dos sub-projetos do Polonoroeste. (...) O ‘Sistema Agrícola de Rondônia para o Pequeno Produtor’ foi formulado sob coordenação da Secretaria de Agricultura. Ao lado da formulação esse projeto, a União buscava viabilizar recursos junto ao Banco Mundial para a reconstrução e pavimentação da rodovia

⁵³ Até então entendida no contexto nacional como “deprimida” economicamente.

Cuiabá-Porto Velho (Br-364). Da combinação desse projetos surgiam as ações a serem desenvolvidas como componente do Polonoroeste em Rondônia.” (Oliveira, 2003 p.129)

O Polonoroeste⁵⁴ - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, executado durante os anos 1980, com recursos do Governo Brasileiro e do Banco Mundial, sob a coordenação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) – abrangia a ligação rodoviária Cuiabá-Porto Velho, cobrindo o oeste e noroeste do Mato Grosso e todo o Estado de Rondônia, ele foi aplicado de 1981 a 1985, e possuía alguns avanços em relação ao plano anterior, ‘Sistema Agrícola de Rondônia para o Pequeno Produtor’, que lhe serviu como um piloto. Além de incluir a pavimentação da rodovia, previa inúmeros benefícios de produção, comercialização e sociais para as famílias assentadas, e pela primeira vez propunha iniciativas para “assegurar o crescimento da produção em harmonia com as preocupações de preservação do sistema ecológico e de proteção às comunidades indígenas”⁵⁵.

O Polonoroeste foi portanto o grande fator da entrada de novos atores sociais no território de Rondônia e o desencadeador oficial pelo Estado dos impactos ambientais e dos problemas socioeconômicos que a abertura das florestas com a exploração do trabalho principalmente do migrante engendrou para a estruturação e o desenvolvimento capitalista de fato em Rondônia.

Segundo Baraúna as críticas ao Programa eram direcionadas ao Estado e a seus órgãos e gestores, quase nunca esta recaía sobre o Banco Mundial que foi financiador e tinha a função de acompanhar as ações. Além disto, o próprio presidente do banco teria admitido posteriormente a ciência sobre os riscos do programa e sobre suas consequências, o Polonoroeste teria sido “[...] um esforço ambientalmente-correto que deu errado. O Banco não enxergou as realidades humanas, institucionais e físicas da selva

⁵⁴ O desenvolvimento do Polonoroeste compreendeu o período entre 1981 e 1985 com as seguintes ações: reconstrução e a pavimentação da rodovia Cuiabá- Porto Velho, consolidação da rede de estradas vicinais, implantação e consolidação de projetos integrados de colonização e assentamento dirigido, execução de serviços de regularização fundiária, apoio às atividades produtivas (pesquisa e experimentos agrícolas, assistência técnica e extensão rural, crédito, armazenamento e comercialização), expansão dos serviços sociais (educação e saúde) melhoria na infraestrutura de pequenas comunidades rurais, preservação do sistema ecológico e apoio às comunidades indígenas. As ações referentes ao apoio às atividades produtivas, bem como, as expansões dos serviços sociais eram restritas aos Projetos de desenvolvimento Rural Integrado nos seguintes municípios: Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Cáceres, Mirassol d’oeste, Tangará da Serra, e Barra do Bugres. (...) sendo que os projetos de saúde, preservação do sistema ecológico e apoio as comunidades indígenas abrangiam todo o estado” <http://www.machadinho.cnpm.embrapa.br/conteudo/polono.html>

⁵⁵ <http://www.machadinho.cnpm.embrapa.br/conteudo/polono.html>

e da fronteira... Medidas de proteção de terras frágeis e populações indígenas foram incluídas; no entanto, estas não foram implementadas a tempo ou monitoradas adequadamente. Brent (1998)” (Barauna, p. 67)

Todos os impactos sócio ambientais que foram desencadeados pelo programa haviam sido previstos já nas visitas preparatórias realizadas pelas missões do Banco Mundial:

“Provavelmente o maior risco do Programa é que as agências executoras podem ser incapazes de controlar e monitorar a ocupação e o desenvolvimento futuro da região. Assim, o governo deve estar preparado para aceitar alguns efeitos negativos frequentemente associados com o desenvolvimento acelerado de fronteira. Incluídos entre esses efeitos negativos encontram-se: i) conflitos relativos à posse da terra, incluindo invasão de terras indígenas; ii) desmatamentos indiscriminados e práticas agrícolas não-sustentáveis; iii) legislações frágeis e débeis. (Banco Mundial, 1980 apud Margulis)” (Baraúna, p.68)

A perspectiva do Governo Federal, com a principal ação do Programa era o asfaltamento da BR 364, baseado no intenso discurso da integração regional para permitir o acesso aos mercados e tirar do isolamento as populações levando infraestruturas, o que segundo vários autores não aconteceu. Rondônia sofreu as consequências de um modelo de planejamento governamental centralizado que determinou a política de ocupação com expansão da fronteira agrícola para a Região Amazônica, usada como instrumento político e econômico no período, prejudicando de fato tanto as populações locais quanto as que migraram. Foi necessário o dobro do tempo para recuperar a sobrevivência minimamente digna de boa parte desta população, e o tempo nunca será suficiente para recuperar as perdas ambientais, antropológicas, humanas e culturais que foram perdidos para sempre no processo.

2.3 Planaflo e a burocracia técnica

Diante de um quadro de intensa devastação pela ocupação de quase 20 anos, ao final do período de implantação do Polonoroeste, a temática ambiental ganhava força no Brasil e em todo o mundo. Estudos mais apurados passaram a legitimar os discursos ambientalistas da necessidade de manutenção dos ecossistemas naturais, inclusive para a própria manutenção e continuidade do processo de desenvolvimento humano até no

modelo econômico capitalista. Foi neste contexto, que se decidiu pela criação do Planafloro no estado de Rondônia.

O Brasil com sua fabulosa, invejável e mítica ‘floresta ombrófila densa’, passou a ser foco dos olhares mundiais, interessados fosse na preservação, no uso sustentável, ou na exploração da natureza (nos “recursos naturais”, principalmente água, madeira, minério e biodiversidade).

Em Rondônia, este discurso foi para muitos uma grande novidade, recebida pela maioria da população já instalada, com muita resistência e dificuldade, era como se tudo o que tivessem vivido até então, inclusive todo o sofrimento para a instalação e adaptação ao ambiente da floresta nas condições possíveis de sobrevivência, tivessem sido equivocadas.

As famosas benfeitorias que o INCRA recomendava aos camponeses, transformou-se em passivo ambiental, criminalizando os agricultores. Segundo Silva:

“A mobilidade populacional somada a formação de novos municípios tinha na exploração madeireira a primeira atividade de formação de capital, pois, dado o valor de troca desse produto, havia uma circulação de capital que oxigenava os investimentos dos colonos e fazendeiros na exploração da terra, nas “famosas” benfeitorias recomendadas pelo INCRA (AMARAL, 1994). (...) Entende-se por famosas benfeitorias, o trabalho adicionado nos estabelecimentos rurais (nos lotes) pelos colonos migrantes beneficiários dos projetos de assentamentos rurais. Para garantir a posse e o reconhecimento público do lote, os colonos deviam demonstrar trabalho no mesmo, resultando no aumento do desmatamento, até então, considerado como trabalho adicionado. Duas décadas depois, isso foi considerado como crime ambiental e esse passivo ambiental é pautado na lutas sociais organizadas pelo movimento sindical como passivo também do governo.” (Ricardo Gilson Silva, p. 188,189)

O estado de Rondônia vivia até então, na prática, uma quase total liberdade de uso dos recursos naturais, com a conversão das florestas para o uso das terras para a pecuária e o cultivo, e a derrubada das matas era realizada com o “corte raso”, ou seja, sem nenhum tipo de manejo ou plano racional para preservação, incluindo aí as áreas dos grupos indígenas, populações tradicionais (ribeirinhos, quilombolas e seringueiros que somente muito mais tarde foram reconhecidos) ou ainda, de áreas ambientalmente sensíveis, que afetariam posteriormente a própria sobrevivência e possibilidade de produção dos camponeses migrantes, principalmente os recursos hídricos, áreas de solos frágeis, sem mencionar que o plantio de muitas espécies de plantas comuns em outras regiões, não

apresentavam o mesmo desenvolvimento por causa da temperatura constantemente alta e das chuvas abundantes na maior parte do ano, entre outros fatores como infraestruturas e técnicas agrícolas equivocadas.

Neste processo, o INCRA foi, e por isto até hoje é lembrado por todos, o grande incentivador e legitimador destas práticas de devastação. No período de implantação dos assentamentos a burocracia do órgão detinha grande poder devido ao direito sobre a autorização de uso das terras, bem como a permanência de posseiros ou de camponeses e proprietários rurais. Diante de várias dificuldades em comprovar a posse das terras, o próprio órgão “institucionalizou” as benfeitorias como critério para um primeiro reconhecimento da posse dos lotes. No entanto, benfeitoria em um lote de terra cuja cobertura vegetal é 100% floresta, somente poderia ser o desmate, seguido do uso do fogo para a “limpeza do terreno”. Assim, este período foi inspirador para vários estudos sobre desmatamento e queimadas, que não por acaso utilizavam frequentemente a expressão “floresta em chamas”⁵⁶, para referir-se ao estado quase permanente de anos a fio em que as queimadas foram prática comum em áreas florestais extensas.

Com os debates e pressões se acirrando o governo do estado em conjunto com o Governo Federal, iniciaram estudos para uma proposta de amenização dos impactos até então já consumados⁵⁷. Os debates e discordâncias entre técnicos, políticos sociedade civil e produtores, eram constantes, na verdade são até a atualidade, quanto a melhor maneira de realizar uma necessária “transição ecológica”, na qual alguns creditavam, no estado de Rondônia. Conforme Baraúna

“Este zoneamento foi considerado como instrumento político de ordenamento territorial do Estado, dado que o zoneamento do uso e ocupação do solo permitiria corrigir o modelo de assentamento rural

⁵⁶ Floresta em Chamas: Origens, Impactos e Prevenção do Fogo na Amazônia. Este livro apresenta uma análise do uso do fogo na Amazônia com a finalidade de identificar os meios pelos quais seus efeitos negativos podem ser reduzidos. Nepstad, D. C., A. Moreira & A. A. Alencar. 1999. A Floresta em Chamas: Origens, Impactos e Prevenção de Fogo na Amazônia. Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, Brasília, Brasil. <http://www.ipam.org.br/biblioteca/livro/id/334> (acesso em 09/2012)

⁵⁷ NOTA: é importante registrar que neste momento, 1986, o processo de transição final da ditadura militar para o regime democrático estava consolidado. Assim, tornou-se mais comum a divulgação das consequências que a abertura das frentes de expansão para o Norte haviam causado. Não somente no caso de Rondônia, mas também a construção da Transamazônica (BR- 230 – ligando o NE ao NO do Brasil, de Cabedelo na PB a Lábrea no AM- cidade que fica a poucos kms da divisa com Porto Velho em RO) e dos garimpos de ouro como o de Serra Pelada (no Pará), expuseram as situações críticas e os conflitos entre populações migrantes e locais na Região Amazônica, com um forte apelo para a questão da dizimação de populações indígenas, o que causava grande repercussão. À época, era um tema com apoio irrestrito do setor progressista da Igreja Católica, atuante via seus trabalhos de pastorais, o que aumentava nos centros urbanos a visibilidade da questão.

praticado no POLONOROESTE, visando dar maior racionalidade e facilitando o seu controle (BANCO MUNDIAL, 2003). No PLANAFLORO, o ZSEE ganhou uma dimensão elevada, por vezes se confundindo com o projeto, constituindo-se, em Rondônia, num instrumento formal, sendo instituído por decreto e, posteriormente, como lei estadual. Ademais, a discussão do ZSEE recebeu uma ênfase expressiva, mesmo porque foi o primeiro Estado a elaborar e estabelecer o zoneamento via marco legal. Alguma consideração geral sobre o Zoneamento entende-se ser pertinente. O tema estava presente na Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) (lei n. 6938/81) e no Programa Nossa Natureza, em 1988, os quais indicam o Zoneamento Ecológico Econômico para todo o país. Em 1991, foi estabelecido o Programa de Zoneamento Ecológico Econômico da Amazônia Legal, com a finalidade de dotar o Governo das bases técnicas para a espacialização das políticas públicas visando à Ordenação do Território, entendida como “expressão espacial das políticas econômicas, social, cultural e ecológica” (PZEEAL, apud Becker, 2000). Ou seja, ZEE (a não ser pela introdução da socioeconomia, ficando ZSEE) não é uma invenção de Rondônia. (p. 81 a 83).

“Sendo assim, em 1986, na fase final do POLONOROESTE, os Governos Federal e Estadual iniciaram uma série de discussões preparatórias, para do novo projeto chamado Projeto de Manejo dos Recursos Naturais de Rondônia (esse foi o nome que o PLANAFLORO recebeu no Banco Mundial). Esse trabalho contou com a participação da assistência técnica da FAO, por meio de um projeto de Cooperação Técnica Especial (Appraisal, 1992).” (...) “Em 1987, segundo o Relatório de Avaliação e Proposta de Redirecionamento do Programa POLONOROESTE, o INCRA concordou com as recomendações do relatório da FAO/CP, dando destaque a dois pontos básicos da proposição: a adoção do Zoneamento Ecológico-Econômico e a redistribuição de terras de média e alta fertilidade na área de abrangência do programa.” (...) “Assim, em junho de 1988, a Primeira Aproximação do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico de Rondônia, na escala de 1:1. 000.000, foi instituída por meio do Decreto n. 3.782 e posteriormente convertida em Lei Complementar n. 52 de dezembro de 1991. A 1ª aproximação dividiu o Estado em 6 zonas.” (Baraúna p. 68 a 71)

O INCRA teve papel fundamental durante este processo de definição do Planaflo, por ser este órgão que durante a implementação do Polonoroeste era o principal gestor dos recursos e da logística. Seus técnicos e administradores posicionavam-se dizendo “(...) entender a importância do Zoneamento como instrumento norteador da ocupação, por possibilitar a organização espacial da atividade produtiva, consoante a uma orientação do uso da terra, embora discordasse da estratégia recomendada para sua implementação.” (Baraúna, p.168 a 171).

Baraúna ainda detalha que foi estabelecido, após anos de negociações e muitas interrupções o seguinte acordo: assinado somente em 1992, seria o primeiro projeto público com propostas de desenvolvimento sustentável, tomando um empréstimo do

Banco Mundial o valor de US\$ 228.9 milhões. O BIRD financiando 167 milhões de dólares, e o restante sendo dividido entre o Governo Federal Brasileiro e o Governo Estadual de Rondônia. O valor inicial proposto anos antes havia sido de 800 milhões de dólares, mas devido à dificuldade do governos brasileiro e rondoniense em entrar com valores altos de contrapartida, este montante foi decaindo, o que forçou inúmeros ajustes no plano original. Para o Banco Mundial, a experiência pregressa do estado na aplicação dos recursos do Polonoroeste não havia sido bem avaliada, o que também criou ressalvas ao projeto do Planaflo⁵⁸. De fato, para os coordenadores do Planaflo, além da transição ecológica, o zoneamento era uma maneira de acessar também mais recursos federais.

⁵⁸ “ O PLANAFLO tinha como objetivo geral a implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, tendo como base o manejo e a conservação dos recursos naturais e a fixação dos pequenos produtores ao longo da BR 364 e, ainda, os seguintes objetivos específicos: a) implementar políticas, regulamentos e programas de investimentos destinados a promover o desenvolvimento sustentável de Rondônia; b) conservar a biodiversidade de Rondônia; c) proteger e fazer valer as fronteiras de todas as Unidades de Conservação, Áreas Indígenas, Florestas e Reservas Extrativistas, bem como controlar e prevenir o desmatamento, o transporte de madeira e as queimadas de florestas em Rondônia; d) desenvolver sistemas agrícolas integrados em áreas apropriadas para a agricultura permanente e para agroflorestas; e) apoiar investimentos prioritários em infraestrutura socioeconômica e serviços para implementar o zoneamento socioeconômico ecológico; e f) consolidar a capacidade técnica operacional das instituições de Rondônia (APPRAISAL, 1992).

Como beneficiários diretos do programa estariam 52.000 famílias de produtores rurais, 5.000 índios, 2.400 famílias de seringueiros, 900 famílias de pescadores e ribeirinhos.

Ainda no âmbito do programa, uma série de reformas e compatibilizações com as políticas governamentais deveriam ser realizadas como pré-requisitos para garantir o objetivo o básico do PLANAFLO. Na realidade, essa condição sugere a incorporação das lições aprendidas no POLONOROESTE, quando as questões políticas e institucionais foram apontadas, com certa frequência, como entrave ao sucesso do programa. De acordo com o Appraisal (1992), as reformas institucionais previam:

- a) A institucionalização do zoneamento socioeconômico-ecológico;
- b) A eliminação do desmatamento como forma de comprovar a utilização da terra para fins de titulação; adequação da política de regularização fundiária; e o estabelecimento de um Instituto Estadual de Terras para desenvolver e administrar a política fundiária estadual, de acordo com o zoneamento;
- c) A eliminação ou reformulação de incentivos fiscais ou de outra natureza que estimulem a utilização ineficiente de recursos naturais, os investimentos privados não-sustentáveis e a degradação ambiental;
- d) Adoção de políticas apropriadas para a interdição, delimitação, demarcação e proteção de áreas indígenas, e para a provisão de serviços básicos aos seus habitantes;
- e) A redução dos níveis de migração espontânea para Rondônia, através da disseminação de campanhas informativas sobre as limitações da estrutura produtiva do Estado, em termos de capacidade de absorção de mão-de-obra;
- f) A exigência de compatibilidade dos programas de investimento dos órgãos estaduais e federais, com as recomendações do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico.

O PLANAFLO, como se pode observar, era uma proposta de projeto ousada. Nasceu com proposições inovadoras, entre elas a implementação do ZSEE, como instrumento de planejamento e ordenamento territorial promovendo assim o desenvolvimento sustentável da região.

O programa constituiu-se na realidade, em um grande desafio, não só local, mas também para os demais financiadores, União e BIRD, pois se tratava de executar um projeto complexo, com muitas particularidades e atores envolvidos, além de propor mudanças de comportamento da sociedade, com base nos valores do desenvolvimento sustentável, cujo conceito, apesar de muito discutido, ainda não era consenso. O desafio também consistia em sair do modelo de “desenvolvimento”, que havia sido praticado no programa anterior, para o de implantar o desenvolvimento segundo critérios de sustentabilidade.” (Baraúna, p. 72)

Alguns autores como Ott, (apud Baraúna) são mais incisivos a respeito do que realmente eram os interesses do estado do Rondônia “Ott (2002) comenta sobre a “ambigüidade” que envolve o projeto. Enquanto para o Banco o projeto a ser financiado era de gerenciamento dos recursos naturais de Rondônia, para o governo brasileiro significava que estavam assegurados os dólares do financiamento para atender às necessidades de agricultores, pecuaristas e madeireiros, nos mesmos moldes do projeto anterior.” (Baraúna pág 168 a 171)

Este foi o quadro institucional que migrantes qualificados que vieram para o trabalho no Programa encontraram. De forma lenta e com muitas dificuldades e interrupções, o trabalho de biólogos, geógrafos, engenheiros civis, engenheiros florestais, assistente sociais, agrônomos, e migrantes de várias profissões, foi sendo realizado e incorporado mesmo que de maneira incompleta ao programa. Já neste período era uma situação comum, a diminuição da equipes de trabalho a medida que os problemas iam surgindo e estas pessoas recebiam propostas ou vislumbravam possibilidades de melhores condições de trabalho e remuneração fora de Rondônia.

Decretado o estado de Rondônia em dezembro de 1981, o mesmo foi instalado em janeiro de 1982, com a necessidade imediata de formação de uma burocracia administrativa para a realização da gestão do estado. Basicamente os cargos de primeiro escalão foram ocupados pelos agentes militares que tiveram papéis políticos como já foi comentado anteriormente neste texto. Entretanto, do segundo escalão para baixo foram sendo criados cargos técnicos e administrativos para todas as secretarias e autarquias públicas que receberam representação estadual ou regional, Rondônia passou a sediar escritórios regionais de órgão federais que atuavam na abrangência do sul da Amazônia. O Governo Federal criava seus tentáculos regionais, pela demanda que crescia pelas políticas públicas necessárias, e assim criava também uma demanda própria por trabalhadores qualificados que pudessem assumir e realizar as ações.

Mesmo com a saída dos militares do poder e os processos eleitorais se consolidando, a prática da indicação para cargos não se transformou. Esta burocracia, muitas vezes não tinha a formação necessária para o ingresso no cargo, entretanto, alguns foram buscando esta formação e galgando posições dentro da estrutura. Outra parte destes servidores, migrantes com formação superior foram convidados diretamente por prefeitos, secretários de governo, para integrar equipes desfalcadas de servidores, o que

ocorreu no caso de alguns entrevistados desta pesquisa. Os processos seletivos e concursos passaram a ocorrer, somente na década de 1990, ainda em sua maioria para os servidores federais. Para os estaduais até hoje ainda existem resistências, os concursos ocorrem em geral para aqueles órgãos cuja seleção meritocrática é obrigada por lei, como os ligados a justiça, as polícias, a educação e a saúde.

Devido a esta realidade, a implementação do Planafloro teve todo tipo de dificuldades, a maior delas relaciona-se a sobrecarga de servidores que ficaram responsáveis pelo trabalho efetivo que no entanto não era suficiente. Nas falas dos migrantes entrevistados, a narrativa do abandono do trabalho e das funções era uma constante, a medida que a maioria dos servidores que assumiam cargos, eram migrantes que viviam situações de instabilidade. Além disto interesses políticos de grupos locais, sempre dificultaram a aplicação dos objetivos do programa, bem como as vistas grossas aos crimes ambientais, pelos quais havia um entendimento tácito, que a regulamentação e a fiscalização efetiva poderia comprometer a economia do estado, cuja porcentagem considerável era baseada na extração de madeira.

A partir do gráfico abaixo, podemos pensar no que representou o Programa Planafloro (o ZEE Zoneamento Econômico e Ecológico de Rondônia) a partir de análise de um elemento fundamental da economia no período, cuja política do programa deveria ter resultado direto, a extração de madeira:

Gráfico 1: Rondônia – extração de madeira (1990-2007)

Fonte: IBGE – SIDRA, 2009 (retirado de Silva, R. G. - pág 189)

Antes do anos de 1990, não havia controle da produção que pudesse disponibilizar dados confiáveis. A partir deste período, a institucionalização do Estado como controle permitiu o melhor acompanhamento dos dados da produção, até pela questão da cobrança de tributos sobre a exploração. Duas questões devem ser observadas: 1992 foi o ano da Eco 92⁵⁹, momento de grande discussão sobre questões ambientais, ao mesmo tempo foi o ano de assinatura do Planaflo e do decreto que determinava o ZEE como referência para o planejamento do território e da produção no estado. O pico de quase 5.000.000 m³ de madeira explorada neste ano, sugere uma corrida pela exploração, prevendo a pressão que viria posteriormente, que esperava-se “fechar o cerco” sobre a exploração ilegal da madeira.

Percebe-se que houve uma queda na exploração oficialmente registrada, mas isso não significa que a exploração ilegal estivesse sendo controlada ou mesmo diminuído, pois conforme Baraúna, os resultados desejados no Planaflo não foram atingidos: “Os objetivos do PLANAFLO não estavam sendo alcançados; Os resultados alcançados

⁵⁹ Nesta Conferência Mundial de Meio Ambiente, realizada pela ONU no Rio de Janeiro em 1992, os principais compromissos firmados entre os países foram: A Convenção da Biodiversidade, A Carta da Terra que apresentava propostas para Biodiversidade, Desertificação e Mudanças climáticas; A declaração de princípios sobre florestas; a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento; e ainda a Agenda 21. No entanto o gráfico mostra que foi um ano de aumento violento da extração da madeira, como reação ao discurso de desenvolvimento sustentável que batia à porta.

não estavam consolidados, significando que não tinham sustentabilidade; As diversas razões que justificaram a implantação do PLANAFLORO ainda persistem; Os problemas sociais e ambientais de Rondônia teriam tendências de agravamento, caso houvesse o encerramento do PLANAFLORO; Havia necessidade de se modificar a forma de execução do Programa.” (Baraúna, p.76).

Houve uma tentativa de reestruturação do Programa, que diminuiu suas metas, na tentativa de alcançá-las ao menos em algumas regiões críticas com urgência por mitigação de impactos sócio ambientais e em outras cujos impactos ainda podiam ser evitados. No entanto a maior contribuição para o estado de fato, foi a produção de inúmeros estudos sobre o território que são utilizados pelo governo estadual, como levantamentos cartográficos e análises de tipos de solos nas regiões do estado.

2.4 Novos Planos para Rondônia PAC I

Um salto temporal nos traz para o período mais recente, estudado por Gilson, que demonstra a nova face deste processo de expansão capitalista com a entrada de novos atores:

“O quadro geográfico configura-se em função da concentração espacial da modernização capitalista da agricultura no Sul de Rondônia, que desloca as novas frentes em busca de terras. Essa dinâmica territorial conduz a frente pioneira a pressionar a frente de expansão, comprimindo áreas protegidas pela política estadual de ordenamento territorial (Zoneamento Sócio-Econômico-Ecológico), que gera rebatimentos espaciais em áreas já consolidadas (Unidades de Conservação, por exemplo). As dinâmicas territoriais mais densas são: a regionalização da produção de grãos, o avanço da agropecuária e a frente de expansão da exploração madeireira que demonstra as novas funções do território.”(p. 191)

Podemos visualizar claramente o processo de expansão do capital, em um modelo de substituição de atividades produtivas que tem a seguinte sequência desde o início da ocupação recente de Rondônia (anos 1960): conversão da floresta em terras agricultáveis, com uso do desmate e de queimadas, e consequente expulsão das população e a lei estabelecidas, valorização das terras ao longo de alguns anos de beneficiamentos e benfeitorias com a criação de gado em sistema extensivo, e substituição da produção por grãos que tem ocorrido nos últimos dez anos. Deslocando novamente tanto a pecuária

quanto o desmatamento para as áreas de florestas ainda intactas, não poupando inclusive aquelas de reservas estabelecidas por lei.

O resultados social deste processo também são verificáveis. Os dados do IBGE indicam uma forte mobilidade espacial da população no campo, cujo esvaziamento se acentua no Sul (de Rondônia), em função da regionalização da produção de grãos, e se fortalece no Norte rondoniense, como frente de expansão da fronteira agrícola, configurando-se como fenômeno do êxodo rural. Nessas áreas a terra é objeto de novas disputas e de novos projetos, visto que seu “encarecimento” no Sul do estado forçou a migração intra-estadual, desestabilizando formas de gestão pública do território. A migração da população na escala intra-estadual agrega-se como outra variável geográfica que aprofunda esse quadro territorial.

“É a produção do território do capital decorrente da expansão dos espaços da globalização, que reordena suas funcionalidades sempre alheia ao contexto local e erosivo à solidariedade orgânica dos lugares, para se constituir em um território corporativo do capital. A ação do Estado (poder público), coerente com as forças políticas ligadas à expansão da economia de base primária, mostra-se com maior vigor na negação de qualquer política que possa obstaculizar a plena marcha do desenvolvimento, daí a omissão na gestão das áreas protegidas, eclodindo diversos conflitos territoriais e invasão em unidades de conservação, como é a situação do Reserva Extrativista Jacy-Paraná, no município de Porto Velho.” (Silva, p. 190-191)

As transformações territoriais e de cunho econômico que se aceleravam nas cidades do interior com o dinamismo da produção rural, passou a demandar a organização do Estado na zona urbana em especial na capital, para trabalhar com os ajustes necessários a regulamentação das atividades e assim garantir de forma legal a possibilidade e reprodução das políticas econômicas pensadas para o estado que não parava de expandir.

Existe aí também o elemento regional na interação entre os interesse do Governo Federal e do governo estadual, que por muito tempo tiveram uma queda de braço quanto as questões ambientais que só se resolveram na fase do licenciamento das hidrelétricas do Rio Madeira. Pois a partir do período de 2000, quando começaram a ocorrer concursos públicos federais para a formação de quadros nos escritórios regionais de vários órgãos federais com representação em Rondônia, localizados a maioria em Porto Velho, cresceu a representação de uma classe de servidores que chegavam sem ter vinculações políticas diretas com nenhum grupo social político ou econômico do estado,

estando assim teoricamente isenta de qualquer risco de ceder aos vícios já estabelecidos nas administração.

Este grupo, constituído em sua maior parte por jovens migrantes, apresentou inicialmente uma perspectiva de mudança institucional para as antigas práticas inadequadas⁶⁰ existentes nos órgãos. Tanto em termos e dificuldade de gestão por deficiências na formação dos quadros anteriores, quanto por ações ligadas a interesses e favorecimentos locais e/ou regionais.

Dentro do processo de modernização, este grupo de fato apresentou uma nova dinâmica na gestão de algumas áreas, principalmente na de meio ambiente, representado por 4 órgãos, IBAMA, ICMBIO, SIPAM e Serviço Florestal.

Cabendo ao IBAMA até 2007 e posteriormente ao ICMBIO a gestão da UCs⁶¹ (Unidades de Conservação da Natureza), estes órgãos tinham sob sua responsabilidade direta a gestão e a proteção de extensas áreas florestais para conservação permanente ou uso sustentável (21,6% do território do estado, que somadas as Terras Indígenas –TIs – chegam a 42,3%).

Na terceira parte desta pesquisa apresentaremos as entrevistas de alguns migrantes que trabalharam nestas órgãos. Eles foram participantes de um processo dúbio em relação a sua participação na implementação e gestão deste sistema (SNUC) em Rondônia. Pois ao mesmo tempo que tinham um grande poder para fazer a gestão da unidade, com responsabilidade sobre a proteção e controle do desmatamento, - e no caso e unidades de uso sustentável a necessidade de formar e manter conselhos gestores com os moradores internos e do entorno, e ainda participar das discussões das regiões onde se encontram as unidades para tentar conter o avanço da produção agropecuária, madeireira e mineradora sobre elas - , ainda tinham que lidar com o “fogo amigo” do próprio Governo Federal quando da instalação de obras de interesse regional /nacional, como foi o caso de perda

⁶⁰ Durante toda a década de 1980 e 1990 eram comuns as notícias sobre denúncias de servidores públicos que lidavam com questões de meio ambiente ou de terras em volvidos com processos de corrupção ou em outro extremos de ameaças de morte ou de atentados em situações em mantinham uma conduta enérgica em relação a aplicação da legislação ambiental.

⁶¹ Sistema Nacional de Unidades de conservação da Natureza SNUC
<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>
<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao>

de áreas protegidas em prol das negociações entre governos (federal e estadual) para a liberação da construção das hidrelétricas no Rio Madeira.

Somados a estes problemas, os servidores viam-se com dificuldades administrativas pela falta de equipe de trabalho, que por ser formada basicamente por migrantes, está sempre em reformulação. E ainda as necessidades de equipamentos que quase nunca vem com a mesma rapidez que a demanda de problemas exige.

Assim, os servidores concursados que trariam o novo gás para a gestão de proteção ambiental nos órgãos federais, veem seu trabalho resumido muitas vezes ao do “burocrata” no sentido pejorativo do termo, que passa seus dias encaminhando e respondendo ofícios e papeladas que circulam por várias instâncias e não resultando na solução dos problemas reais. Esta situação, dependendo do perfil pessoal do servidor, acaba sendo entendido por alguns como uma consequência do processo habitual da gestão pública, que tem que lidar com limitações e com interesses dos mais variados, como se pudesse haver isenção total ou neutralidade, ou como se esta dificuldade de funcionamento, não fosse ela própria uma opção. Enquanto outros de perfil mais complacente caem em desânimo com a realidade encontrada e outros, mais críticos ou inconformados por vezes se revoltam contra a própria estrutura do Estado e sentem-se impotentes diante de poderes que interferem no que deveria ser o funcionamento isento na gestão.

Tentamos neste capítulo, acompanhar alguns acontecimentos históricos que se passaram em Rondônia, determinados pela ocupação dos últimos 50 anos, reafirmando como a participação dos migrantes é a base da história atual do estado e como no decorrer desta história eles tiveram muitas faces e representaram grupos distintos. O grupo que nos interessa em especial é o dos migrantes qualificados que estiveram à frente na implementação (ou na tentativa de) de políticas públicas, programas e projetos de governo, e no período mais recente da história, marcada pela diferenciação entre o que foram os primeiros anos de ocupação intensa pelas mãos da gestão do regime militar e o que veio posteriormente no regime democrático.

Percebemos este processo, marcado pelas antigas práticas no encaminhamento da gestão pública, mas mais que isto, o que nos interessa é perceber que, seja em um ou em outro sistema político, a função do Estado foi a de criar mecanismos legais para facilitar, permitir e incentivar a reprodução do capital e garantir a sua permanência e sustentação,

e não somente do sistema político em vigor mas também na reprodução das ideologias e discursos partidários. Assim fossem eles conservadores ou progressistas, tiveram que dar conta de atender as demandas que se irradiam do local ao regional, ao nacional e internacional, todas elas baseadas na mesma fonte: a da modernização capitalista buscando processo de retroalimentação que exaurem as novas áreas naturais alcançadas, com rapidez cada vez maior. O exemplo dos poucos anos com que o território rondoniense foi tecnificado e tendo se estabelecidos redes de produção, transporte, beneficiamento, comércio e comunicação evidencia isto.

Como ilustração apresentamos um quadro de possíveis cenários futuros para a Região Amazônica, baseado em critérios econômicos e de intervenções infraestruturais. Apesar de não ser a leitura do desenvolvimento territorial o objetivo da pesquisa, este e outros “cenários possíveis”, apenas se concretizarão, ou não, a partir do trabalho de mãos e mentes de trabalhadores que serão com certeza novos migrantes.

Figura 1

Bacia Amazônica, principais cidades, estradas pavimentadas e de terra e áreas protegidas atuais e planejadas. Trechos rodoviários a serem asfaltados

TO (Tocantins); PA (Pará); GO (Goiás); MT (Mato Grosso); RO (Rondônia); RR (Roraima); AP (Amapá); AC (Acre).

fonte: Cenários de desmatamento para Amazônia

BRITALDO SILVEIRA SOARES-FILHO,
DANIEL C. NEPSTAD,
LISA CURRAN,
GUSTAVO COUTINHO CERQUEIRA,
RICARDO A. GARCIA,
CLAUDIA AZEVEDO RAMOS,
ELIANE VOLL,
ALICE MCDONALD,
PAUL LEFEBVRE,
PETER SCHLESINGER
e DAVID MCGRATH

ESTUDOS AVANÇADOS 19 (54), 2005

Capítulo 3 – Migrantes Qualificados em Porto Velho, mobilidade do trabalho para Rondônia.

3.1 – Perfil dos migrantes qualificados em Porto Velho, Rondônia.

A matéria prima deste capítulo foi levantada a partir de duas viagens realizadas a Porto Velho, em 2012 e 2013, quando foram realizadas as entrevistas com os migrantes, do grupo de interesse da pesquisa. Entretanto, outras impressões, conversas e análises que se deram durante os 4 anos e meio em que estive residindo em Rondônia, em alguns momentos apoiam e complementam a leitura que foi realizada.

A partir dos contatos iniciais, ainda em São Paulo com possíveis entrevistados, que se mostraram dispostos a conversar, surgiram indicações de outras pessoas com perfis de interesse para a pesquisa. Foram definidos três critérios: migrantes com formação de nível superior, que estivessem em residência fixa no momento da entrevista e que tenham chegado em Porto Velho entre os anos de 1990 a 2010. Este último critério teve uma flexibilização, e acabamos considerando entrevistados que chegaram alguns anos antes ou depois deste período, parte deles fizeram outros fluxos migratórios intercalados e retornaram a Porto Velho nos últimos anos.

Ao final dos levantamentos, foram entrevistadas 32 pessoas. Destas entrevistas, 25 foram com servidores públicos estaduais ou federais e 7 foram com trabalhadores da iniciativa privada, sendo 3 em empresas privadas e 4 empresários ou profissionais autônomos. Dos entrevistados, 18 eram mulheres e 14 eram homens. No momento da entrevista 18 estavam na faixa etária dos 30 anos, 7 na dos 40 anos, 5 na dos 50 anos e 2 na dos 60 anos. O tempo médio de residência em Rondônia para a maior parte dos entrevistados, contando passagens por cidades do interior foi de 7 anos, no entanto, entrevistamos pessoas que já haviam residido em Porto Velho há mais de 10 anos, realizado migração de retorno e novamente voltado para lá, assim como 2 pessoas que já residem continuamente há mais de dez anos no local da pesquisa.

Apesar de não utilizar a totalidade das transcrições das entrevistas, todas estão presentes de alguma maneira no contexto geral deste trabalho, pois depois dos campos da pesquisa e das inúmeras audições, as percepções e experiências dos migrantes passaram a contribuir também no nosso entendimento do objeto e na forma de abordagem a que nos propusemos.

As entrevistas foram realizadas de forma livre. Foi apresentado um roteiro básico de perguntas as quais o(a) entrevistado(a) respondia de forma aberta⁶². Esta abertura permitia o surgimento de novas temáticas e, muitas vezes, consideramos interessante não fazer cortes, com novas perguntas, procurando permitir que o entrevistado pudesse ampliar sua fala, e muitas vezes sua memória, e por vezes sua reflexão, o que em muitos momentos ajudava na interpretação dos fatos vividos.

Devido a esta maneira de encaminhar a entrevista e também à personalidade do entrevistado (a), encontramos diferenças consideráveis nos registros. Algumas entrevistas apresentam informações mais precisas sobre o mundo do trabalho e da inserção profissional, enquanto outras se aprofundaram nas questões mais pessoais e familiares, de identificação ou dificuldades de adaptação, outras ainda trazem visões críticas e esforços de entendimento da realidade vivenciada individual ou coletivamente.

Observamos também que entrevistados homens e entrevistadas mulheres, de forma geral, demonstram em suas falas preocupações por vezes diferentes. Ainda que no geral estejam quase todos no mesmo patamar econômico, profissional e no mesmo meio sócio-cultural, poderiam ser genericamente agrupados pelas formas de abordagem dos temas para um e para o outro grupo. Apesar de não fazermos um mergulho nesta esfera de análise, mais à frente, usando exemplos das próprias falas dos migrantes, indicamos uma possível leitura desta percepção que tivemos, destacando a questão de gênero (sexo), buscando uma problematização, ao menos inicial da naturalização das condições de gênero conforme a perspectiva de Roswitha Scholz.⁶³

Utilizamos, então, falas de entrevistados que interessaram e apontaram esclarecimentos interpretativos para os temas tratados, sem uma preocupação quantitativa com o número de pessoas que responderam integralmente as perguntas especificamente, mas sim, o quão representativa revela-se aquela fala para tratar da questão analisada.

⁶² O roteiro utilizado encontra-se completo nos anexos (Anexo 1)

⁶³ A autora trabalha com a divisão sexual do trabalho de uma maneira contemporânea, pensando no processo de cisão baseado na condição sexual do indivíduo e com estas joga a mulher no processo de modernização do capital, em uma Dupla socialização, tanto na exigência de um “papel feminino” de mãe e responsável pela educação e o cuidado com as crianças e os idosos, mas ao mesmo tempo com a exigência de uma função profissional, produtiva e competitiva, inclusive dentro das próprias relações afetivas (Roswitha Scholz, “O valor é o Homem” 1992– EXIT!)

A definição do termo migrante qualificado⁶⁴ surgiu no percurso da pesquisa devido as características encontradas no grupo social definido para o estudo. O IPEA considera migrante qualificado a pessoa que tenha um ano ou mais de ensino superior cursado. O grupo que estudamos na pesquisa é constituído por trabalhadores já formados em nível superior em diversas carreiras, portanto estariam dentro do critério mínimo definido pelo IPEA, mas observamos que em muitos casos, entrevistamos migrantes pós graduados ou em processos de pós-graduação. Todos os entrevistados deste estudo tiveram sua formação fora do estado de Rondônia e chegaram em busca de trabalho em suas áreas específicas ou já inseridos no mercado de trabalho via ingresso em órgãos ou organizações do setor público via concursos, processos seletivos, e em apenas um caso, por cargo em comissão.

A definição do perfil dos migrantes estudados é uma tentativa de visualizar os indivíduos do estudo como um grupo – mesmo não tão numeroso, como de costume nos estudos de migração; mesmo que com influência dispersa em termos territoriais; e mesmo que pouco homogêneo – com algumas características comuns e deu-se já a partir da escolha das pessoas com as quais as entrevistas seriam realizadas. A identificação do perfil dos migrantes nos levou previamente a uma preparação para realizar o esforço de atentar em suas falas às contradições que surgem como indivíduos mobilizados pelo trabalho, e o de perceber em que medida estariam imbuídos de um discurso “civilizatório”.

Este discurso pode ser identificado não como uma expressão consciente dos migrantes de sua condição de instrumentos do Estado na implementação do processo de modernização do capital, mas como uma consequência da maneira que vivenciam a migração, a adaptação ao lugar, o seu novo papel social na sociedade de acolhida. Pois, travam uma luta subjetiva e em muitos casos também objetiva, para justificar positivamente este lugar social enquanto “cidadão”, burocrata (tecnocrata, servidor público), reprodutor de uma cultura e um estilo de vida de classe média e metropolizante, ficando a condição de migrante encoberta. Consideramos que no processo migratório destas pessoas aconteça uma dupla socialização: como instrumentos do Estado e como

⁶⁴ “Pressupomos, de início, que migrantes qualificados seriam aqueles com pelos menos um ano do ensino superior cursado, o que significa pessoas com mais do dobro da escolaridade média da população brasileira.” IPEA/ IBGE http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=979:catid=28&Itemid=23

protagonistas socioculturais das mudanças necessárias para o funcionamento do processo de modernização.

A maior parte das entrevistas foi realizada com trabalhadores do serviço público, e estas entrevistas foram o principal foco. No entanto, alguns trechos de falas de entrevistados da iniciativa privada serão apresentados também, principalmente para a análise da relação de interdependência que se estabelece entre Estado e mercado, e de como ela transparece no próprio trabalho realizado pelos migrantes qualificados. Por conta deste fato que nos capítulos anteriores procuramos estudar do tema da burocracia e da tecnocracia, principalmente da estatal.

3.2 Mobilidade do trabalho “em” Rondônia e “para” Rondônia

Uma observação inicial sobre os migrantes entrevistados que atuam no setor privado e como autônomos, é que têm em suas falas grande entusiasmo e até certo sentimento de gratidão pelo acolhimento e pela “sorte” que tiveram em suas empreitadas em Rondônia. Suas falas demonstram a insegurança que tiveram quando decidiram migrar, mas como aproveitaram o “boom” de desenvolvimento para se estabelecerem e progredirem, como no comentário de um dos entrevistados:

“em Rondônia eu consegui um patrimônio que lá no sul eu levaria o triplo pra conseguir, se aqui eu levei 18 anos, lá seriam 50, 60, ou seja, só minhas netas é que iam poder usufruir.” (migrante 1 –trabalho autônomo)

Aqui, por ser um estudo de migração, apenas lembramos que estamos entrevistando os migrantes que permaneceram e progrediram financeiramente, não temos informações sobre aqueles que não obtiveram o esperado “sucesso” em seu processo migratório e possivelmente retornaram ou iniciaram novas jornadas para outros lugares. Logo, estamos lidando com aqueles que mesmo apresentando suas dificuldades, se auto avaliam de forma geral como “vencedores”.

Percebemos ainda que o termo mais utilizado pelo grupo de entrevistados para justificar sua trajetória migratória é “oportunidade” em contraponto ao normalmente encontrado na fala de migrantes em outros trabalhos: “necessidade”. Para os migrantes qualificados a chance de crescer profissionalmente e financeiramente em Rondônia parecia maior que em seus lugares de origem, onde a concorrência por postos de trabalho

deste mesmo nível, se acirrava. Estando em Rondônia logo perceberam também que a ascensão aos cargos mais elevados e de maiores responsabilidades era rápida, quase meteórica. Na fala dos entrevistados é muito comum encontrarmos falas que lembram as expressões “aqui a gente não é só mais um na multidão” ou “aqui posso fazer a diferença”. Entretanto, a maior parte dos entrevistados expõem sua vulnerabilidade enquanto mão de obra quando revelam que a resolução de migrar para Rondônia foi uma opção limitada quando relatam os motivos da escolha. Citamos agora abaixo alguns exemplos deste discurso:

“eu já tinha prestado concurso para juiz no estado do Acre, fui até a última fase mas não passei. Em virtude de problemas financeiros familiares, porque eu era arrimo de família, eu resolvi prestar concurso pra onde fosse mais fácil passar, para passar o quanto antes. E onde é mais fácil? era a Região Amazônica que a concorrência é menor e poucas pessoas se arriscam. E por outro lado, na época, os salários eram maiores, havia uma diferença bem grande nos salários, hoje é mais ou menos a mesma coisa... (...) hoje tá mais nivelado, aqui é um pouco maior, mas tá nivelando, então eu fiz porque o concurso é menos concorrido. Já tinha feito concurso no Acre, fiz este, estava fazendo concurso também em São Paulo, fiz em Sergipe por exemplo. Faria em outros lugares, mas já tava canalizando os esforços pra cá, porque sabia que ia ser mais rápido aqui” (migrante 6 – serviço público)

“Aí eu ia fazer [concurso público] pro Mato Grosso, por que era mais perto, por aquela lógica, ‘dali eu vou mais perto, dá pra ir de carro’... então fiquei Mato Grosso, Mato Grosso, aquela coisa, mas aí eu notei que a maioria das pessoas ia prestar Mato Grosso, então a concorrência pro MT ia ser muito maior. Como eu queria muito passar e a ideia era: ‘vou e volto’, então eu não tava tão preocupada com ‘pra onde eu vou’ por que eu tinha certeza que eu ia voltar. Já trabalhava no órgão [como contratada], o pessoal: ‘vai, vai que a gente te traz de volta’... então eu não tava tão preocupada em ‘pra onde eu vou’ por que eu tinha certeza que ia voltar...” (migrante 2 - serviço público)

“Nasci no Rio de Janeiro em 59, aí morei 10 anos no Rio, minha infância idílica... Minha mãe era funcionária pública federal e foi transferida para Brasília, na época mesmo de formação do Governo Federal em Brasília, eu fui obviamente, ainda era portátil. Brasília fiquei na adolescência, me formei em Brasília, a formação em engenharia civil. Aí de Brasília, depois de formar na UNB, depois de formada, logo depois que eu me formei... eu me formei no ano de crise nacional e as manchetes eram assim: ‘10.000 engenheiros desempregados no eixo Rio/São Paulo’, que é onde emprega, e eu me formei neste período, no governo do Figueiredo, aí então eu cansei... Passei um ano procurando emprego sem encontrar colocação. Cheguei a fazer prova para dar aula de inglês, com aquela frustração, diploma de engenheiro, feito em 4 anos e meio, acelerado, fiz curso de verão, me formei em 4 anos e meio e aquela frustração imensa. Então acabei optando em passar um ano fora. Meu pai morava fora e aí eu fiz curso de programação tentando começar abrir minha formação. Lá nos

Estados Unidos. Eu fiz o curso de programação em ‘pascal’ que é negócio de computador também, não tinha essa coisa do pc, nem tava começando. Então este computador é o top, aí eu comecei a trabalhar com essa questão da programação, ‘isso aí vai me dar um gás, vai me abrir novas oportunidades’, aí depois de um ano eu já voltei com essa oportunidade de vir trabalhar em Rondônia. O meu primeiro trabalho foi aqui na empresa de saneamento, CAERD, e aí pros dois, porque aí eu já conhecia o X [esposo]. Conheci o X [esposo] na universidade, conheci na UNB, depois ele foi transferido, o pai dele foi transferido para Curitiba, aí nós ficamos nos correspondendo 4 anos, a separação de corpos começou nessa época... E aí quando surgiu a oportunidade de emprego na área da engenharia, foi assim o céu se abrindo, e aí nós viemos assim também, por rede né? Apesar de que naquele tempo não tinha internet, mas essa rede de contatos.” (migrante 7 – serviço público)

“Minha família é de Ponta Grossa mas como meus avós eram donos de hospital em Curitiba, todo mundo nasceu em Curitiba, pra não pagar maternidade. Então nasci em Curitiba e morei em Ponta Grossa. Sempre me interessei pela área ambiental, queria fazer engenharia ambiental, mas não tinha em Ponta Grossa e eu já tinha o X [filho], então tive que optar pelo que tava mais próximo, foi engenharia civil em Ponta Grossa. Assim que eu me formei, dentro da faculdade de engenharia eu optei pela área de hidrologia, que era mais próximo da área ambiental e na faculdade foi a área que eu me destaquei. Logo que terminei a faculdade eu fiz uma especialização em gestão ambiental e depois já o mestrado. O doutorado na Federal de Santa Catarina, eu tinha começado antes de vir pra cá (...) a gente vivia de bolsa eu e o X [companheiro] em Florianópolis e na verdade por questões financeiras mesmo, quando nós vimos o concurso do SIPAM, que foi aquele período que tava muito tempo sem ter concurso. Quando começou a abrir os concursos federais (...) tinha saído informação do Serviço de Proteção da Amazônia e a gente até brincou ‘o que será isso?’ e acabou que a gente fez inscrição e os dois passaram, em 2006.” (migrante 8 – serviço público)

“Sou natural de uma cidade do interior de São Paulo chamada Monte Aprazível, mas eu sai de outra cidade pequena de São Paulo chamada Nova Granada. Vim pra Rondônia no dia 13 de fevereiro de 2005. Me formei em janeiro de 2004 em biblioteconomia pela UNESP de Marília, fiquei 1 ano em São Paulo na mesma cidade dos meus pais e aí quando eu estava à procura de emprego me fizeram uma oferta para vir conhecer Rondônia. Eu aproveitei a semana do carnaval em fevereiro de 2005, só fiquei desempregada 15 dias aqui em Porto Velho, como quase não tinha bibliotecário, não foi muito difícil encontrar a única bibliotecária que tinha disponível pra me receber, que era a bibliotecária da biblioteca pública a X, ela me disse que no SESC tinha uma vaga, que a bibliotecária já tinha se aposentado há um ano e estavam sem. Eu fui só me apresentar pro diretor de lá e a gente fez um processo seletivo que só tinha eu de candidata e aí já comecei a trabalhar, até terminar de apresentar a documentação. Meu primeiro emprego de carteira assinada, meu primeiro emprego total... eu tinha 24 anos. Trabalhei no SESC dois anos, mas depois de quase 1 ano eu fui convidada pra assumir o lugar da X na Biblioteca Municipal, aí também não podia sair do SESC por que não tinha bibliotecária. Então fiquei nesses dois empregos, com cargo comissionado na prefeitura, e foi bem interessante

por que não tinha no quadro de servidores públicos municipais a vaga pra bibliotecário, então tiveram que aprovar uma legislação para poder me contratar como comissionada isso em 2005, coisa que a gente não imagina. Biblioteca Pública só tem a Francisco Meireles, as outras são das escolas, faculdades, SESC, SENAI, da universidade, do SESI, as outras bibliotecas são de órgãos públicos. Depois de dois anos de SESC fui pro SENAI pra trabalhar a noite e de dia na prefeitura. Quando eu tinha um ano e dois meses no SENAI eu pedi pra sair, pedi exoneração na prefeitura e fui pro Acre, em 2008. (migrante 9 – serviço público)

Os entrevistados de órgãos públicos demonstraram, no geral, menos expectativas e otimismo com os processos recentes de desenvolvimento da região. No entanto, muitos são categóricos quanto à crença na sua condição de representante da neutralidade do Estado⁶⁵ na defesa dos interesses públicos, ainda que as falas demonstrem contradições quando narram, nas suas atividades profissionais, a forma com sofrem interferências pela própria hierarquia do Estado.

Quando os entrevistados resistem de alguma maneira a reproduzir vícios dentro da cultura institucional dos órgãos, ou mesmo quando se opõem a posicionamentos políticos ou potenciais privilégios econômicos, que o conhecimento da estrutura interna permitem realizar, é neste momento que mais claramente é sentido nas falas o papel hierárquico do Estado. A entrevista a seguir demonstra o desconforto com o trabalho sob esta condição:

“Então assim, hoje só cria mesmo (cria UC’S - unidades de conservação ambientais), quando tem alguma função, alguma questão econômica vinculada, que aí é pra botar pano quente de um lado e do outro, entendeu? Então isso vem desanimando muito a gente, gerenciar... o ICMBIO é um dos menores, dos menores, dos menores orçamentos do MMA, o IBAMA apesar de... tá, tão fechando o IBAMA, mas tem cinco vezes mais orçamento que a gente sabe? Então, por que não é a pauta da ministra, não é! Ela já falou em reuniões internas que ‘conservação da biodiversidade’ é um termo que só a gente usa e isso atrapalha o discurso dela, isso ‘queima o filme dela’ ... então assim, ela é totalmente desenvolvimentista, ela tá naquele cargo não é à toa, por que é braço direito da Dilma⁶⁶ pra viabilizar...” (migrante 2 – serviço público)

Os entrevistados, sejam servidores públicos ou empregados na iniciativa privada, demonstram uma forma de alienação quanto a sua condição de classe dentro da estrutura social para a organização do desenvolvimento econômico da região, a sua origem social

⁶⁵ “autonomia relativa do Estado” termo já discutido no capítulo 1

⁶⁶ Refere-se a Dilma Rousseff – a presidenta do Brasil quando da realização da entrevista.

aparece como a ‘origem natural’, a qual as outras classes e culturas devem adequar-se. Podemos retomar aqui a ideia da *generalidade imaginária* presente na burocracia.⁶⁷

Uma das questões da pesquisa, com anteriormente apresentamos, seria sobre a formação (ampliação/fortalecimento) de uma classe média local que seria a responsável pela garantia tanto da implementação, quanto da organização e manutenção da organização do Estado na região Amazônica. Tal preocupação tem sido sistematicamente demonstrada pelos tipos de incentivos promovidos pelo Governo Federal, que coloca para rodar a engrenagem da iniciativa privada levando a estas regiões pessoas com um perfil específico. Sua função como trabalhador passa a ser contribuir com a institucionalização e legitimação do Estado e do Capital juntos, a partir de um burocratismo burguês.

Como foi visto, Rondônia é um estado marcado pela constante chegada de migrantes e o período estudado não foi diferente. Desde o início de sua ocupação sempre existiu um grupo de especialistas que acompanhavam as cidades recém formadas, geralmente organizando-se como pequenas burguesias locais, formadas por profissionais liberais, funcionários dos órgãos públicos federais, comerciantes. No entanto até o período estudado a quantidade destes especialistas não era suficiente para ser considerada como uma classe média que estabelecesse seus padrões e estilos de vida, como cultura dominante. Hoje se observa de forma ostensiva esta padronização na cidade de Porto Velho, realidade que é sentida pelos próprios migrantes que perceberam a dinamização deste processo:

“mas a cidade chocava, e hoje eu falo, não reclamo mais de jeito nenhum, e tem seis anos, seis anos e meio que eu tô aqui, então eu falo, a cidade melhorou muito em seis anos por conta das hidrelétricas. Aquela coisa, quanto mais gente, mais exigência de serviço, a cidade acaba se adequando, então hoje melhorou muito em termos do que era, imagina como era antes então (...) há dez anos era bem pior né? Então hoje eu já não reclamo tanto, mas na época era pesado, eu lembro que adorava ‘Elma Chips’, eu ia no mercado não tinha Chips, só tinha aquele ‘Skini’, mas enfim, a gente aprende a conviver com essas coisas na verdade...(...) Agora aqui, Porto Velho, tá mudando bastante com essa última chegada, é a gente, não sei se era essa leva de servidores públicos que veio antes, ou de outros migrantes que vieram antes das hidrelétricas que não tava dando conta de impor esse mercado, esse consumo que as hidrelétricas fizeram acontecer.” (migrante 2 – serviço público)

⁶⁷ “A burocracia protege uma *generalidade imaginária* de interesses particulares. As finalidades do Estado são as da burocracia e as finalidades desta se transformam em finalidade do Estado. A burocracia é sinônimo de toda casta, seja hindu ou chinesa. Ela possui o Estado como sua propriedade. A autoridade é sua ciência e a idolatria da autoridade, seu sentimento mais profundo” (Tragtemberg, 1980- p. 24).

“Mas aqui em Porto Velho o que ocorre, por que nós trabalhamos em uma obra. Não foi: ‘vou lá em Porto Velho e vamos nos estabelecer lá e ficar lá até morrer...’ Não. Nós já sabemos que vamos chegar e que vamos sair. Agora quanto tempo vai levar... e nós sabemos da realidade do local, como é o atendimento das pessoas, muita coisa no dia a dia você vai se adaptando com a forma de agir das pessoas, principalmente na área de saúde.” (migrante 3 – iniciativa privada)

“A mudança é muito grande em termos de crescimento econômico, não desenvolvimento, crescimento econômico, é avassalador. Isso é que faz a gente mudar muito nossa visão de metropolitano, de paulistano, carioca, ou seja, o Brasil hoje tem muitos centros regionais com políticas de desenvolvimento fortíssimas, ou seja, o sertão do Nordeste, Petrolina por exemplo, Campina Grande, o Centro Oeste, a Amazônia. Ritmos de colonização muito forte, ritmo avassalador de crescimento econômico, agora desenvolvimento não observei grandes mudanças. Por exemplo, penso na educação, posso falar porque fui professor emergencial do estado, não observei mudanças significativas em educação, as mudanças maiores são em infraestrutura, mesmo assim muito aquém do necessário. E crescimento da prestação de serviços, dos órgãos públicos, ele [o estado de RO] se estruturou com certeza, mesmo o Ministério Público e judiciário cresceram muito nesses 10 anos, mas em geral a prestação de serviços aos cidadãos melhora pouco.” (migrante 6 – serviço público)

Aparece de forma clara também que este acesso dos migrantes aos bens de consumo dá-se por conta de uma inserção diferenciada em termos de renda em relação às populações locais, em especial na cidade de Porto Velho, o maior município do estado onde ainda reside a maior porcentagem de população de origem amazônica. Estes migrantes acessaram, em sua maioria, as colocações profissionais privilegiadas dentro do mercado de trabalho nas empresas privadas e no setor público, principalmente onde se estabeleceu o ingresso por sistema meritocrático.

Esta situação provoca uma série de desdobramentos, primeiro uma competição velada entre os moradores locais que buscam e almejam essas posições privilegiadas em relação aos que chegam, o que fez crescer a demanda objetiva por cursos de formação em nível superior, principalmente nas instituições privadas de ensino superior que tiveram crescimento vertiginoso nos últimos dez anos.

Em segundo lugar, cria uma dificuldade, principalmente dos órgãos públicos, em realizar – com a eficiência que se espera, com o estabelecimento de uma burocracia e uma tecnocracia estável – as ações esperadas pelo Estado que precisa impor sua lógica de funcionamento, pois os migrantes qualificados não se estabelecem de forma permanente nas cidades onde são lotados.

“Essa coisa assim, a cultura da partida... tem muita gente boa sim, tem muita gente boa que ficou. Mas podia tá melhor sabe? Por que você vê gente que vem, fica, pega experiência, e você sabe que daí... que nem, por exemplo hoje um grande problema nosso é conseguir novo chefe de unidade, a gente tem muita gente boa, mas não tem gente com perfil de chefe, aqueles caras bons, pró ativos, responsáveis que poderia ter num cargo de chefia, ninguém fica sabe? Então você tem muita dificuldade. Hoje pra ser chefe de unidade é assim: ‘ah cê topa?’ desse jeito... não dá pra escolher perfil, tem que colocar alguém lá...” (migrante 2 – serviço público)

Se intercalam a todo momento os problemas macro da estrutura de funcionamento dos órgãos e consequentemente do Estado, com as demandas pessoais dos migrantes trabalhadores especializados. Estes “por direito” podem se desvincular de suas hierarquias locais recorrendo às superiores para se transferir, numa dinâmica que causa o abandono dos processos de gestão em andamento, para partir em busca de outros locais, mesmo que nem sempre consigam especificamente o desejado.

Promover mudanças culturais, criar infraestrutura para atender as necessidades destes grupos de migrantes, passa a ser um processo de mão dupla que se retroalimenta com os projetos e investimentos econômicos e com o aumento da migração para a cidade.

Há dez anos, a partir da divulgação da construção das hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, ambas no Rio Madeira, investimentos em várias escalas de grandeza se expandiram, desde os grandes investimentos da construção civil, a pequenos negócios localizados que buscavam o padrão de atendimento do sul e sudeste: lojas, restaurantes, serviços pessoais especializados, passando pela enorme gama de necessidades de consumo e serviços trazidas pela cultura de classe média. Este processo é visto de forma positiva e necessária pelos migrantes em sua dupla condição de burocrata e de integrante da classe média em defesa de seus interesses.

“Tinha demanda, mas ela não era atendida, hoje não, hoje você vê crescer coisas por conta das usinas, por uma demanda realmente do público que tá aqui, que vem por conta das obra entendeu? e aí eu não sei se por conta da quantidade de gente que vem que foi muito maior... o que mais eu vejo assim, que pro estado, realmente pra Porto Velho e pra Rondônia, eu acho que precisa ter isso pra conseguir segurar as pessoas entendeu?” (...) “Por que senão vai ficar sempre aquela coisa, ‘os bons’ vem, não que aqui não tenha gente boa, mas poucos bons ficam entendeu? A maioria vem, faz um pé de meia e vai embora. Então, enquanto a cidade não der opções, não tiver uma facilidade, dificilmente vai segurar esse povo aqui, o que por outro lado é ruim pro nordestino, pro migrante que veio aqui, pros rondonienses exatamente é. Os rondonienses mesmo, que não chegam a ser rondonienses exatamente, o povo que veio e formou Rondônia, que acaba (...) a

cultura deles, acaba sendo cada vez mais empurrada pra periferia. Hoje você vai pro centro da cidade, tudo bem que tem a 7 de setembro⁶⁸, ainda é muito... atende muito o público daqui, mas cê vai vendo a mudança de outras ruas, que nem a Carlos Gomes, Pinheiro Machado, elas tão modificando totalmente pra atender o público de fora, o padrão de loja, o padrão de restaurante, tudo isso já tá virando pra atender o público de fora então, o povo daqui acaba, tende a ficar mais...” (migrante 2- serviço público)

A cultura local aparece quase como um resíduo que inevitavelmente será acabado com o processo de chegada dos migrantes com suas necessidades, e estas necessidades aparecem como perfeitamente legítimas visto que o objetivo é manter na região, profissionais de “boa” formação, responsáveis e com perfil para dar conta das demandas de implementação da lógica do Estado. Na sua fala o migrante se coloca como o próprio representante do Estado que está ali para fazer os processos funcionarem, aparece a noção da tecnocracia sobre si mesma, de que representam a ordem, o Estado, a República. Ainda se percebe uma visão de hierarquia regional relacionada à população colocando os migrantes qualificados como as pessoas “boas”, os profissionais “bons” que precisam ficar e ter criadas todas as condições para isto (urbanas, culturais, educacionais, de consumo).

“mas é isso, acho que a tendência é tentar consolidar mais no concurso gente daqui pra segurar. Agora assim, não é preconceito de jeito nenhum, mas a gente nota um pouco da diferença sabe... De formação... Não todo mundo, não todo mundo de jeito nenhum, mas um ou outro tem uma formação um pouco mais fraca entendeu? O que na hora do trabalho faz diferença, não tô dizendo de jeito nenhum que todo mundo que veio de fora é bom, e os daqui não. Não é isso. Tem de todo jeito, mas a gente tem notado uma tendência de que o pessoal daqui tem uma formação um pouco mais fraca. Também por que assim culturalmente até pra olhar com indignação certas coisas talvez seja mais difícil. É... fica menos indignado [com os problemas ambientais], tem menos pró atividade pra fazer as coisas, e na formação básica também. Assim, português sabe... coisas que comprometem algumas coisas e acaba comprometendo o trabalho. Por que poxa como é que a pessoa passou no concurso, não sabe escrever direito? Mas muitas dessas pessoas ficam aqui, e a gente tem que investir pra formar melhor entendeu? A instituição tem que aproveitar essas pessoas e investir em capacitação, tudo mais pra poder segurar.” (migrante 2- serviço público)

Também na fala do migrante, empregado na iniciativa privada, aparece um discurso sobre a importância que o seu trabalho representa como contribuição no processo de desenvolvimento para o país. Na comparação com as atividades profissionais exercidas fora da Amazônia, estas ganham um status de construção do Brasil, uma sensação de

⁶⁸ “7 de setembro” é a rua de comércio popular no centro da cidade.

“fazer a diferença”, ainda que o próprio migrante reconheça suas limitações de autonomia quando da tomada de decisão, o que contradiz seu discurso em favor da aplicação do conhecimento técnico estritamente.

“Eu trabalhei em São José dos Campos em sensoriamento remoto, eu fui pra Tocantins, lá era isso mesmo. Tava contribuindo pra cultura local. Não tinha nada, a cidade cresceu, o comércio, eu vejo por este ponto de vista, o pessoal de lá não sei... mas tem aquele período, como eu prestei concurso eu fui pra área pública, e como não deu certo, voltei pra São José dos Campos. Me dei muito bem lá, sabe? Só que esse trabalho que eu fazia lá, de escritório, sempre imageamento, você não produz nada, você vai, faz o imageamento, entrega seu trabalho e acabou, gera o produto, não tem essa dinâmica que você tem aqui, como aqui que você tem, você dizer assim.... na minha área... autonomia. E pela experiência que você diz ‘pode fazer assim, não pode fazer assado’, claro que a decisão quem toma é a diretoria... claro. Mas aqui eu tenho condições de dizer, antes eu seguia uma ISO lá, saía um produto interno, eu não via que eu tava construindo alguma coisa pro país, diferente do que eu fazia lá no Tocantins, diferente do que eu faço aqui. Aqui você vê que está mudando a região e contribuindo pro desenvolvimento do país, por que essa obra aqui é uma obra assim.... espetacular, eu trabalhei no Peixe [rio do Peixe] eu sei, e também tá ligado a essa parte de meio ambiente, aqui sim, percebe que tá colaborando bastante.” (...) Lá [em SP] eu era mais um, eu ficava fazendo aquela coisa... não, aqui você emprega seu conhecimento, o que você aprendeu no mestrado, você emprega seu conhecimento, inovar, não é obrigado e seguir aquele *script*, aperta esse botão, praticamente um ISO, e é o que a empresa precisa, pessoas que vão dar a melhor solução...” (migrante 3- iniciativa privada)

Na iniciativa privada, a percepção de que a formação profissional local é defasada ou mais “fraca” também aparece, mas neste caso há uma espécie de desejo de deixar um “legado” de conhecimento técnico para os que trabalham nos projetos. Com a noção clara de que estes possam partir para outros lugares ou campos de trabalho, expandindo novos ciclos migratórios ou de produção no mesmo local.

“Deixa eu te dar um exemplo de como que esse tipo de empreendimento, ele muda, muda algumas pessoas: no outro empreendimento que eu trabalhei tinha pessoas lá que contratei da cidade pra trabalhar comigo, eram cadistas, arc gis, eu ensinei como é que fazia, essas pessoas, hoje, são diretores em Brasília de empresas de geoprocessamento, tem pessoas que estão trabalhando aqui em Jirau, e até pela minha formação, que eu orientei iniciação científica no mestrado, orientava alunos de graduação, dava aulas pro pessoal, e aqui eu faço a mesma coisa. Por que de fora aqui só eu, tem um menino aí do Rio de Janeiro, o restante são daqui e o que a gente faz? a gente vai dando o treinamento, no caso destas pessoas elas vão pegando, no caso específico de barragem, essas pessoas, elas ficam qualificadas pra trabalhar nisto, que não tinham qualificação antes, então tem gente que trabalha aqui e tão indo pra Jirau, outros pra Belo Monte, então a gente

vai treinando as pessoas, pelo menos eu gosto.” (migrante 3- iniciativa privada)

Neste caso, o foco da fala é totalmente voltado para a perspectiva do trabalho, da produção e do desenvolvimento como um processo permanente, num distanciamento completo do que isto representa no contexto sócio econômico e cultural local. Esta leitura mostra-se também na forma como o migrante relata sua vida social em Porto Velho, mesmo já estando há quatro anos morando na cidade:

“Agora se tiver que ir, me disser: ‘olha você não pode continuar...’ Bom primeiro eu vou pra onde... o trabalho me chama, agora se eu tiver a condição de escolher um lugar onde o salário é ideal, saúde, eu voltaria pro sudeste, eu morava em São José dos Campos. Imagina, lá tá a 100km de São Paulo, da praia, 300km do Rio de Janeiro, se eu pudesse escolher, assim conciliando tudo isso... (...) Ah, o X |amigo| por exemplo, conheci no tênis clube, todo final de semana vamos no tênis clube, minha esposa é amiga da esposa dele, e tal, fui à casa dele ontem, qual o nosso divertimento aqui? O tênis clube, tem piscina e tal... eu conversei com ele ontem também, nós não temos amizade íntima com pessoas daqui, por que primeiro, nós somos evangélicos, e pelo fato de sermos da igreja... As pessoas querem sempre fazer churrasco e coisas que é o tipo de diversão que... não condiz muito com o tipo de diversão que a gente pratica. Aí cê tá aqui com uma pessoa, e eles, ‘ah vamos lá no forró e tal...’ e com a gente isso não existe, ‘vamos sair tomar uma cerveja?’ não, eu saio daqui e vou pra casa, tranquilo, a única pessoa que a gente... |relaciona-se| é o X |amigo|, meu maior contato é com o X |amigo| e com a X |amiga|, em casa...” (migrante 3- iniciativa privada)

Os problemas locais, que se tornam suportáveis diante da possibilidade de ir embora, são os mesmos problemas que causam a angústia em permanecer. O sentimento de desterro que se abate sobre os migrantes, tão demonstrado em trabalhos científicos ou na arte de modo geral, aparece com a mesma força para a maior parte dos migrantes qualificados entrevistados, mesmo com toda a condição de vida mais confortável, ou com o acesso aos meios de comunicação que os coloca em contato permanente com seus locais de origem, o que supostamente amenizaria a distância.

Os migrantes passam a assumir três possíveis posturas:

- A de querer voltar a todo custo e lutar por isto sempre articulando em direção a este objetivo, e ir fazendo seu trabalho com discurso de que enquanto estiver em Rondônia acredita estar “contribuindo”;
- A de assumir uma identidade desterritorializada, passando a se considerar “do mundo”;

- Ou por fim, muitas vezes após um processo de resistência, assumir que se integrou à sociedade local e que já criou ou “criará raízes” ali.

Deve-se observar, que ao longo de uma trajetória de vida de alguns anos, ou décadas, todas estas situações podem surgir, em momentos distintos. Podemos observar como alguns dos entrevistados demonstram estas posturas:

“(...) conheci ele [esposo] em maio, devo ter tomado a decisão de ficar em setembro, outubro, que eu falei ‘não, não vou mais’ e ele em Guajará⁶⁹ né? Na época. O casamento foi em 2010, que foi quando ele pode vir pra cá por que pensamos: ‘vamos casar e ficar cada um numa cidade?!’ ele veio pra cá no final de 2009 e a gente casou em junho de 2010 e aí não tem mais aquela ânsia de ir embora. Hoje se alguém me perguntar, pra onde cê quer ir? eu não saberia dizer, eu tenho muita vontade de trabalhar em outros biomas, mas eu não consigo hoje escolher um lugar pra ir...” (migrante 2 – serviço público)

“Minha família sempre vem comigo, eu geralmente só decido ir pra um lugar podendo levar a família, geralmente eu vou pra uma determinada cidade, estado, ficar lá um mês procurando casa, morando em hotel até montar casa e levar a família. (...) O início da negociação pra trabalhar, pra mudar de emprego é isto, ver se posso levar a família, por que quando nós trabalhamos com essas empresas, nós trabalhamos numa obra, a obra tem prazo pra começar, quando terminou a obra algumas pessoas ficam, por questão de licenciamento ambiental coisas que precisam ser renovadas, diferente de quem está lá na parte civil, terminou, vai embora. Agora aqui não, existem algumas pessoas que continuam, existe uma previsão, pode ficar dois, três, existe uma estimativa, vai ficar um, dois, três, anos, nós já estamos aqui vai fazer 4 anos, e vamos ficando, não tem uma data limite, de saber exatamente até quando vai ficar...” (migrante 3- iniciativa privada)

“Não, ele [o filho de 2 anos] ficou lá até eu conseguir buscar, ele morou com os meus pais, quando eu tirei férias e fui busca-lo, ele também foi daqui de Porto Velho, foi pro Acre e voltou. Ele parece que nasceu aqui, quando nós viemos de ônibus por 2 dias, pra ele, criança, tudo é festa, e a alimentação, que ele sempre gostou da alimentação típica daqui... a tal da farinha, é o tal do açaí, sempre pareceu ter nascido aqui... eu é que tenho minhas resistências, não gostava muito do açaí, ainda não gosto tanto. Mas eu vim por causa do trabalho, eu sou de uma cidade que tem em torno de 26 mil habitantes, eu sou a única bibliotecária formada na cidade, mas eu estava desempregada, quem cuidava da biblioteca pública não era uma bibliotecária, cidade pequena, é política, eu pensei ‘quer saber, eu vou embora’. Depois que cheguei em Porto Velho e já tava trabalhando há cinco meses, que me ligaram chamando e eu não tive coragem de voltar. Ainda bem que eu não voltei.” (migrante 9 – serviço público)

“Aí foi onde, em 2005, eu finalizei minha parte aqui no norte né? E nesse intervalo em que eu tava aqui em Porto Velho, em Guajará Mirim,

⁶⁹ Refere-se a cidade de Guajará Mirim distante 328km de Porto Velho.

aquele negócio, só não fui pra Ariquemes⁷⁰ por que achava longe, fui pra Guajará Mirim, fronteira, queria conhecer. Conheci o Acre, conheci Cobija⁷¹, tudo aquilo ali, e retornei pro Rio. Fui lá pra empresa e tal, e eu... sentia muita saudade daqui, eu achava aqui legal, aqui eu tinha feito muita amizade em Porto Velho, pro norte eu só comecei a vir e em 92, aí como eu vinha muito pra Porto Velho eu fiquei ambientado, a gente fez amizade com o pessoal, essas coisas. Ia pra um canto, ia pra outro, ficava em festa, era tudo pertinho, tudo legal, me entrosei aqui e gostei daqui, por que saía daquela coisa, do ambiente de tanto viajar, e eu já tava meio estressado com esse negócio de ficar viajando pra cima e pra baixo, eu queria tá num... numa parada. Eu falei ‘pô, vou dar um tempo em Porto Velho, calmo’. Aí foi, retornei, eu ficava por aqui, mas ficava voltando pro Rio, aí voltei pro Rio, fiquei lá na empresa lá tal, aí depois a coisa... a minha vida particular não tava engrenada é... tava tendo alguns problemas é, coisa familiar, coisa que eu não gosto. Prefiro pegar minhas coisas e ir embora. Eu sempre me dei bem com as pessoas, gosto de evitar problemas, eu gostava de todo mundo, se não gostassem de mim paciência, falava com um, falava com outro, eu sacaneava o pessoal o pessoal me sacaneia [fazia brincadeiras] e vai levando a vida, a nossa vida aqui é passageira né? Então a gente tem que aproveitar, se eu tô fazendo mais coisa boa do que ruim pra mim tá bom, creio eu. Então com isso, aqui eu me adaptei bem em Porto Velho e comecei a ter problemas familiares (...) e começou a gerar muita divergência e eu acabei me distanciando, já tava viajando pra cá, aí foi onde eu larguei tudo no Rio e vim pra cá. Aí como teve o concurso em 2006, em 2005 mais ou menos, e como tava tendo essas divergências, aí teve essa oportunidade do SIPAM, e eu, ‘sabe de uma coisa, eu já vivi minha vida aos baldes...’ na verdade quando eu vim pro SIPAM, passei no concurso, eu ainda tava lá, tinha os dois empregos... não podia, mas como o pessoal já me conhecia falaram, tua missão aqui tu já fez, tu já fez até demais, a gente já ganhou muito dinheiro nas tuas costas, falaram é... tu já fez muito por isso aqui, vai pra lá, tu passou no concurso, vai pra lá, tu tá precisando de umas férias longas. Daí eu vim pra cá, aí fiquei 2006, 2007, foi quando eu conhecia a X [esposa] também e comecei a ficar por aqui a ambientar, me acostumei, essas coisas, aí voltei lá e falei ‘ah vâmo encerrar esse contrato, vou começar uma vida nova’ e sabe aquele negócio assim, acho que as vezes sou meio maluco, que parece que não mas no fundo que não ligo, eu não me apego, dinheiro, eu vou muito pelo lado espiritual da coisa, eu sou espírita, eu gosto dessa forma de viver, então eu vivi muito bem eu gastei muito dinheiro, eu viajei muito a trabalho e mais ainda os lugares que eu não trabalhava eu ia nas férias, então são poucos os lugares no Brasil que eu não conheço, só não conheço o Piauí e o Maranhão, mas agora vou conhecer por que a família dela [da esposa] é de lá.” (migrante 4 – serviço público)

O migrante 4 acima citado, resolveu se estabelecer em Porto Velho já depois dos 40 anos de idade, para “começar uma nova vida”, pois o mesmo já havia circulado por boa parte do território nacional, trabalhando nos mais diversos tipos de projetos públicos

⁷⁰ Ariquemes- cidade rondoniense a 100km de Porto Velho.

⁷¹ Cobija é a cidade Boliviana, na província de Pando, fronteira com a cidade de Brasiléia no estado do Acre, muito frequentada por brasileiros por ser uma área de livre comércio.

e privados do setor de telecomunicações. Ao desligar-se da família, o migrante encontrou-se novamente na condição de mobilidade facilitada, como seria a de um indivíduo mais jovem ou recém formado, solteiro e sem filho para cuidar. Assim como para os migrantes 2 e 3, a relação familiar – a decisão de se casar da primeira, e a possibilidade da família acompanhá-lo do segundo – influíram em suas decisões de permanecer ou de migrar. A migrante 9, que foi para Porto Velho solteira, levou o filho para lá assim que foi possível e a boa adaptação da criança pode ter sido um fator de influência positiva para sua permanência. A questão de gênero e da atribuição de papéis feminino e masculino, aparecem neste trecho, como um exemplo de grande parte dos processos migratórios enfrentados por famílias, em que as crianças ainda permanecem, em geral, sob os cuidados das mães.

A determinação do trabalho na vida demanda adaptações constantes dos planos, das perspectivas, das realizações em todas as dimensões, visto que para estes migrantes o caráter ambíguo da força de trabalho emerge com força na sua positividade, quando os entrevistados destacam sua sensação de liberdade por ter partido para um lugar distante e desconhecido, cheio de desafios profissionais. A mesma força é expressa, no entanto, também no seu caráter negativo, pois diante da impossibilidade que vender outra mercadoria, que não sua força de trabalho, estes trabalhadores, como quaisquer outros, estão sujeitos as ofertas possíveis e suas condições determinadas, com o complicador do deslocamento e da migração como entende-se a mobilidade do trabalho.

Entende-se ainda que os papéis sobrepostos destes grupos: classe média, burocratas/tecnocratas, faz deles uma categoria específica de migrantes, e o esforço deste estudo está sendo no sentido de abrir numa leitura crítica, num emaranhado de conflitos que surgem neste processo apresentado nas trajetórias de migração, profissional e de vida. Pensando que este contexto só se dinamiza e é possível devido à necessidade inerente ao desenvolvimento dos processos de reprodução capitalista atuais, bem como a demanda do Estado para permitir, realimentar e fortalecer os mesmos.

3.3 O papel (participação, função) estratégico dos migrantes na legitimação das estruturas de Estado em Rondônia

Migrantes são indivíduos que se deslocam pelo mundo cumprindo funções estratégicas dentro das necessidades que o desenvolvimento do capitalismo permite, demanda, exige ou impõe, muitas vezes esta mobilização aparece travestida de desejos pessoais, criando inclusive personagens fetichizados de heróis, desbravadores, aventureiros, pioneiros e para usarmos termos atuais: de pessoas “empreendedoras” ou “pró-ativas”.

Localizando estes migrantes especificamente dentro da história recente de Rondônia, podemos dizer que a função específica deles foi e está sendo a de criar as bases e estruturas e colocar para funcionar o movimento de legitimação do Estado via burocracia e/ou tecnocracia.

Mesmo que dentro de funções tão distintas como a de coordenador de órgão de meio ambiente, professor de universidade, engenheiro em empresa de saneamento, médico, desenvolvedor de sistemas de telecomunicações, servidor no sistema judiciário ou em projeto de integração de ações e programas governamentais, os entrevistados são exemplos de migrantes qualificados que ao longo das últimas décadas, mesmo que em menor número deslocaram-se para o norte do país principalmente para áreas que nas décadas de 1960 e 1970 eram novas frentes de expansão. Rondônia era o Eldorado para os migrantes pobres do passado, ou para grandes investidores, hoje é uma fronteira no sentido da formalização e da estruturação integrada de sistema produtivo com o financeiro, o político e o jurídico.

Neste sentido o termo usado pela sociologia para designar o avanço do capitalismo em termos de produção mineral, extrativista e agropecuária vai servir para designarmos também uma frente de expansão dos sistemas de controle e de gestão via instalação de superintendências, coordenações regionais, postos avançados, delegacias estaduais, universidades, etc. São inúmeros os termos usados para nomear a presença do Estado no nível federal na coordenação e na ingerência sobre as ações e integração deste novo território de exploração. O Estado justifica e legitima esta ingerência fazendo uso da mão de obra especializada dos migrantes qualificados, incluindo-os no sistema de formação de quadros que funciona para todo o país. Esta tem sido facilitada pela modernização e aceleração dos sistemas de comunicação e de transportes por todo o território, e que

definitivamente (ou finalmente, como muitos desejaram) “integrou” a Amazônia no processo de reprodução na escala nacional.

No entanto, no caso específico de Rondônia, existe uma vulnerabilidade: a condição migratória está presente em todas as decisões individuais destes quadros, que por serem concursados em sua maior parte, ou fazerem parte de redes de profissionais que garantem sua inserção no serviço público ou privado de alto nível salarial, criam de uma forma singular, demandas gerenciais para a administração pública. A partir de sua condição de burocratas adquirem conhecimentos e passam a deter poder, pois controlam procedimentos que dependem de processos de médio a longo prazo para serem adquiridos. A formação de um novo quadro, necessita de novos investimentos de gestão e financeiros e ainda, de tempo para se concretizar.

“E até assim, eu que sou de fora, tenho essas sensação sabe ... eu hoje eu acho já que... sabe, foi bom, são sete anos de norte, de Rondônia, então eu acho que eu já aprendi muito sabe? Foi muito bom, nossa, eu amadureci demais nesse período aqui, em vários aspectos, eu vim pra cá recém casada né? Hoje eu tenho sete anos de casada então pra o meu casamento foi muito bom, como eu disse pra minha vida assim, questão de amadurecimento de até aprender a me virar né, por que a gente sozinha aqui é... foi muito bom e acho que eu já dei também muito de mim, sabe? não tudo né óbvio, mas uma boa parte, eu acho que já consegui concluir um ciclo aqui, sabe? Então hoje a gente já pensa também, entrar nessa de ir embora (...) Isso, hoje eu já penso assim, ah hoje eu tô, hoje eu, profissionalmente, eu tô bem satisfeita entende? Por que na verdade essa foi a razão da gente vir pra cá, foi profissional né, e... Eu acho muito importante você deixar alguma coisa, então eu acho que hoje eu já posso dizer que eu consegui fazer alguma coisa (...) O exemplo que eu tomo pra mim, que foi concluído, é o que foi concluído agora, ano passado, foi justamente a formalização da gestão integrada⁷², sendo bem específica, eu já fiz outros trabalhos, eu trabalhei na questão da proteção da unidade, o fato de a gente ter conseguido fazer um plano de proteção que não tinha sabe? isso pra mim é gratificante por que eu participei e a gestão integrada, a formalização, foi uma coisa que eu peguei, que caiu meio de paraquedas sabe? peguei pra fazer meio assim... por que, mais por uma questão assim de conveniência por que eu já tava indo pra Brasília né... e precisava levar e eu acabei pegando pra fazer e fui tocando sabe, com a equipe.” (Migrante 5 – serviço público)

“Eu me sinto super confortável como funcionária pública, eu me sinto muito parte mesmo do governo, eu me sinto parte. Quando falam do evento de cólera que teve, lembra? Quando o cólera que assolou todo o Brasil, aqui o norte inclusive e Rondônia, pode procurar, o estado, se

⁷² A “Gestão Integrada” a que a entrevistada se refere, é a administração conjunta de três unidades de conservação ambiental, cujos gestores se apoiam mutuamente e atuam juntos às comunidades locais. Esse sistema potencializa do uso dos recursos e da mão de obra, que são sempre menores que a necessidade. Atualmente este trabalho está sendo usado como referência para gestões de unidades de conservação em todo o Brasil.

não for o que menos sofreu, foi um dos que menos sofreu. Eu me sinto orgulhosa, que eu tava na equipe batalhando a parte do saneamento, que era onde eu trabalhava na CAERD. Então pra mim aquilo não tinha em nenhum lugar escrito no nome da CAERD, mas a gente montou uma verdadeira frente de conscientização das pessoas, de como é que era a transmissão e quando saiu a notícia e a gente viu nosso ranking lá embaixo, era como se a gente tivesse recebido um prêmio. Então eu tô super bem resolvida de trabalhar pra governo, de trabalhar em bastidor, super bem resolvida, não me ofende, não tá lá... É claro que cê gosta do reconhecimento (...) eu me vejo sim, como parte totalmente destas conquistas do governo de Rondônia, da evolução da CAERD. (...) eu... total sabe? Me vejo participando desse processo sim, e hoje eu tô há pouco tempo no SIPAM, né, vai fazer seis anos agora, mas eu olho pra trás e vejo quanta coisa legal a gente conseguiu deixar aqui no SIPAM, que amanhã ou depois eu vou embora e tenho certeza que aquilo que começou como uma loucura ou uma iniciativa minha, vai ficar, então eu me vejo também assim, carimbando mesmo, que com uma pequena contribuição eu me vejo carimbando o meu caminho profissional. Como eu me dedico muito a esse lado profissional né, eu acabo até migrando em função né, dessa realização, eu tenho isso... se a gente pudesse comparar com bicho eu talvez seja uma formiga ou uma abelha é... por que as duas tão trabalhando pelo trabalho, assim: ‘eu preciso fazer essa parte’, sem se preocupar se a abelha |rainha| tá se refestelando só no bem bom né... eu não tenho essa preocupação: ‘ah por que o outro tá lá em cima, ah não faz nada e ganha mais do que eu...’ não me abala sinceramente, eu acho que a gente tem que fazer a nossa parte, eu me vejo parte do processo total. E talvez até fazendo uma retro análise, parte da frustração que me levou embora em 94 foi exatamente o fato de eu não estar fazendo a diferença, de eu sentir que pra mim... que tanto fazia eu lá dentro |da CAERD| sabe? Que as pessoas tavam me encostando, então o que eu fazia não fazia diferença, hoje eu acho que o que eu faço faz diferença sim, contribui entendeu? Então eu me sinto super confortável nisso que eu faço e realmente me dedico, por que eu acho que me dedico, pelo menos no que ta dentro do meu limite né, não faço mais por que eu sou incapaz de fazer mais, dentro da minha capacidade eu faço né... (migrante 10 – serviço público)

Atualmente sou diretora do sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Rondônia, em são 5 anos. É aqui e coordeno mais outras 7, só aqui são 16 servidores, as do interior todas têm bibliotecária, a gente conseguiu que todos tivessem bibliotecária, pelo menos. No final do ano estamos esperando mais 11, entre técnicos e bibliotecários, 4 pra cá e 7 pro interior. (migrante 9 – serviço público)

Esta condição da burocracia é inerente a sua existência e ao seu funcionamento, como bem verificamos nos capítulos anteriores deste trabalho, tanto quando trata das teorias sobre burocracia, de Saes e Tragtemberg, quanto nos trabalhos sobre os projetos implantados pelo Estado em períodos anteriores em Rondônia.

Verifica-se de fato um comportamento corporativo interno das organizações e de seus funcionários, que adquirem um certo nível de poder, que é fortalecido pelo próprio Estado à medida que delega funções estratégicas aos servidores. Estas funções demandam

deles posicionamentos e posturas profissionais, que por serem a maioria jovens, não trazem de suas faculdades ou de suas formações universitárias. Necessitam adquiri-los na prática do trabalho, na atuação profissional direta em contato com diversos atores sociais, que em geral lutam cada um por seus interesses, não poucas vezes conflituosos. Esta condição dupla de poder e pressão é sentida a todo momento na atuação profissional e verbalizada por quase todos os entrevistados.

“Eu não criei nenhuma expectativa, acho que foi isso que não nunca me frustrou, e não achei nenhuma dificuldade sinceramente. Eu cheguei com muita humildade, dizendo ‘eu não sei’. Eu era recém formada, com filho pequeno e querendo trabalhar, era só o que eu queria fazer. Então eu encontrei pessoas maravilhosas que: ‘ah! olha assim como você chegou, quando eu cheguei também era assim’. Muitas pessoas dispostas a me ensinar o meu trabalho, até os auxiliares da biblioteca me ajudaram profissionalmente, o pessoal da licitação, do DRH, muitas pessoas contribuíram, que são meus amigos até hoje, me acolheram muito, muito bem. Até na universidade, quando eu cheguei, que a diretora... quando eu entrei na universidade, depois de 6 meses eu virei diretora. Então, ela foi embora pra UNB, então eu assumi a vaga dela e até hoje eu chego no setores e falo ‘olha, eu não sei isso, você me ensina?’ E eu acho que com esse jeito, como a maioria das pessoas daqui também chegaram do mesmo jeito, então as pessoas te recebem com mais disposição pra auxiliar, pelo menos é o que eu sinto, nunca tive nenhuma dificuldade. Tanto é que eu já tô na terceira reitoria, terceira gestão, totalmente diferentes uma da outra, mas o corpo técnico é o mesmo então, as pessoas estão aí pra ajudar”. (migrante 9 - serviço público)

3.4 Contradições de migrantes mobilizados pelo capital na reconstrução de identidades: apologias à permanência, justificativas ao retorno.

As referências sócio culturais dos migrantes qualificados vão ao longo do tempo de permanência sendo relativizadas, bem como suas certezas em relação ao retorno. Isso acontece num processo temporal que é de difícil localização, visto que depende essencialmente de fatores subjetivos e personalidade individual, e das reações e comportamentos diante das novas situações de vida que se apresentam. Assim, o sentimento de indecisão, a falta de previsão, dificuldade em planejar um futuro a curto, médio e longo prazos, para alguns dos entrevistados, emergiram ao longo de seus processos de adaptação, como em geral também ocorre com migrantes pobres.

“Mas assim depois que eu cheguei e comecei a conhecer, a gostar da Amazônia, tanto que eu tive dois convites pra ir embora e não quis, em 2006 pra São Joaquim em SC, pra assumir o parque lá, de jeito nenhum,

aquele frio lá... por que São Joaquim é friozão... Foi por causa do frio cara... Mas aí quando teve o segundo convite acho que eu entendo que no fundo era o viver a Amazônia, por que na segunda vez me chamaram para o Parque Nacional de Campos Gerais em Ponta Grossa, aí assim, tem duas coisas, eu não gostava de jeito nenhum de Ponta Grossa, odiava a cidade, mas é do lado da família no Paraná. A gerente me ligou, que eu podia ir por que ia vir alguém de lá, aí eu não fui, por que achei que não era o momento, que eu podia ficar mais um tempo na Amazônia. Isso é, engraçado que parece que passou tanto tempo e em um ano só aconteceu tanta coisa (...). Em 2005 eu vim, em 2006 teve essa história, por que ao longo de 2006 também, a saúde do meu pai piorou, ele teve que fazer angioplastia, não tinha boa a saúde e começou a piorar, um dia eu cheguei chorando, falando pro X(chefe): ‘me libera’, ele então: ‘eu libero’. Só que aí Brasília não liberou, só que aí era outra construção, era pra o CENAP em Atibaia, ia pra SP e de lá eu coordenaria... aí foi o CENAP fazendo toda a articulação, pedindo, pedindo, e me chamaram pro Juruena⁷³ no MT, e eu até tinha topado, e eu, ‘vou ficar então, eu vou ficar mais na Amazônia’. Mas sabe aquele susto? Meu pai melhorou, aí tinha aceitado ficar em Alta Floresta⁷⁴... é louco.” (migrante 2 – serviço público)

“Eu cheguei com ele [esposo], eu não cheguei empregada, cheguei até meio perdida, acabado de formar, não sabia o que ia fazer, tava formada em química, comecei a conciliar dar aula em Vilhena e estudar pra concurso público. Já que meu marido é servidor público federal né? e minha perspectiva era assim: o que eu vou fazer? por que daqui a pouco ele pode ir embora e eu vou ter que largar tudo, o emprego, bom vou procurar alguma coisa na minha área, alguma coisa que eu goste. Aí saiu o concurso do Ibama e eu resolvi tentar. Mas na verdade eu nunca tinha tido essa perspectiva de ser servidora pública federal, não era o meu objetivo, mas acabei fazendo o concurso, eu passei, e eu morei dois anos e meio em Vilhena⁷⁵ até o Ibama me chamar, e quando chamaram me lotaram em Itapuã⁷⁶ na FLONA Jamari⁷⁷. Aí eu vim, continuei com minha casa em Vilhena, e em Itapuã fiquei morando sete meses dentro da FLONA e trabalhando lá, só que lá não tinha lotação pro meu marido. Até a gente conseguir conciliar meu trabalho com o dele num local que tivesse trabalho pros dois. Aí foi quando eu recebi a sugestão [de se mudar para Porto Velho]...” (Migrante 5 – serviço público)

Nos estados da região norte a ascensão profissional dentro do serviço público é vista por todos como mais rápida e que as responsabilidades são maiores e mais desafiadoras, e os migrantes qualificados que permanecem em Rondônia, mesmo com as dúvidas e dificuldades apresentam situações características do processo de mobilidade capitalista: formação nas metrópoles ou nos centros de produção de conhecimento, mercado de trabalho das regiões de origem muito competitivo, busca de melhores

⁷³ PARNA Juruena – Parque Nacional do Juruena em Mato Grosso.

⁷⁴ Alta Floresta do Oeste – RO, município localizado a 528 Km de Porto Velho.

⁷⁵ Vilhena – RO – município localizado a 705km de Porto Velho.

⁷⁶ Itapuã do Oeste RO – município localizado a 114km de Porto Velho.

⁷⁷ FLONA Jamari – Floresta Nacional do Jamari - ICMBIO

rendimentos e ascensão profissional, disposição e interesse por desafios, características que se encontram na maior parte das pessoas durante a fase da juventude.

“No fim de 2009 vim pra Porto Velho que é a entrância final. Vim por, por antiguidade, ou seja, a carreira aqui é muito mais rápida que em outros estados” (...) “em outros estados demoraria muito mais. Vim [do interior para Porto Velho] com 7 anos de carreira por antiguidade. Nos estados novos é muito mais rápido.” (...) “eu só não sou o procurador de justiça que atua perante o tribunal, eu sou um promotor de capital” (migrante 6- serviço público)

“A pessoa que me trouxe pra cá morava há 20 anos aqui, mas é da mesma cidade que eu. Ela vai passar o natal lá e aí me chamou pra passar o carnaval com eles aqui. Eu estava desempregada mesmo e [ela falou]: ‘aproveita pra entregar alguns currículos, se não der certo você volta’. Rondônia... é como chamam quem mora em SP, Rondônia que é aqui, Porto Velho, falam Rondônia como se fosse uma cidade. Ela disse ‘eu não conheço nenhuma bibliotecária em Rondônia, acredito que não vai ser difícil você arrumar um emprego’. E não foi mesmo, graças a Deus, e aí eu percebi que eu não ia ser mais uma na multidão, dava pra ser uma bibliotecária diferente, fazer meu nome profissional, que eu também não tinha experiência nenhuma profissional e aí eu me formei e já fui chefe, já assumiu uma biblioteca grande como é a do SESC. Aí pro Acre, como era diretora da biblioteca pública, o dono da faculdade de lá me ligou para eu indicar alguém, aí como a gente ficou um tempo no telefone conversando, falando que se aqui não tinha bibliotecário, no Acre muito menos, e ele perguntou quanto ganhava, me falou que pagaria o dobro pra eu ir pra lá. Aí com uma proposta dessas você não tem muito pra pensar... mesmo porque eu trabalhava das sete e meia da manhã até às nove e meia da noite e lá ia trabalhar das 4 da tarde às nove da noite, ganhando o dobro. Era uma faculdade particular em Rio Branco, lá só tem duas particulares e uma federal, eu trabalhei 3 meses na particular, eu falo que tirei férias de 3 meses, porque era muito tranquilo o trabalho, diferente na empresa privada, é muito diferente, e a valorização do profissional, não é nem pela migração, é por que a bibliotecária que tinha lá de 80 anos, faleceu, imagina chega uma menina pra trabalhar cheia de ideias... Aí eu já tava fazendo outras atividades quando abre o concurso da universidade [Federal de Rondônia]. Aí o meu noivo estava aqui, eu queria ficar lá, já tinha comprado terreno, gostei muito de Rio Branco, muito, muito, minha vida cultural ficou movimentada, que tem muitas atividades, não sei se você conhece... Aí eu prestei, passei no concurso da UNIR, fiquei torcendo pra não me chamarem, eu não queria vir embora, mesmo porque ia reduzir muito o salário, mas em 2008 ainda, no meio do ano, 28 de julho, eu já comecei a trabalhar aqui. E o meu noivo ficou aqui, nesse período eu vivia na ponte aérea...” (migrante 9 – serviço público)

A postura destes migrantes, de estarem disponíveis para novas vivências, pelo menos no início de seus processo migratórios, corroboram pesquisas que demonstram os maiores índices de mobilidade entre pessoas jovens.

A falta de experiência de vida e a postura jovem frente a vida – em geral vivenciada com a sensação de que o futuro é ainda muito longo e que se tem todo o tempo do mundo – faz destes migrantes “bons soldados” para atuarem como os novos tipos de “desbravadores” do território. Tornam-se desbravadores no sentido da organização social e institucional do Estado, carregando em seus discursos uma positividade para as situações de vida às quais se submetem no processo. Utilizam-se tanto do termo “risco”, citado anteriormente, quanto “aventura” com o mesmo despojamento e positividade.

“Então foi uma opção natural ter vindo pra cá, então, não tive choque de ir para Costa Marques⁷⁸ achava tudo uma maravilha, uma grande aventura. Achei legal. Então, pra mim foi uma grande experiência conhecer um outro lado do Brasil tão oposto a São Paulo. Além de resolver os problemas financeiros, que sempre é gratificante, foi um aprendizado de vida muito bom” (migrante 6 – serviço público)

“e também tem uma questão de renovação aqui, os procuradores do ministério público e os juizes mais velhos, estão na faixa dos seus 50 anos. Em São Paulo estão na faixa próxima dos 70 anos, então a renovação é muito menor. Nesses estados do norte, nordeste e centro oeste existe gente mais jovem e talvez até por não ter... [pausa] não serem provenientes de grandes faculdades, é muito mais aberto a inovação, a novas ideias, então hoje vamos dizer, talvez não a vanguarda intelectual mas a vanguarda em termos de gestão é o que está aqui.” (migrante 6 – serviço público)

O processo de adaptação a Porto Velho, a Rondônia e a Amazônia, apresenta aspectos gerais, como o clima quente e “abafado” (úmido) por exemplo, mas é também cercado por subjetividades atemporais, que nunca pode ser captado como algo definitivo.

Os migrantes entrevistados tem procedências variadas, de regiões e cidades muito diferentes, para alguns Porto Velho era uma cidadela, para outros era muito maior do que imaginavam, até maior que suas cidades de origem. Mas as impressões sobre a organização da cidade em termos de estrutura urbana é que tem quase unanimidade, com críticas a má qualidade das moradias, dos serviços, do trânsito, do atendimento no comércio. A socialização de cada indivíduo também varia muito, alguns se sentem inteiramente à vontade para conhecer pessoas e lugares novos, outros já se prendem aos grupos que mais se identificam e aos lugares em que se sentem seguros, e outros ainda, procuram se proteger de contatos muito próximos quando percebem diferenças culturais que lhes causam algum incômodo e passam quase todo o seu tempo no ambiente urbano

⁷⁸ Costa Marques é um município de RO, que fica a 715km de Porto Velho e faz limite com a Bolívia, cujo acesso até pouco tempo só era possível por estrada de terra, o que nos períodos de chuvas fazia com que a viagem durasse mais de 20 horas.

da cidade, evitando tudo o que não lhes parece familiar, ou frequentando apenas os lugares que se assemelham ao máximo ao seu meio urbano de origem.

Assim eles narram e justificam:

“Não vou negar que em certa medida é difícil você sair de uma educação e de uma sociedade cosmopolita, que você tem acesso a uma ampla oferta de cultura, e vir pra um lugar que você é inserido num meio, ou de funcionalismo público, ou agrário rural em que as pessoas comentam quem tem o modelo de carro x, quantos bois o fulano tem na fazenda, quem casou com quem né... E a cidade não tem banca de jornal, a cidade não tem cinema, eu morei 10 anos aqui em RO só 3 cidades tinham cinema, 7 anos em cidade que não tinha banca de jornal, nem cinema, nem nada, nem livreria, nem nada. Com pouca... não existe comunidade universitária... Então o que acontece? As amizades se tornam reduzidas, no meu caso, colegas de trabalho, existe uma diferença entre coleguismo e amizade, e amigos, vamos dizer assim amizades formadas dentre outros migrantes, notadamente funcionários públicos também, de fora, a maior parte dos meus amigos são funcionários federais: Ibama, ICMBio, Polícia Federal, então assim, é difícil você sair de uma cidade como São Paulo, que te oferece muitas diversões e vir pra uma sociedade que... a sua diversão ela existe óbvio, você tem que aprender a aproveitar várias coisas como por exemplo: leitura, sempre tive muito tempo pra ler aqui, mais que em São Paulo, a prática de certos esportes. Então, canoagem no rio, pedalada de bicicleta em Costa Marques... maravilha. Mas em termos de amizade é muito mais restrito, tem que aprender a enfrentar esse tipo de dificuldade, você não consegue fazer muitas amizades aqui, mas isso é o meu caso, outras pessoas vem pra cá fazem muitos amigos, depende das suas preferências, das suas exigências... como formação foi muito importante viver com a diversidade, sair daquele meio urbano e enfrentar os desafios... sozinho né, por que quando você é promotor de uma cidade pequena, você é mais ou menos o xerife do lugar, é você e dois delegados, você é o xerife do lugar, eu tive que resolver problemas altamente complexos, muitas vezes sem a formação adequada, erra, acerta...é, mas aí vem o amadurecimento da experiência, então como vivência pra mim é algo fenomenal, por isso que eu digo, a melhor opção que eu poderia ter tido foi essa [migrar]... e acho que se eu tivesse ficado em São Paulo eu teria, não teria tido tantas oportunidades de amadurecimento, lá eu não teria casado com uma bióloga, talvez eu tivesse casado com uma pessoa do meio jurídico, teria sido frustrante... da diversidade vem a força, mesmo as amizades, você aprende mais com o diferente que com o semelhante. (migrante 6 – serviço público)

Então, a chegada aqui em Porto Velho que foi diferente de Vilhena... Eu senti que aqui era bem diferente, eu senti que realmente eu cheguei no Norte... era essa a sensação. Mas como eu te falei, a questão da estrutura da cidade, não ter saneamento básico, e isso tudo piorou muito depois da chegada das usinas. Quanto à socialização foi super tranquilo, assim, pra mim, como também quando eu cheguei, com um monte de gente de fora, rapidinho eu criei um grupo de amigos e o X [esposo] também criou rápido. Na verdade, o pessoal daqui é muito receptivo, o povo daqui mesmo, não tô nem dizendo as pessoas de fora, hoje nós temos um grupo muito grande amigos, por que assim, as pessoas foram se

aproximando também da gente cê vê que as pessoas se conhecem hoje e já vão te convidado pra ir na casa delas... ‘ah, vamos fazer um jantar!’ Então a gente tem um grupo muito legal de amigos sabe? Pessoas assim muito boas e claro que... cara é difícil né? Por que penso assim, que ninguém vai substituir a sua família, num momento de aperto, quem cê vai querer ter do lado? Mas pelo menos a gente conheceu pessoas muito boas, muito confiáveis então a gente consegui formar hoje a gente tem isso. Então, hoje eu tenho mais amigos daqui, por que no nosso caso específico, muita gente, os meus amigos de fora foram embora, então... A maioria foi embora, ficaram poucos, então eu fiz amizade mais do trabalho, por que quando eu cheguei aqui os meus amigos eram principalmente o pessoal do trabalho, todo mundo. Chegamos juntos, foi montando um grupo né? A medida que foi passando tempo, logo um ano depois começaram as remoções. Por que uma coisa que acontece, e que é muito comum aqui, é o pessoal chegar já pensando em ir embora, por que tem os concursos, passa muita gente de fora. Só que ninguém quer se estabelecer, todo mundo que ir embora, voltar para as suas terras, então como teve um concurso já em 2008 todo mundo da minha unidade [UC], que eram 6, 4 se inscreveram no concurso de remoção e os 4 foram embora, então assim, eu não me inscrevi e fiquei. Então isso foi uma coisa que eu senti muito, por que durante um certo tempo, apesar de eu conhecer as pessoas de fora, quero dizer, as que não são daqui do trabalho, ou são vizinhos, ou que conheci na cidade, elas realmente permaneceram, mas aqueles meus amigos... Acabou que assim, os meus amigos do trabalho eram meus amigos mais próximos e eles começaram a ir embora e eu fui ficando né... E isso, meio que assim, chegou um tempo que eu pensei, ‘poxa, tô ficando sozinha...’ era aquela sensação...” (migrante 5 - serviço público)

A dificuldade em manter as amizades com outros migrantes, que estão sempre em movimento em busca do ‘melhor lugar’, aparece como um problema devido à instabilidade que causa à vida pessoal.

“Ai cara, assim, que apesar de eu gostar, não só me adaptar, mas de gostar daqui mesmo... Ai, mas a sensação meio de que você tá ficando mesmo, sabe? Assim, de abandono, tipo ‘caramba, por que que eu não fiz o concurso de remoção?’ por que eu não aproveite e fui embora também?!” (...) “Das minhas amigas mais próximas, elas não foram todas embora de uma vez, foi indo uma de cada vez e a última foi justamente a X, que foi em 2010, aí depois que ela foi que foi todo mundo! Todas as minhas amigas e eu ‘caramba sabe, fiquei só’ e isso foi um choque, chegou um momento que fiquei chateada... eu devia ter tentado, cheguei a me sentir sozinha por que eu fiquei meio perdida, todas as minhas amigas, o pessoal que saía comigo, as pessoas foram embora... Mas assim, Deus é tão bom, que colocou novos amigos na minha vida, justamente em 2010, a X foi a última. Acho que ela foi embora em agosto ou setembro, não lembro bem... Acho que foi no final de agosto, aí o que aconteceu, eu fiquei ainda um tempo assim, em outubro, setembro, assim, caramba foram embora, o pessoal que eu saía mais, que era mais assim mais parecido comigo, casado, ou não, mas sem filho, que tinha mais liberdade. Então ‘ah tô com vontade de ir num cinema’, ligava, ‘vamos assistir um filme? vamos sair pra tomar um café? uma coisinha assim... um açaí...’ (...) Isso então foi o que eu senti

mais por que foram e eu fiquei assim (...) claro que assim, tem meu marido e tudo. Mas, é muito importante você ter amigos fora, então aí foi uma coisa inversa, por que quando a gente chegou aqui ele não tinha amigos, eu já tinha um grupo de amigos e essa fase foi justamente o inverso, ele que já tava com um grupo de amigos e eu tava sozinha, eu via que ele até tinha uma preocupação, por que eu ficava muito em casa, lia muito, trabalhando igual uma louca, comecei a trabalhar mais ainda, levava meu computador pra casa e ficava lá trabalhando, trabalhando. Tinha menos pessoas pra dar atenção e não tinha o que fazer, ele começou a ficar meio preocupado, ‘ah, suas amigas foram embora ce tá muito sozinha... (...) Mas foi justamente, coincidentemente ou não, foi um ano que eu acumulei muita carga de trabalho, 2010 acabei trabalhando muito, fiquei meio cansada... Mas como eu falei, Deus é muito bom, no final do ano, eu conheci uma família, na verdade meu marido conheceu uma família muito querida que eram o marido, a mulher e duas filhas e as duas filhas são da minha idade. (...) Eles são muito carinhosos e o meu marido teve uma afinidade tão grande com ele que eles adotaram meu marido, chamam até de filho, sabe aquela coisa assim. Então, a gente começou a frequentar a casa deles e a gente formou um relacionamento muito forte, uma amizade muito forte, então isso foi muito bom. No ano passado também eu voltei a frequentar uma igreja, que eu tava meio... assim eu ia de vez em quando mas não tava frequentando, participando de nada.” (migrante 5- serviço público)

“Eu sou da [Igreja] Batista, então eu tava assim, desde que eu vim pra cá eu não tava indo, aí ano passado eu voltei, o que foi muito bom, por que também eu conheci outras pessoas, então fiz um novo círculo de amizades. Hoje assim, tenho muitos conhecidos, algumas pessoas que conheço e tenho meus amigos que realmente são amigos, normalmente a gente tem poucos né, mas essa parte social já tá estabilizada, e o bom que não são mais... é assim, tem os meus amigos do trabalho né, que a minha amiga mais próxima hoje é do trabalho, continuou sendo né, acho que até pela proximidade, pela identificação profissional, tudo muito parecido. Mas tenho meu grupo de amigos entendeu, e é muito bom o fato de serem daqui né, por que quando a gente tem os amigos do trabalho tem sempre aquela sensação de ‘ai vai embora...’ por que como aconteceu agora da X [amiga] ir, é muito comum essa rotatividade aqui, as pessoas ficam pouco tempo, é temporário...” (migrante 5 - serviço público)

A instabilidade na vida social, com as amizades e as dificuldades de adaptação acabam por disponibilizar para o migrante mais tempo para os estudos e para a dedicação ao trabalho. O que também pode guardar uma ambiguidade, uma contradição da sua condição que extrapola para o coletivo, a dedicação maior ao trabalho e aos estudos, como compensação de vida social pouco movimentada acaba favorecendo novamente estes migrantes em relação aos que possuem mais demandas de familiares e amizades locais, o que é uma característica da sociabilidade.

Há uma positivação que busca legitimar a permanência para onde se migrou, problemas como desterritorialização⁷⁹ e suas possíveis consequências ficam em segundo plano diante do que, contraditoriamente, percebem como realização pessoal e profissional. Os indivíduos precisam se convencer e dizer a si mesmos quase sempre o quanto sua postura é heroica frente aos amigos e parentes que permaneceram em seus estados de origem. Consideram que passam a sofrer um preconceito ao contrário, e são tidos como “loucos”, não como heróis. Passando a inverter os discursos, considerando os que ficam como os parados e eles que migraram, os que têm a liberdade, fazem o discurso de que são mais livres e que tiveram mais opções para realizar mais e diferente, em termos profissionais e pessoais, do que se estivessem em suas terras natais⁸⁰.

“Loucura, loucura, pra eles é uma loucura [estar em Rondônia] porque as pessoas acham que você fez USP... e aí você foi pra Rondônia!! Meu pai, quando eu fiz o concurso no Acre disse: ‘poxa filho, mas que falta de fé’. E as pessoas acham uma loucura, o paulistano ele é... o paulistano tem um ponto de vista que tem a ver com o do norte americano talvez. Acham que fora de São Paulo todo mundo vive na selva, é faroeste, é o coronelismo que vimos nos livros da escola, pessoas se matando na rua... Essa visão do paulistano, paulista nem tanto, do paulistano em especial, ele acha que você ir pra outro lugar é uma loucura, todo mundo acha. ‘Não, não, vai voltar logo, vai ficar um pouco e vai pra outra coisa melhor’ né? E às vezes o melhor pode ser aqui...” (migrante 6 – serviço público)

A posição de destaque na sociedade de acolhimento, para estes migrantes qualificados que se transformam rapidamente em burocratas do Estado com papéis de poder dentro das instituições e/ou da sociedade, criam um ambiente favorável a permanência de alguns.

“Vai completar [10 anos em Rondônia] em novembro, assim posso dizer que profissionalmente foi a melhor opção, e pessoalmente também, foi a melhor opção que eu fiz. Na minha vida, pessoalmente, foi vir pra cá. Tive a possibilidade de construir coisas novas que eu jamais poderia fazer em São Paulo, então hoje, eu coordeno ações e projetos aqui, inovadores em termos de Brasil, coordeno atividades, dirijo atividades que eu não teria espaço provavelmente em grandes centros” (migrante 6 – serviço público)

“Então minha responsabilidade, eu vejo assim, pelo pouco histórico que eu tenho, oito anos em Porto Velho, conheço 50 por cento das cidades do interior, tenho um histórico como bibliotecária. Já realizei as duas feiras do livro de Porto Velho, que não tinha feira do livro no estado, já tive projetos aprovados pelo Banco da Amazônia, pelo Portal de periódicos da CAPES, pelo governador, nunca eu ia conseguir falar com

⁷⁹ Desterritorialização Rogério Haesbart

⁸⁰ Haesbart quando fala da interpretação de espaço como fixo e tempo com fluxo

o governador de São Paulo por exemplo, e aqui a gente tem livre acesso, visando a melhoria do trabalho. Eu ainda vejo que aqui, você ainda... como eu falei, você não é mais uma na multidão, você tem que fazer a diferença e prezo por essa responsabilidade. Eu posso ser mais uma e fazer exatamente o meu trabalho como bibliotecária, mas... como agora, acabei de saber na semana passada que passei pro mestrado, agora eu vou desenvolver uma pesquisa sobre leitura, que o nosso estado lê muito pouco, é um dos últimos, só perde pro Piauí, então aí eu falo, a minha responsabilidade ainda é muito, muito, muito maior, mas eu vejo lá na frente, daqui uns 15 anos vai estar diferente, se Deus quiser... (migrante 9 – serviço público)

No entanto a permanência definitiva para os mais jovens e mesmo para a maioria dos mais velhos não é o futuro desejado. Encontramos na maior parte das falas dos entrevistados uma vontade de retornar à terra natal ou no mínimo não permanecer em Porto Velho para o resto de suas vidas.

“realmente tenho vontade de não aposentar aqui, hoje faltam 25 anos pra eu me aposentar e com as reformas que vão vir, inevitavelmente, as idades mínimas vão de 60 para 65. Então é difícil, mas assim, no horizonte de curto prazo eu estou muito bem aqui profissionalmente, pessoalmente...” (migrante 6 – serviço público)

“eu acho que, como diz meu marido, sou um pouco cigana, acho até que ele quis casar com medo de eu ir embora... é que eu acho assim, que enquanto eu estiver aqui, eu tenho que estar aqui, contribuir, fazer, produzir. Se amanhã estiver lá em Rio Branco, no interior de Rondônia, é lá que eu vou contribuir, não sei se vou ficar aqui eternamente, o mais provável é que não, porque talvez meu filho vá embora então talvez eu queira ir também estudar, fazer um doutorado fora daqui alguma coisa assim, ou então talvez ir morar no interior de Rondônia, para educar outros filhos que... as cidades são bem mais tranquilas do que aqui. Não consigo planejar assim lá na frente, deu até um frio na barriga agora...” (migrante 9 – serviço público)

“Outro estudo interessante seria ver as pessoas que se aposentam e ficam aqui. Ninguém se aposenta e fica aqui, só quem tem baixa renda que se aposenta e não tem renda suficiente pra ir pra outro lugar ou se aposenta e tem ótimos negócios aqui e aí não compensa, imóveis, empresa, mas ainda tem o econômico, pra segurar simplesmente o aposentado, em regra, não permanece aqui” (migrante 6 – serviço público)

3.5 - Trabalhador migrante, migrante qualificado ou tecnocrata da classe média?

De maneira branda, o sentido da colonização e da expropriação está presente nas falas dos migrantes, mas de forma diferente de quem migrou para Rondônia para o trabalho na terra, em busca do Eldorado, admitindo de forma explícita que estavam ali para tirar o que pudessem, pois os migrantes qualificados sempre argumentam que estão

lá para contribuir e deixar alguma coisa. Identificamos aqui as contradições inerentes a sua condição de migrante, quando o discurso é baseado no fetiche do processo civilizatório, no sentido de que não consideram o seu momento de trabalho como uma fase do processo de modernização dentro de uma perspectiva de totalidade de territorialização do capital. Ou seja, que a condição de classe média, funcionário no serviço público, burocrata, faz parte da estrutura financiada e organizada pelo Estado em nível federal, para responder as demandas de funcionamento da reprodução do capital, que a medida que se expande, torna-se muito mais complexa. O retorno financeiro é a compensação pelas dificuldades a que se submetem, e com as quais procuram lidar para tirar o melhor proveito possível da situação, readaptando a vida, readequando os planos, ou simplesmente resolvendo o que fazer no momento em que as circunstâncias novas se colocam.

Os entrevistados apresentaram avaliações diferenciadas também a respeito do trabalho no interior e na capital do estado de Rondônia, Porto Velho, onde estão lotados atualmente. Porto Velho, fundada durante o primeiro ciclo da borracha na Amazônia, passou por vários períodos de isolamento e outros de expansão, enquanto que as cidades do interior, em especial as surgidas ao longo da BR 364, tiveram outro processo de implantação e estruturação que aconteceu principalmente durante o Regime Militar, são cidades novas portanto (anexo 3). Alguns municípios apresentam carências de estrutura urbana, mas outros como Ji Paraná, Vilhena e Cacoal, se destacam pelos níveis de IDHM⁸¹ iguais ao da capital e por menores índices de violência.

A esta perspectiva da vida pessoal e da escolha do melhor lugar para viver no estado de Rondônia, soma-se a noção de poder do Estado corporificado nas instituições e nos servidores públicos. Na capital, mas nas cidades do interior ainda mais, a visão da burocracia de Estado e seus agentes como os legítimos implementadores das políticas e das leis, surge nos discursos dos migrantes qualificados como uma forte personificação positivada de seu papel na sociedade. A compensação profissional e pessoal, traz a sensação de realização pra alguns, mas também decepção para outros

“Trabalhar no interior daqui foi ótimo, no interior a gente é muito respeitado, a população em geral dá credibilidade, faz as reclamações e você tem chances de interferir no processo histórico assim, de uma forma muito grande. Você pode caçar os políticos corruptos que não vão

⁸¹ IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3751> acesso em 08/09/2014)

poder mais se candidatar, você interfere no rumo da história daquele pequeno povoado, então foi muito bom passar pelo interior, muito melhor aliás do que trabalhar em Porto Velho. Trabalhar em Porto Velho hoje é bom porque tem desafios, desafios maiores também. Mas é uma coisa corrente dentro do judiciário, ministério público que você se realiza como promotor e juiz de cidade pequena, onde você resolve tudo, você resolve as coisas com o prefeito, com o comandante da PM, com a sociedade, você é a referência da justiça.” (migrante 6 – serviço público)

A ideia de classe média como grupo de poder que articula e possibilita as ações do Estado aparece aqui na figura do migrante qualificado. Diferentes das classes médias locais que muitas vezes se formaram a partir do trabalho produtivo agropecuário ou do comércio, ou seja, detém mais o poder econômico, os migrantes qualificados se inserem como um outro tipo de poder, o da burocracia, da institucionalização de ações e procedimentos que garante o funcionamento do Estado e das forças produtivas. A burocracia de Estado tem então, todo um sentido de modernização técnica em Rondônia, é de fato depositado nestes tecnocratas um valor, que também tem uma ambiguidade: para uns uma oportunidade, por meio da qual o estado pode ser organizado e evoluir na dimensão das legalidades e assim se conformar na economia regional, nacional e mundial de forma mais competitiva, para outros representam barreira para a expansão das atividades, a burocratização no sentido mais pejorativo, de que só serviriam para “travar” os processos de exploração e expansão das atividades.

Uma classe média que não existia de forma organizada no estado e que recentemente, principalmente a partir do período estudado, começa a se apresentar como um grupo de poder. A especificidade em RO é que estes grupos antes não tinham força política suficiente, estes grupos médios da sociedade estão cada vez mais se fazendo presentes, devido ao seu aumento em números absolutos e de sua penetração nas instâncias de poder⁸². Uma parte no poder de fato, com participação na política e uma parte se estruturando na classe média pra realizar o funcionamento do Estado. Este processo exige uma rearticulação das elites locais, que parecem se articular diferente das elites dos outros estados, pois a marca da cultura migrante não é mais apenas nos hábitos

⁸² Baraúna (refere) chama a atenção para o fato de que os técnicos locais, sempre estiveram subordinados aos de fora, pela centralização do poder em Brasília durante o período como território e nas décadas iniciais do estado como ente federado.

e costumes da vida cotidiana, mas também se inscrevem na cultura institucional dos órgãos e consequentemente na forma de agir do Estado.⁸³

Lembramos que a população de Rondônia como um todo, é hoje de 1.748.531 habitantes, segundo a projeção do IBGE para 2014. Sendo que a evolução desde a década de 1960 foi a que segue:

Gráfico 2 – População Rondônia 1950 a 2014

Fonte: Censos IBGE – organização: Luciana Teles

O aumento no número de habitantes da década de 1960 para o ano de 2014 é a assombrosa porcentagem de quase 2.500%. Para efeito de comparação a população brasileira cresceu no mesmo período aproximadamente 390%, indo dos 53 milhões para

⁸³ Retomamos aqui a noção de acumulação política de Lefebvre, já desenvolvida no capítulo I desta pesquisa (pág 24) “Uma noção ilumina a expansão do capitalismo - a de *acumulação política*. Não é só a riqueza (sob forma de capital) que cresce. Simultaneamente, o saber institucionalizado também se acumula. E acompanhando-os, cresce o Estado. A acumulação política reuniria a acumulação simultânea da riqueza e do saber. Tratando-se de uma acumulação específica, que se prepara longamente só se manifesta como *acumulação política* de forma tardia, com o Estado Nação moderno.”

os atuais 200 milhões. “Durante os 21 anos de Ditadura, as terras da Amazônia têm ocupação maior do que em cinco séculos de história”⁸⁴.

Mas mais que apontar um crescimento em números, observamos os saltos populacionais que o gráfico apresenta nas décadas de 1970, 1980 e 1990, que foram os períodos de auge da ocupação, conforme o que foi apresentado no capítulo 2.

Os grupos sociais e a classe média no estado e em Porto Velho começou a se estabelecer voltada para uma disputa interna de poder, se estruturando e se fortalecendo a partir da década de 2000 e vivendo um processo histórico que havia se dado - de forma diferente - por outros grupos do país, em outras regiões e em outras épocas. A mediação das relações entre os grupos se dava dentro de sistemas produtivos e de estrutura tecnológica diferentes, outras conjunturas políticas e legais, e outras formações sociais, nas quais o poder de intervenção dos migrantes era inexistente ou sempre de resistência ou subalternidade, e isto em Rondônia é invertido, por conta da enorme massa de migrantes que fundou o estado nos últimos 30 anos.

Observamos o fato de que, a permanência definitiva dos migrantes qualificados também não é uma constante, estas pessoas acabam por ter maior mobilidade que os migrantes pobres, o que pode ser definidor no interesse em investir a longo prazo e consequentemente na articulação para participar e disputar com mais incisão o poder político, ainda que enquanto tecnocratas estejam em posições de poder. Nas próximas falas esta percepção por parte dos entrevistados é analisada a partir da comparação com o estado vizinho, o Acre, cujas capitais são próximas em termos de distância se comparadas a Manaus ou Cuiabá, isto facilitou que e estabelecessem relações constantes, principalmente entre os órgãos do Governo Federal.

“não sei se você observou que isso é uma coisa muito de Rondônia, é... No Acre você não vai encontrar o mesmo processo, no Acre as posições chave que você encontrou aqui em Rondônia, elas não são do pessoal... Você pergunta pra um secretário, chefe de gabinete, um coordenador, eles são todos do Acre... Não saberia explicar mas lá, talvez por que eles tenham investido na formação do povo do Acre, eles não tem isso que é tão evidente aqui em Rondônia, aqui os postos chaves, secretários, governadores, são todos de fora massivamente de fora. É, lá o processo histórico foi um pouco diferente... eles tiveram a formação de uma elite local desde a época dos seringalistas. E também por que não tem o tipo de exploração econômica, é diferente né? Aqui não, aqui você tá

⁸⁴ Regularização Fundiária na Amazônia Legal – Presidência da República Federativa do Brasil <http://multimidia.brasil.gov.br/regularizacaoofundiaria/infografia-timeline.html>

trazendo tudo de fora, soja, gado. Lá [no Acre] ao menos por algum tempo... mas agora também, já tão se rendendo... eles tentaram sobreviver com o que era a cultura da terra, a seringa. Aqui foi chegando um pessoal intelectual, eu acho que foi mais intelectualizado, na formação. E no Acre essas pessoas se formaram internamente, né? Os filhos dos seringalistas iam pra fora, estudavam, voltavam, tinham contato, não ia embora do Acre pra sempre, né? voltavam e ficavam lá né? E aí criou essa.... O Acre já tinha essa classe de pessoas e é menor também, é bem menor, acho que, o Acre agora tem o que, uns 400 mil?” (migrante 7 – serviço público)

“Embora nós estejamos na região norte, assim, nós temos uma grande diferença em termos de norte e nordeste. Aqui como toda migração recente, não existem grandes clãs consolidados, você tem grupos econômicos, como você tem em qualquer lugar, mas não tem clãs antigos que se articulam como oligarquias do tipo existentes no Pará, no Amazonas, no Nordeste, no Acre, não. Aqui esses clãs não são estruturados por família, são grupos econômicos de interesse como qualquer forma capitalista noutros lugares. Então você não tem aqui a família Sarney, família Barbalho, a família tal. Recentemente, eu estive recentemente participando de um trabalho e é absurdo, no Pará todo mundo é parente, todo mundo se casou ali, a sociedade muito antiga e tradicionalista por exemplo. No Amazonas também, Acre também, então acaba gerando uma oligarquia e um provincianismo. As estruturas estão profundamente contaminadas por isso. Em Rondônia tem muito menos isso. Existem problemas? Claro que existem influenciados pelo poder econômico, mas aí são os males do poder econômico, não os males da oligarquia patriarcal familiar. Isso é um tema interessantíssimo. Aqui é como se fosse ainda um rio procurando o seu leito e o resultado não vai ser igual, vamos dizer assim, por que aqui vai se queimar uma fase do que se poderia dizer... do roteiro histórico. O roteiro histórico sei lá, do Acre, do Pará, do Ceará, nós queimamos essa parcela então vai haver seus vícios, óbvio, vão se estruturar laços de família né, que vão consolidar redes de favorecimento, de clientelismo, mas já num momento histórico totalmente diferente né? No momento histórico de democracia, que bem ou mal, de maior transparência, de leis de mercado, vamos dizer assim, leis de mercado um pouco mais contemporâneas, podemos dizer assim, ainda que neoliberais, mas livre concorrência, uma livre concorrência, não um capitalismo de origem oligárquica o capitalismo de uma coisa quase feudal vamos dizer assim. (migrante 6 – serviço público)

Estes fatores na leitura de alguns entrevistados são sinais de inovação e eficiência, em um estado que teoricamente seria mais “atrasado” mas que em alguns aspectos se mostra como vanguarda.

“Aqui é muito mais permeável as inovações então. Hoje por exemplo, uma mente criativa que esteja aqui consegue deflagrar coisas completamente novas, o judiciário já é informatizado desde 2002, já era cem por cento. Não digo os processos, ainda eram físicos, mas o acompanhamento processual já era totalmente virtual, você pode ver isso no balcão do Fórum. Em São Paulo ainda era um sistema de fichinha você abre as gavetinhas e o funcionário procurava as fichinhas

do seu processo, anotava o número de forma manuscrita. São Paulo até hoje, passados 10 anos, ainda não está totalmente informatizado, claro que aí já passa por mais uma outra questão, gerencial, que se entende, as estruturas cada vez menores são melhores. Então, em São Paulo tem uma teoria de uma ala, que quer cindir o estado em vários judiciários, então seria o tribunal de justiça da região de Ribeirão Preto, da Região de Campinas, da capital, por que estruturas grandes demais ficam muito difíceis” (migrante 6 – serviço público)

A crença na técnica como solucionadora dos problemas políticos, econômicos e sociais, incluindo aí a justiça, é percebido senão como possível, como no mínimo uma grande facilitadora.

“A lei é aplicada da mesma forma. O que acontece não é problema da lei a, b ou c, é o aspecto de gestão: como você faz a gestão? Como que um promotor gere sua promotoria para as investigações serem mais rápidas? Como que os juízes gerem as varas para os processos andarem mais rápido? Então se tudo é digitalizado você tem uma estrutura mais moderna em termos de recursos humanos, se você usa métodos de gestão de recursos mais modernos, a lei se torna mais eficiente. A mesma lei no sistema lento não resolve, a mesma lei no sistema rápido resolve tudo, ou seja, é pura demagogia aquilo que eu chamo de inovação custo zero. Chega pra nós, é aprovada uma nova lei, custo zero, não custou nada aprovar, fora os próprios custos dos deputados, mas essa lei tem efeitos práticos? Não vai mudar nada, então tá se discutindo agora o novo código do processo civil, mas não mudaram a forma de intimação que continua por papel, não existe intimação por internet, por correio eletrônico, então não adianta mudar o sistema processual, na verdade são os mecanismos, o que os juristas consideram acessórios.” (migrante 6 – serviço público)

Nos anos de permanência em Rondônia e em Porto Velho, os entrevistados reagem com ênfase quando são questionados sobre as mudanças que testemunharam enquanto estão lá. Um ponto observado pelos migrantes entrevistados é a grande disponibilidade de postos de trabalho, mas ao mesmo tempo a grande rotatividade de trabalhadores, em todos os níveis e em todas as áreas.

“Você tem o exemplo da saúde e da educação são muito carentes, mas acho que é um problema nacional. A saúde você até vê novos hospitais e tal, mas a educação está praticamente estagnada, não se melhora desde universidade federal, não se cria universidade estadual e a rede pública em geral são os mesmos prédios velhos, professores desvalorizadas, então no final você precisa continuar abastecendo com mão de obra, com gente de fora. A maioria das empresas tão trazendo gente de fora porque não consegue preencher com gente daqui, existe um crescimento grande, comenta-se que só fica desempregado em Rondônia quem quer, quem se esforça muito consegue ficar desempregado, mas sempre a mão de obra é desqualificado, então você tem que trazer gente de fora. Num posto de gasolina o dono do posto me falou, ‘não, eu tenho que trazer frentista de Santa Catarina!’. Então

a mão de obra é muito carente e educação está muito ligada a isso.”
(migrante 6 – serviço público)

“aqui em RO ninguém fica na sarjeta, até por que, não tem sarjeta.”
(migrante 9- serviço público)

As pessoas têm suas próprias opiniões sobre as causas e justificativas dos problemas que vivenciam, mas demonstram constantemente contradições, principalmente quando se referem aos motivos dos problemas no mercado de trabalho local, sugerindo, por exemplo que a qualificação via educação, corrigiria as injustiças que se apresentam devido as diferenças culturais. Os entrevistados estão na perspectiva do entendimento ontológico de trabalho, e mesmo no esforço de se questionar, reproduzem o discurso da educação como antídoto, sem questionar que a educação como parte do sistema, integra e forma para o trabalho, e que é ela mesma uma forma de padronização cultural e preparação para a homogeneização, mas que nem isto lhes garante o ingresso ou a manutenção no mundo do trabalho. Percebemos que existe um discurso com base na crença na função da educação para resolver o problema da desigualdade entre trabalhadores locais e os migrantes que ocupam a vagas.

“Aí é uma questão bem mais complexa. Realmente quem vem de fora é valorizado, tem aquele mito do novo: alguém de fora, alguém melhor, mas em regra no Brasil hoje, apesar de poder haver algum preconceito no que eu vou falar, se você pegar o trabalhador do Sul e Sudeste, ele tá mais qualificado que o trabalhador do Norte e Nordeste, então você traz hoje um desempregado do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, ele consegue exercer com mais qualidade a função que a pessoa da Região Norte, Nordeste conseguiria, mas isso com o mesmo nível educacional, ambos com o primeiro grau incompleto por exemplo, mas mesmo assim existe uma diferença qualitativa no serviço. Não tô nem falando do preconceito em relação à questão de que ‘o pessoal do norte não gosta de trabalhar’ isso não tem nada a ver, mas talvez por formação cultural, educacional... Eu não sei, eu não sei, não poderia dizer qual a explicação mas o trabalhador do Sul e Sudeste ele apresenta uma produtividade melhor, senão não era disputado como é pelo empresariado, então, mas eu acredito que a educação pode solucionar esse tipo de barreira seria necessário investimento maior em educação aqui pra resolver isso, pra você suprir com mão de obra qualificada de gente da terra e não ficar somente reproduzindo os mesmos processos de trazer gente de fora...” (migrante 6 – serviço público)

Neste aspecto ao pensarmos estes processos de ocupação, no caso de Rondônia e Porto Velho, - que sempre contaram com a chegada de novos fluxos de migrantes, para os quais o trabalho é uma parte da vida social dos indivíduos – e a sua determinação para a sobrevivência e para o projeto de conquista de uma vida melhor ou de uma estabilidade econômico/financeira, passa fortemente pela socialização com os moradores locais.

Diante disso, para a população local a presença permanente de novos migrantes desencadeia mudança de comportamento em relação ao mercado de trabalho. Como consequência ocorrem transformações mais profundas, que não só a de qualificação para o trabalho, mas de toda uma socialização voltada a ele, o que é de fato uma mudança de cultura. A fala secular em relação as populações nativas da Região Norte do país sempre reproduziu a ideia da indolência, da preguiça, do calor, da comida, e a cultura do trabalho abstrato como único sentido para a vida está sendo cada vez mais internalizada e ganhando um sentido moral a medida que a modernização capitalista alcança as cidades mais distantes.

A categoria trabalho abstrato como nós a entendemos nesta pesquisa, é simplesmente “trabalho” já perfeitamente internalizada na cultura das populações do restante do país, e quando nos referimos a cada pessoa vinda das grandes cidades em especial, esta percepção e conduta diante da vida vem impregnada em cada indivíduo.

É considerando sempre como trabalho produtivo, apenas aquele produtor de mercadorias e remunerado com dinheiro. Em Porto Velho talvez essa cultura do trabalho⁸⁵ – ainda que a cidade esteja completamente inserida no circuito da produção e reprodução do capital –, levou um tempo maior para impregnar na mente e na cultura da população local, como já é para o migrante que acaba ocupando os postos de trabalho desde níveis mais simples aos mais complexos. E o migrante com a “vantagem” de que traz consigo a ideologia do trabalho de uma forma inerente a sua condição, se desloca em função do trabalho e está disposto a aceitar muitas situações para poder trabalhar, seja movido pela necessidade, ou como aparece nas falas dos migrantes qualificados: “pela oportunidade”.

Os entrevistados quando questionados compreendem e percebem a contradição de seus discursos.

“Mas isso é balela, aí você vai pro ‘mito do indígena’, ele é preguiçoso? Não, não é preguiçoso. Ele não está inserido em um sistema de acumulação de bens, ele não precisa trabalhar mais do que aquilo que trabalha, aquilo que ele trabalha é perfeitamente adequado pro sistema de vida dele, ele não precisa acumular equivalentes. Agora quando você insere as pessoas numa lógica capitalista que é ter para ser, aí você

⁸⁵ Na história recente, pós 1964, o que colocou Porto Velho em contato direto com as populações do sul e sudeste foi a abertura e pavimentação da rodovia BR 364 no período de aplicação do Projeto Polonoreste (1981- 1985). Antes deste período, a população de Porto Velho ainda era fortemente composta por populações amazônicas e mestiças que se formaram durante os dois períodos da borracha.

precisa entrar nesse ritmo frenético: trabalho, trabalho, trabalho, da acumulação de capital, de bens.” (migrante 6 – serviço público)

Entendemos que a mobilidade é determinada pelo trabalho, no movimento de expansão do capitalismo, esta mobilidade engendra em si outras peças que servirão para que ela de fato funcione, reestruturando todas as relações inclusive a dimensão da forma social⁸⁶. Como no caso desta pesquisa, percebemos a mobilidade do grupo estudado, os migrantes qualificados, com sua especificidade voltada para o mercado de trabalho no setor público. Considerando que para o estado de RO, uma burocracia estatal teria que acompanhar em volume em qualidade o crescimento econômico do período estudado (1990-2010), um dos efeitos não mensuráveis deste fluxo de migrantes é a formação de uma classe média mais delineada e com tendência a se tornar a curto prazo um grupo de poder, como atualmente é o setor produtivo agropecuário que tem a hegemonia política. Os entrevistados compreendem seu papel, ainda que não tenham clareza de toda a dimensão de mudança cultural que ele representa, talvez por que se considere sempre na condição de migrante de “estrangeiro”, e ainda que participante, mais como colaboradores que como sujeitos integrantes dos processos que implementam ou desencadeiam.

“Onde houve processo revolucionário no Brasil foi por conta da classe média, partiu da classe média, no nordeste, em Minas Gerais, primeiro e segundo reinado sempre foi a classe média” (migrante 6 – serviço público)

A classe média como burocracia sempre teve essa característica de ter tanto por um lado a qualificação e as ferramentas para fazer o funcionamento do sistema e ao mesmo tempo um certo nível de senso crítico por ser privilegiada pelo contato com o funcionamento do Estado e por consequência, com os problemas do próprio sistema. Por vezes, pode entender mais do sistema do que a elite que de fato está no comando, seja por força política ou econômica, mas é dependente da burocracia de classe média para efetivar suas ações. Por outro lado, acaba tendo também mais condições que as camadas populares para entender o funcionamento da estrutura por dentro. Em Rondônia não havia até este período essa classe média estruturada, pois sempre foi uma classe média mínima⁸⁷ necessária e sempre “importada” de fora, mas nunca na proporção de agora. Este grupo

⁸⁶ Ver Scholz, Roswitha “Forma Social e Totalidade Concreta <http://obeco.planetaclix.pt/>

⁸⁷ Conforme Oliveira (2003) Rondônia teve uma classe média burocratizada, elite do Polonoroeste anterior ao momento atual, formada pelos militares.

em períodos anteriores, em que as infraestruturas urbanas principalmente, eram muito precárias para os padrões “classe média”, encontravam muitas dificuldades em se adaptar no estado.

Consideramos como “agora”, os últimos 20 anos (ou o período de estudo), observamos e também de acordo com os entrevistados que esta situação em Rondônia difere do Acre, estado vizinho, amazônico onde são os chamados “filhos da terra” que ocupam os cargos de chefia, as secretarias, as superintendências, enquanto em Rondônia em qualquer secretaria ou órgão público encontramos servidores de fora do estado em posições de destaque.

Esta realidade vai definir a maneira como o capitalismo moderno se implementa na sociedade e se inscreve (estrutura) sobre o território rondoniense, na medida em que os interesses que vêm de fora estão impregnados nos próprios migrantes e que uma possível resistência dos locais, se fosse essa a intenção em algum momento, já estaria em desvantagem, pois os que estão no poder são a grande maioria exteriores e alheios aos processos que interessariam de fato para as “legítimas” populações locais.

Esta relação de extrema valorização do que vem de fora, em detrimento do que é nativo, ou da “tradição”, acelera em Rondônia a permissividade para a entrada de toda e qualquer novidade seja ela entendida como construtiva ou destrutiva. A violência como se deu o processo de ocupação inicial do estado e como até hoje se dá o de adequação, renovação e implantação de novas estruturas, tanto físicas quanto organizacionais, gera também inúmeros tipos de conflitos sociais, em geral abafados pelo brilho ofuscante das luzes dos shoppings centers e dos automóveis de luxo que nos últimos 10 anos passaram a circular pela cidade.

A mudança radical nos padrões urbanos: de mobilidade urbana, moradia, (e mais), mas ao mesmo tempo reproduzindo a segregação espacial por classes da grande maioria das cidades do país, são uma espécie de termômetro que utilizamos na pesquisa para ilustrar a forma como esta violência é aplicada. Violência por ser a imposição de padrões urbanos e culturais com referência forte nas regiões sul e sudeste.

O discurso da Região é utilizado para a Amazônia desde os tempos coloniais, e atualmente em Rondônia a identidade amazônica sofre pressão para que seja desfigurada. O discurso e a legislação de meio ambiente, que durante a década de 1980 se firmou, a de

1990 se constituiu como legislação federal e na década de 2000 teve um esforço de estruturação para ser implementada, acabou por ser vencida pela pressão econômica. Primeiramente do agronegócio, que aliado à política desenvolvimentista focada nas grandes obras de infraestrutura na Amazônia, nos últimos 8 anos, transformou a cidade de Porto Velho numa espécie de laboratório a céu aberto em que a construção das Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira foi o maior símbolo. O dinamismo econômico que vinha paulatinamente tomando forma, pode ser visto e sentido sem esforço, pelos moradores da área urbana do município. O que se testemunha é a modernização da cidade, mas uma modernização dentro do padrões de segregação social, enquanto altos investimentos privados são realizados no campo da construção civil, principalmente em moradias nos padrões do sudeste, as infraestruturas básicas como o saneamento, permanecem nos patamares da fundação da cidade (2,21%)⁸⁸.

Além dos impactos urbanos diretos, provocados pelos processos migratórios para a cidade, há outro ainda em maior escala, de nível federal, que provocou e ainda provocará mudanças importantes, nas cidades inclusive. A mudança na legislação ambiental – Revisão do Código Florestal, que permite agora uma maior vulnerabilização das áreas de floresta, bem como a legislação que tira do Governo Federal a responsabilidade pela fiscalização do desmatamento e a transfere para os órgão de meio ambiente dos estados – permitirá uma muito maior exploração dos recursos florestais não renováveis (leia-se madeira de floresta nativa) e a conversão de solo para a produção agropecuária⁸⁹.

Nas principais cidades mas em especial a capital do estado de RO, Porto Velho, é onde se materializa toda a transformação econômica e de modelo produtivo que se dá no território do estado. E é apenas a mão de obra do profissional qualificado que consegue suprir as necessidades institucionais, administrativas, jurídicas para que esta revolução produtiva e esta recolonização – nos moldes da modernização retardatária – que no momento se dá no território rondoniense possa se efetivar.

⁸⁸ Consultoria para obras de saneamento em Porto Velho
<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/ranking/tabela-100-cidades2014.pdf>

<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/ranking/relatorio-completo-2014.pdf> (acesso em 10.09.2014)

⁸⁹ Segundo dados do IDARON, o Rebanho bovino em Rondônia passou de 1,72 para 11,48 milhões entre 1990 e 2006. O aumento da pecuária serve como termômetro do avanço sobre as áreas naturais, e a ocupação do estado de Rondônia.

Os migrantes qualificados, até devido ao seu acesso privilegiado como burocratas, aos dados, informações, debates e ao trabalho direto na gestão destas mudanças e novas demandas, apresentam suas leituras dos fatos:

“Quanto a essa questão do cenário nacional parece que hoje tem uma inversão total em favor do supostamente pragmático, quem ‘resolve as coisas’ como se o meio ambiente não resolvesse nada. Quando alguém toma posicionamento pelo meio ambiente, ninguém acha que está resolvendo, só acham que está criando um novo problema, mas não acho que hoje existe uma nova contradição aqui em Rondônia. Esse fluxo que vem, que se estabelece, talvez ele até seja menos contraditório, por que é o fluxo que gerou o problema antes, que foi uma migração agrícola, o aspecto agrário, você tinha que vir pra desmatar e produzir no campo, quando você tem uma migração como o setor urbano... o setor urbano claro, ele adquire, consome, ele come picanha no final de semana, mas ele não vem necessariamente pra retroalimentar esse sistema agrícola, ele vem pra solucionar uma demanda do setor urbano. Precisa de novas coisas no contexto de urbanização, precisa ter mais médico, profissional que gerencia o aeroporto, o shopping, as estruturas urbanas, então é, não sei na verdade, esta estrutura urbana só existe porque houve um grande desenvolvimento agrícola, talvez aí uma resposta pra aquele paradigma do Acre... O Acre não tem interior agrícola forte, então tem menos demanda urbana, nós estamos aqui tendo uma demanda urbana que não é exclusivamente do agrícola, mas se você pegar Cacoal que hoje é a terceira cidade do estado, o sucesso econômico de Cacoal depende em grande medida não só do diamante contrabandeando, mas de lavoura familiar, então quer dizer, o interior do estado se tornou forte, elege os governadores, por causa do agrícola e o urbano vem por consequência. Tem gente com dinheiro no campo, precisa ter médico, precisa ter shopping, quem que alimenta essas lojas do shopping? Madeira, produção agrícola, boi, porque as pessoas tão comprando os produtos, tem Vivara ⁹⁰no shopping, quem compra na Vivara? O que é que Rondônia produziu de valor agregado pra trazer Vivara em troca? Repasse de verba federal via fundo de participação dos estados e municípios e o agrícola, se bem que Porto Velho se estrutura como centro de prestação de serviços né, pra todo o estado. Então não sei se existe uma contradição, acho que nós estamos ainda colhendo alguns efeitos da migração agrícola dos anos 70 e 80 (migrante 6 – serviço público)

A alienação quanto as suas funções dentro destas engrenagens é que aparecem para o grupo de migrantes qualificados como uma forma de defesa, de preservação da sua posição como indivíduo. O processo migratório serve neste sentido - quando há necessidade, ou quando é impossível encontrar explicações- para distanciá-los da realidade local, pois eles podem ‘estar’ ali, mas eles são, ‘é’, dali. Diante da dificuldade de admitir-se como mais um elemento que gera as mudanças e perpetua desigualdades de

⁹⁰ Loja de Jóias

forma (inconsciente) como peça do sistema, eles (os migrantes) procuram se justificar, justificar suas ações, ou positivar as poucas vitórias alcançadas nos anos de dedicação ao trabalho (ontologizado e positivado).

“eu não acho que é contradição porque infelizmente isso é da essência do ser humano por onde o ser humano migrou, migrou como um gafanhoto desde quando ele começou a perambular pelo planeta. Então não acho que seja uma nova contradição, se for contradição é contradição da essência humana” (migrante 6 – serviço público)

Em relação a contradições no discursos que os migrantes têm ao chegarem em Porto Velho e a mudança dele ou as contradições que vão surgindo ao longo do tempo, tanto dos entrevistados que trabalham na área de meio ambiente, quanto em geral, todos que são servidores públicos, existem os que admitem explicitamente o interesse pelo local por motivos de maiores chances de ingresso via concursos, devido a menor concorrência. Mas ao longo de suas falas surgem a vontade de “contribuir de alguma forma para o desenvolvimento da região”. Poucos tinham alguma noção do que iam de fato encontrar quando chegaram, poucos pesquisaram amplamente sobre o local.

Para a maioria, inicialmente existe a ideia de que a região seria uma terra sem lei, onde impera o coronelismo e a violência, onde há necessidade da presença do Estado, para efetivar e garantir a efetividade da lei, das políticas públicas e consequentemente da igualdade de direitos, da democracia e de todos os valores republicanos que teoricamente teriam que chegar em todo o território da nação. Todos estes conceitos acima citados fazem parte do discurso do Estado e dos governos e foram internalizados no processo de formação dos migrantes qualificados. Observo que por mais que os migrantes enquanto indivíduos não estejam verbalizando este discurso, estão praticando as ações que o legitimam. A medida que com seus trabalhos ajudam a estruturar todos os processos do Estado, nestas estruturas burocráticas, jurídicas, econômicas, estão possibilitando o seu funcionamento para que assim elas estejam mais de acordo com o que se espera, a legitimidade dentro dessas ideias republicanos de democracia, liberdade e igualdade de direitos, assim ultrapassando as barreiras culturais que possam dificultar a expansão do capitalismo, com seu discurso modernizante.

A função individual do migrante qualificado na posição de burocrata do Estado e seu poder de transformação é sempre positivado, sempre entendido por eles como contribuição para uma mudança que nem sempre têm certeza de que seja a melhor, ou que promova de fato a justiça que defendem em seus próprios discursos. A dimensão de

escala das suas ações articuladas ao contexto da reprodução do capital para fora de sua área de atuação e de seus territórios de abrangência, articulando as relações políticas e econômicas não são enxergadas.

Temos alguns exemplos claros. A segregação sócio espacial da área urbana de Porto Velho, ampliada e fortalecida na última década – está sendo observada em vários estudos recentes sobre a cidade – não é facilmente percebida como um fator consequente das mudanças gerais mas também das demandas dos próprios migrantes que chegaram impondo suas necessidades de moradia. Estas necessidades foram rapidamente respondidas pelo mercado imobiliário e da construção civil, criando a necessidade de um reaprendizado da cidade, que é a capital, e acaba por representar um reflexo do mesmo problema em relação a todo o estado com as mudanças econômicas pelas quais está passando.

Outra situação evidente é a de legalização das áreas florestais⁹¹ onde populações do município viviam desde os primeiros anos de colonização do estado, muitas comunidades ribeirinhas que habitavam as margens do Rio Madeira e de seus afluentes por gerações e hoje são tutelados pelo Estado, via órgãos de meio ambiente para que possam permanecer em suas terras. Neste processo a autonomia destes grupos fica comprometida, e em muitos casos sua sobrevivência passa a depender da relação com a cidade, as produções de subsistência passam a ser proibidas via legislação (a proibição da pesca a maior parte do ano, da caça ou do corte de madeira até para as atividades de sobrevivência) e as famílias e grupos não podem mais se reproduzir, aumentando cada vez mais a saída, principalmente dos mais jovens destas comunidades, para a busca de trabalho na área urbana de Porto Velho.⁹²

⁹¹ Comunidades ribeirinhas, RESEX, quilombolas, se por um lado, a luta pela criação de uma unidade de conservação de uso sustentável, tenha sido um processo histórico singular e importantíssimo no Brasil (as primeiras RESEX foram resultado da luta pela permanência na floresta do seringueiros do grupo de Chico Mendes no Acre) atualmente esta classificação tem aprisionado muitas outras comunidades, que também não podem abrir mão deste “direito”, pois a outra opção seria, sem a proteção do Estado, lutar independentemente com os outros grupos de interesse, madeireiros, garimpeiros, fazendeiros.

⁹² Os movimentos de avanço e de recuo na questão ambiental são constantes, desde a chegada da primeira leva de migrantes do regime militar, passando pelo período de crise dos anos 80, pelo renascimento da questão ambiental na décadas de 90 com leis e cobranças em nível nacional e mundial dos governos estaduais e federais (dificuldade de relação entre o ex presidente Lula e o ex governador Ivo Cassol neste tema), durante a efetivação das políticas realizadas pela então ministra de meio ambiente Marina Silva. Tudo ocorrendo durante períodos de crise econômica e da opção brasileira de seguir o mercado mundial, em lidar com o aumento dos juros, de investir pesado com dinheiro público nas grandes obras visando alavancar a economia. Este processo que ajudou a retomar o crescimento econômico do norte potencializou o avanço sobre as áreas naturais, bem como a mudança nos investimentos agrícolas. Rondônia registra crescimento da lavoura de soja, e antes foi do gado sobre as áreas de floresta, hoje

A outra opção das populações locais é entrar de cabeça no espírito: “o progresso chegou e eu não vou ficar de fora”. A entrada de grupos locais que antes eram de fato extrativistas, no mercado de trabalho e de consumo local e muitas vezes até nacional ou internacional, como acontece com alguns produtos, tudo isto mediado por gestões de políticas públicas ou por projetos e financiamentos de Ongs ambientalistas, empresas de cosméticos com base “sustentável” e até por financiamento de bancos ou órgãos internacionais⁹³.

Os entrevistados têm leituras do seu papel neste processo, tanto em termos de sua ação direta na vida local como agentes do Estado, quanto como cidadãos que em seu dia a dia exerce influência no modo de vida local.

“Eu acho um grande equívoco achar que quem vem de fora venha com uma tarefa messiânica altruísta salvacionista, essa ética missionária, que no final ela é totalmente hipócrita. Acho que isso é um erro. Ele [o migrante] não piora e também não melhora. O que talvez ele melhore de forma geral, por que de forma geral o cosmopolitismo é melhor do que o provincianismo, então em termos de democracia é mais saudável a diversidade do que a homogeneidade. Então, se você tem juristas, médicos, ambientalistas com uma formação de diversidade, ou seja, você tem juízes gaúchos, goianos, cariocas, nordestinos e rondonienses, isso é melhor do que ter um grupo muito homogêneo, acho que a diversidade favorece a justiça, favorece a democracia, isso é bom, mas não que pessoas venham aqui imbuídas de uma tarefa messiânica de ‘tirar esses povos isolados das trevas onde eles se encontram ou protegê-los’. Da mesma forma que é saudável, e hoje existe, o rondoniense se torna juiz federal no Rio Grande do Sul. Um exemplo interessante que eu esqueci de falar na hora que falamos de educação, em 2002 houve uma revolução nas carreiras públicas jurídicas principalmente, começaram os cursinhos preparatórios transmitidos via satélite, foi na época que eu vim, estava começando e consolidou em 2003, 2004, então hoje uma pessoa que está em qualquer rincão do Brasil, ela tem uma cidade pequena próxima que é retransmissora de um curso preparatório que tem em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, com os melhores professores. Então hoje nós temos mais pessoas desses rincões passando em concursos públicos, que é saudável, ou seja, existe uma barreira da educação, um déficit de educação, então você pode ser

chegando ao estado do Acre. A dinâmica migratória para Rondônia na década de 1990 foi lenta, durante este período houve uma tentativa de organização do estado (Planafloro) que não obteve sucesso. Os órgãos federais passavam por um período de desarticulação, não houveram concursos que incentivassem a migração qualificada, o grosso do processo começou mesmo na década de 2000, principalmente com o governo Lula. O desmatamento recuou na década de 1990, mais pelo desaquecimento da economia, que pelas políticas de preservação ambientais.

⁹³ Instituições como IEB, Fundação Ford, GTZ, que trabalham com “economia ambiental”, compensações e créditos de carbono. Além da Brasileiras como a Natura, que busca meios de valorização mercantil da floresta. Este assunto foi tratado em dissertação de mestrado recentemente apresentado por Marcos Roberto dos Santos no Depto de Geografia da USP, tratando de arranjos produtivos locais (os APLs) – “Arranjos produtivos locais e biodiversidade na Amazônia: perspectivas do APL de Fitoterápicos e Fitocosméticos e resultados das iniciativas de apoio nos municípios de Manaquiri e Barreirinha – AM”

hoje pessoas preparadas aqui passando em concursos federais, e isto é saudável! Para um rondoniense, para um acreano, sair daqui e ser juiz no Rio Grande do Sul, pode ser saudável, agora não que pessoas de fora venham pra salvar o outro, isso não. Então, sempre vai haver injustiça nesse processo de crescimento, como você disse, segmentar demais o meio urbano, não é culpa de quem vem nem de quem fica, o crescimento econômico favoreceu isso, e a sociedade não amadureceu pra tratar esse tipo de problema, tava falando antes das ciclovias né? A sociedade não acordou suficientemente tá certo? Olhar a ciclovia como uma alternativa ao ponto que em Copenhague acham que isso é vital, então, na Dinamarca acham que é vital, aqui não acham que é vital, talvez aqui as pessoas por uma série de outras questões querem ter sua moto, então ainda vai se levar um tempo pra se conscientizar que é mais importante ter uma boa ciclovia⁹⁴, um sistema de ciclovias, do que ter linha de financiamento pra motocicletas, mas se nem o Governo Federal olhou isso, reduzindo o IPI pra veículos, ao invés de criar mecanismos limpos de transporte urbano, se nem o Governo Federal olhou isso, ainda mais os governo locais aqui. (migrante 6 – serviço público)

A economia é como um elemento natural para justificar o quadro que se apresenta na cidade, a economia cresceu, então temos que suportar as consequências. A interdependência entre Estado e mercado/economia, a necessidade de dinamizá-la via investimentos públicos, aparece de forma naturalizada.

Até o ano de 2008 quando ocorreu a crise econômica no mercado financeiro dos Estados Unidos, o estado de Rondônia tinha um crescimento relativamente estável. Havia avanço sobre as áreas florestais e da agropecuária principalmente no sudeste do estado, área de expansão da fronteira agrícola, onde chegou primeiro, tanto o gado quanto a soja. Em decorrência da crise e de fatores político partidários ligados ao jogo de forças políticas no congresso e na câmara, bem como dentro do próprio Governo entre Ministério do Meio Ambiente e a Casa Civil, a opção do Estado brasileiro, via Governo Lula foi a de colocar em prática o planejamento das grandes obras, via PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), que já era vista como possibilidades devido a questão energética, e naquele momento passou a ser também uma necessidade.

⁹⁴ Há 10 anos, a cidade toda era como uma grande ciclovia, em horário de pico havia um pequeno exército de bicicletas. Apesar de não existir ciclovias, o ritmo da cidade permitia uma convivência entre, automóveis e bicicletas. A população caminhava e utilizava muitas bicicletas, ao ponto delas serem emplacada pela prefeitura. Em 10 anos elas desaparecem para dar lugar aos carros e motos, muito do que era o estilo de vida dos migrantes foi incorporado com modelo de qualidade. Hoje, como novamente está partindo dos migrantes a percepção de que ter ciclovias nas cidades é uma características de modernidade, e de visão de futuro da mobilidade urbana, retoma-se o discurso do uso das bicicletas.

Após o início da crise econômica, alguns avanços que foram alcançados principalmente durante a gestão da então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, tiveram um rápido retrocesso, culminando com sua saída do governo no mesmo ano (maio-2008).

Desde o ano de 2006 já havia sido criado o Serviço Florestal Brasileiro, que em 2007 começou a atuar. Este órgão, vai ao encontro das necessidades desenvolvimentistas pois trabalha na regulamentação do uso das florestas públicas, principalmente da concessão a empresas para a realização de desmatamentos a partir de planos de manejo⁹⁵, ou seja, o próprio governo admitindo sua falta de condições de frear o desmatamento ilegal, opta pela criação de um órgão que possa dar conta de institucionalizar e transformar em legal a então exploração ilegal de madeira na Amazônia⁹⁶. Diante do avanço do capital, o Estado faz suas opções dentro de uma lógica de “redução de danos” aplicada ao meio ambiente, pois investimentos altos para preservar as florestas e deter o avanço sobre seus povos, nunca foi prioritário. As florestas esvaziadas de população passam a ter apenas o papel de reserva de recursos naturais, na escala local as populações perdem e na escala nacional, o que restará das florestas entram na lógica do dito popular “vão-se os anéis, ficam os dedos”.

O avanço que o capitalismo globalizado produz na região está provocando uma homogeneização, mas os migrantes entrevistados ainda assim acreditam que hajam especificidades. Na gestão do Estado, pensam sobre o processo de inclusão dos estados do norte num padrão de equivalência das outras regiões, mesmo estas tendo sido colonizados muito antes e passado por processos históricos dentro do desenvolvimento do capitalismo há mais tempo.⁹⁷

⁹⁵ Observa-se que até o ano de criação do órgão não havia estudos que comprovassem o processo de restituição florestal em florestas equatoriais como a Amazônica, a maioria dos estudos foram feitos em florestas homogêneas, plantadas e com crescimento controlado. Reportagem do Aziz criticando o SFB: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/interna/0,,OI1929959-EI299,00.html>

⁹⁶ <http://www.rondoniadinamica.com/arquivo/orgao-ambientais-apresentam-como-sera-monitorada-a-exploracao-da-flona-jamari-em-rondonia,17034.shtml>

<http://www5.sipam.gov.br/content/view/712/1/>

⁹⁷ A existência dos recursos e do potencial de riqueza da Amazônia sempre conhecido e por muitas vezes houveram tentativas de integrá-la. As condições econômicas e técnicas pra isto podem não ter sido as mais eficazes, impondo limites. Mas isso não significa que ela estivesse fora do circuito macro da economia, nem que fosse como reserva de recursos naturais e de mercado, como até hoje ainda é.

“Aqui é muito diferente, é acho, eu não tenho espaço nem pra otimismo nem pra pessimismo. Então existem muitos avanços que estão acontecendo, muitos avanços em políticas públicas, em como se enxerga a cidadania, em como se busca um Estado mais operacional no sentido de eficaz, de ir aonde o cidadão está, né? todo artista não tem que ir aonde o povo está? O Estado tem que ir até onde o cidadão está, e foram feitos muitos avanços nisso, mas não existe otimismo, quer dizer é um ritmo mais ou menos lento, então existem conquistas, mas o ritmo é lento. Rondônia é um grande laboratório, um grande laboratório social, jurídico, ambiental, né? Os desafios sócio ambientais de Rondônia são diferentes de todo o resto da Amazônia, são parecidos com o MT, mas são diferentes, nós temos aqui alguns lugares de RO que são totalmente diferentes do MT em termos de condições, e sim o MT é uma Amazônia imensa, muitas vezes desconsiderado né? E aqui haveria oportunidade pra um laboratório de muitas coisas né? nós temos seringueiros, MT não tem, temos seringueiros aqui da colonização nordestina, isso torna a gente peculiar deste ponto de vista, em relação ao AM por exemplo, por que nós também temos uma influência do sul [Sul do Brasil] que o Amazonas e o Acre não têm, então aqui seria um grande laboratório, seria uma grande oportunidade pra ser aproveitada, não sei se é pensado nisso por que a gente vê hoje, o sistema político é um jogo muito voraz, se profissionalizou demais né... A política se profissionalizou, ela é uma máquina hoje muito bem azeitada, ela tem que dar resultados muito previsíveis e nessa equação o meio ambiente não fornece resultados previsíveis, retornos, lucros políticos certos né? A liquidez do meio ambiente é baixa no negócio político, então é um item a ser descartado não é? A menos que haja grandes influências para a população, tragédias, cataclismos né? Aí meio ambiente pode ser... mesmo ainda assim, com aquelas tragédias na Serra do Mar não foi feito nada né, então... mas no palco da consolidação de direitos e da consolidação da democracia existe um avanço lento, não existem grandes retrocessos, até por que a história não comporta grandes retrocessos, mas não está estagnado, avança lentamente, não é? Agora existe uma carência grande, e o poder público federal, ele tinha que agir mais nos estados menores, pra suprir certas desigualdades, e não é só agir mandando dinheiro através de fundos de repasse, né? A mão do Governo Federal precisava ser mais presente... O nosso federalismo é capenga, ele trata MG e RO do mesmo jeito ne?” (migrante 6 – serviço público)

O conhecimento da natureza e o desfrute da cultura local para parte dos migrantes é uma dificuldade, para outros uma descoberta.

“Eu sinto muita falta, eu sinto muita falta, por incrível que pareça, de natureza. Ué! mas eu tô no meio da Amazônia! Mas Amazônia não é uma natureza desfrutável. Você não tem aqui por exemplo um condominiozinho de chalé no meio da mata, aqui, ou você vai pra fazenda e tem que pôr cerca de arame farpado, contratar um peão armado pra ninguém roubar madeira, ou você fica no apartamento na cidade. A natureza não é desfrutável, então você não está perto da natureza por incrível que pareça. E aí, eu queria ir pra um lugar onde você pudesse morar perto de uma matinha, num lugar tranquilo e perto de pessoas queridas, perto de uma cidade maior né? A principal seria morar com qualidade de vida e aqui eu acredito que qualidade de vida

é uma equação muito... bastante complicada. Eu vivo bem aqui, mas muitas coisas que são importantes não estão aqui, por exemplo natureza desfrutável, acessível. Eu viajo muito pela região mas não passo quase as férias na região. Viagens nos finais de semana, feriados eu gosto de viajar pela região, por Rondônia, pelo Acre e tal, mas quando a gente tira férias mais de 10 dias por exemplo, a gente vai pra longe da Amazônia, a gente quer conhecer coisas diferentes, ou rever a família, a gente não tira férias pra ficar na região. Acho que a maioria das pessoas... é assim né? A pessoa não tira férias e fica em São Paulo, a pessoa tira férias pra ir a um lugar diferente. Ia ser um desperdício!” (migrante 6 – serviço público)

A utilização dos serviços de saúde em Porto Velho é postergada ao máximo, até o momento em que é necessário abrir mão, pois devido a dificuldade da distância, se mostra inviável fazer tratamentos médicos a 3 000km ou mais de distância. Exceto em casos específicos como o de uma entrevistada.

“Durante muito tempo, ainda hoje consulto com dentista em São Paulo, eu até tenho um dentista aqui, mas o de São Paulo é melhor, mais barato, oftalmo há alguns anos eu faço consulta aqui mas antes de eu ia no oftalmologista em São Paulo. É o serviço médico aqui é muito ruim às vezes mais caro, além de ruim, mais caro, então ainda é necessário você consultar médicos fora daqui por qualidade e preço.” (migrante 6 – serviço público)

As famílias de origem deste migrantes, como na maioria dos casos de migração, esperam o retorno deles para suas cidades.

“eles se conformam, mas ainda acreditam que eu vou voltar” (migrante 6 – serviço público)

A identificação como migrante é um processo lento e muitas vezes nunca verbalizado, ainda que de forma contraditória esteja a todo momento esta condição na vida das pessoas entrevistadas.

“Me considero migrante, me considero um migrante, mas nunca tinha parado para pensar nisso... mas meu perfil no orkut era “nômade”, eu acho que tem um pouco disso. Mas acredito que a gente deve ter afeto pelas pessoas, vínculo com as pessoas, cuidar dos lugares que a gente vive. A gente não deve ter um sentimento exacerbado de ‘essa é minha terra, nela eu morrerei’, nós somos os espíritos que podíamos ter encarnado aqui, na China, nós não temos raça, isso aqui é uma coisa temporária. Sentimento de nação não, é uma das maiores besteiras, são as bandeiras sentimentos patrióticos, territórios. Você tem que ser humanista, não nacionalista, então pra mim a raça, a procedência, a naturalidade da pessoa são detalhes pra mim. (migrante 6 – serviço público)

A grande maioria dos entrevistados não pretendem firmar raízes em Porto Velho, embora alguns entrevistados esteja já relativamente próximos da aposentadoria.

Novamente, surge um novo momento de dúvida para ser pensada e de decisão a ser resolvida, pois o migrante passa por todo o processo, as vezes de anos, mas ao final tem sempre uma identidade dividida entre o que era e o que se tornou, e esta condição o remete a identificação imediata com seus territórios de origem e de acolhida.

“se me aposentasse eu ficaria aqui se eu tivesse alguma relevância social, algum projeto social bacana pra fazer aqui, alguma razão de viver, alguma coisa muito importante, do contrário gostaria de morar perto de algumas coisas...” (migrante 6 – serviço público)

Este grupo de migrantes qualificados que formam o grupo investigado na pesquisa, como já comentamos em partes anteriores do texto, demonstram uma necessidade constante de positivação da sua condição, inclusive quando trata das perdas que tiveram no processo migratório.

“Acho que a maior perda é a sensação de não acompanhar a vida dos seus familiares queridos, de amigos muito próximos, então tenho um irmão que quando eu sai de SP tinha 3, hoje ele tem 12 anos, eu perdi muito disso né? Muito da proximidade com os amigos, mas você faz novos amigos, era necessário vir por que eu ajudo no sustento deste irmão, eu não estou perto dele, mas consigo custear a educação dele. Então, a equação no final é altamente positiva, você tem sempre alguma perda... os entes queridos que ficam pra trás são a maior perda.” (migrante 6 – serviço público)

A positivação também aparece quando se trata das estratégias de contato com suas origens, facilitada atualmente pelos meios de comunicação, principalmente a internet e pelo acesso a locomoção pelos meios aéreos, que tornam as distâncias menos assustadoras. Assim a internet dá conta tanto do contato permanente, principalmente com familiares, e também ao acesso as informações do resto do mundo e também ao consumo, o que, se não elimina, ameniza de forma considerável a sensação de isolamento.

“Em termos culturais, essa coisa de São Paulo, cinema, livro, etc, acho que hoje estas barreiras estão acabando né? você compra filmes pela internet, vê filmes na televisão e não no cinema, paciência... livros, tv por assinatura, lê jornais pela internet... É uma ilusão hoje você achar por exemplo que em São Paulo a pessoa tem mais condições de se manter bem informado, é mentira, é mentira por que ela passa às vezes duas horas dentro de um carro. É a aldeia global e esse ponto, essa é a face positiva da globalização. Não sou eu que falo, são os filósofos, aí você vai romper preconceitos, então é óbvio que com o acesso à globalização, a mulher apanha menos, a mulher sofre menos discriminação, por que quem sofre são sempre a mulheres e crianças, velhos e homossexuais, e pobre, e negros, os negros também. Então existe um grande... existe menos racismo, existe menos discriminação contra a mulher, agressão contra a mulher, homossexual, a pessoa que

tem aí uma opção ela consegue exercer essa opção não é? O idoso tem mais acesso ao cuidado, então quer dizer, só benefícios que isso nos proporciona, que a globalização proporcionou, é um processo lento que se acelera com ela. (...) Aí, você tem as culturas locais, ‘não sei quantas mil línguas estão desaparecendo’, sim, mas no final da balança você vê o que é importante, certas línguas raras que estão desaparecendo? Sem dúvida, é uma perda para humanidade em termos antropológicos? Sem dúvida, mas acho que a mulher, o homossexual, o idoso, a raça minoritária que sofria é muito pior, não é? Sim, sim, é muito pior, é sim, é sim por que... Isso é importante: a gente nasceu pra falar inglês, mandarim, português, ou ídiche? a gente nasceu pra ser digno, isso não é comprando, obviamente, com cartão de crédito, mas certamente não é apanhando, certamente não é sendo torturado, discriminado, não é? E acho que nessa hora, pra ser aviltado como em algumas culturas a gente é, o peso da globalização de deixar de falar várias línguas que se perderam em prol da dignidade do ser humano, é algo a se pensar... Então, não demonizo a globalização, não endeuso, mas não demonizo a globalização” (...) “Antes da globalização nas sociedades também não havia direito de escolha não é? a mulher crescia, como é? faziam aquela operação no clitóris da mulher e faziam usar a roupa tal, casar com quem mandassem, ia apanhar pro resto da vida, ela não ia ter opção nenhuma. Na globalização teve algumas opções erradas? Sem dúvida, sem dúvida é obvio é muito complexo isso, mas não quero dizer otimista, mas no final o saldo é positivo... Apesar de todos os problemas ambientais de capitalismo desenfreado...” (migrante 6 – serviço público)

O entrevistado introduz o tema da globalização, positivando o processo numa leitura a parte, como se a globalização não tivesse um vínculo com o desenvolvimento do capitalismo atrelado e proporcionado pelo desenvolvimento tecnológico, principalmente do setor de tecnologia da informação e da comunicação, e como se as perdas dos grupos “minoritários” fossem justificadas por uma elevação do nível geral de “civilidade” no país ou mesmo da humanidade como um todo. A maneira como entende a globalização justifica a imposição dos padrões ocidentais capitalista e patriarcais, que não permite escolhas de quem os encontra pela frente, como um processo “natural” de desenvolvimento da “humanidade”. Não há em nenhum momento dúvida sobre estes conceitos: humanidade, civilidade, justiça, igualdade. (a fala dele é bem carregada de patriarcado)

A condição econômica destes migrantes permite a eles a saída constante da cidade e do estado, mantendo um contato dentro dos limites “aceitáveis” com familiares e amigos distantes.

O conflito identitário comum aos migrantes que permanecem longos períodos distantes de seus referenciais culturais e de suas famílias é assumido em termos, pois a

maioria se considera desenraizado, cidadão do mundo, alguns sentem-se sozinhos ou isolados, mas criam estratégias de sobrevivência, que suas condições sócio econômicas lhes facilita.

Assim a construção de vínculos varia muito também, não existe uma necessidade material de estabelecer proximidade nestas relações, como existe no caso de migrantes que sofrem de escassez material. Talvez caiba aqui alguns termos usados por Haesbaert, que tem pesquisado a territorialidade de grupos de migrantes não enquadrados nos conceitos tradicionais de desterritorialização, ele usa os termos “múltiplas territorialidades” e “territorialização precária”, para tentar abarcar estas novas situações, que podemos considerar como estratégias para driblar as dificuldades que a migração acarreta a maior parte das pessoas .

Alguns entrevistados não possuem vínculos nem com os moradores locais, nem com seus espaços de vivência, suas casas, mas ao mesmo tempo a cidade das famílias de origem já não é reconhecida mais como o seu lugar, e a perspectiva de crescer profissionalmente, alçar novas posições, viver novas experiências, ou mesmo ter o privilégio de transitar pelo território nacional com trabalho garantido, se renova, é vista como um direito legítimo, pois foi alcançado a partir da meritocracia representada pelo concurso público. Um dos migrantes que mais se disse pouco vinculado a cultura do estado, casou-se com uma mulher também migrante, o que para ele é uma forma de garantir que não vá haver necessidade de criar raízes em Porto Velho, visto que ela também não deseja permanecer para sempre.

No processo migratório, um grande número de pessoas se submetem a deslocamentos, mas o próprio processo exerce como que uma “seleção natural” dos mais resistentes as dificuldades externas e subjetivas, e é sempre bom ficarmos atentos ao fato de que, dos migrantes que permanecem e lançam âncoras em seus lugares de acolhimento, apenas os bem sucedidos aparecem em muitas análise estatísticas. Os que permanecem mesmo sem se adaptar ou sem alcançar sucesso, os que retornam, os que se perdem no processo, os que adoecem, os que recomeçam novos ciclos migratórios, estes em geral são os mais difíceis de serem alcançados e muitas vezes são os que representam a face mais negativa de todo o processo de mobilização do trabalho.

Para migrantes qualificados, exatamente da mesma maneira que acontece para qualquer outra ‘categoria de migrantes’ que queiramos analisar, qualquer tipo de fracasso

é difícil de ser admitido, pois migrantes, como trabalhadores mesmo que especializados e com boas remunerações, têm que se submeter a lógica do mercado, no coletivo, ainda que queiram acreditar que suas trajetórias são individuais.

Considerações Finais

Transpor para o papel considerações que se pretendem conclusivas após um percurso de pesquisa, somente nos dá a certeza de que ainda estamos em processo de aprendizado e que a perspectiva é que ele nos acompanhe por tempo indeterminado. Vamos considerar aqui então, os passos que conseguimos realizar na direção de uma abertura de possibilidades que se mostraram possíveis para entender o nosso objeto de estudo, dentro de sua complexidade e de sua significância na totalidade interpretativa que essa sim, talvez tenha sido ambiciosa.

Em Rondônia a chegada de detentores privilegiados de condições econômicas e formação educacional/técnica e ainda, de nível social, tem como consequência o estabelecimento de relações sociais desiguais. À maneira do que foi o subjugo dos povos nativos no passado, quando a partir do uso da violência direta e institucionalizada a cultura ocidental avançou pelo território protegida pela coroa e pela cruz. Hoje, pela violência econômica, continuamos o mesmo processo, buscando a acumulação do capital a partir de fases sucessivas de exploração das terras e da expropriação de seus habitantes legítimos.

A passagem do tempo no território rondoniense e a construção das cidades que hoje se modernizam, do meio rural que se mecaniza, das estradas que são pavimentadas, da construção de hidrelétricas e com estas mudanças a chegada de novas pessoas, novas ideias, novas técnicas de construção e a dinamização social, a mudança cultural, não significam de forma alguma que vá haver mudanças na gênese dos processos de reprodução do capital, eles apenas se deslocam no espaço, buscando caminhos alternativos mais fáceis para se perpetuar.

O Estado em sua versão nacional, estadual ou municipal, são os agentes que ao longo da história recente do Brasil, criaram as condições para que a continuidade do desenvolvimento capitalista fosse se renovando, dentro de uma lógica internacional, que não menos importante, fez da ocupação de Rondônia um exemplo brasileiro recente de como garantir de forma eficaz a territorialização do capital e ainda conseguir garantir bônus político, retroalimentando o ciclo de ocupação e reprodução do capital.

Nossa tentativa nesta dissertação foi a de enxergar como dentro da lógica da mobilidade do trabalho, entendida como força motriz do desenvolvimento capitalista, um grupo de migrantes aparentemente insuspeito, são na realidade parte essencial da modernização como agentes de legitimação institucional e estrutural dos modelos de

desenvolvimento externos à dinâmica social do lugar que até então se considerava parte da Amazônia. Entendemos que hoje Rondônia configura-se muito mais na lógica de desenvolvimento econômico, e complementarmente social e cultural, dos estados do sul e sudeste, do que a uma identificação com os estados do norte, estes muito mais vinculados com a lógica da vida nas áreas florestais, e cuja dinâmica cultural e econômica apresenta-se mais como resistência a nosso ver. Ainda que, como obstáculo ao desenvolvimento no entendimento dos que olham a Amazônia apenas pelo viés desenvolvimentista.

Estes agentes da modernização, os migrantes qualificados, exercem uma função dupla de transformação para a garantia da territorialização do capital. Em primeiro lugar, entendemos que agem de forma direta, atuando nos órgãos, implementando políticas, organizando a sociedade, aplicando as leis, construindo as estruturas físicas modernas, repassando (ou impondo) conhecimentos técnicos, científicos e culturais referenciados nas suas regiões de origem, regiões metropolitanas ou já inseridas na lógica das metrópoles. Em segundo lugar, e não menos importante, exercem uma pressão social para a mudança com a sua presença e com as suas demandas como indivíduos.

A presença dos migrantes, os “de fora”, com seus padrões de exigência desconhecidos para a população local gerava todo tipo de conflitos e incômodos enquanto a relação era desproporcional e os migrantes ainda eram minoria. A mudança veio com força a partir do momento em que a minoria se torna maioria e promove um inflacionamento das demandas locais, que passam a ser exigidas em todos os aspectos para uma padronização que busca a homogeneização com as demais regiões do território nacional. Essa homogeneização nunca é completa e este conflito faz parte do processo dialético inerente a própria expansão do capital, que como um verdadeiro rolo compressor, rasga os lugares com suas lógicas, para rebatizá-los com os novos nomes da religião moderna do capital.

Assim, em termos de criação recente de novas configurações espaciais, devemos dizer que guardadas as particularidades locais, essas configurações nada apresentam de novo, são a reprodução moderna de processos antigos com novas roupagens, mas que se reafirmam como antagônicos, contraditórios e excludentes e se utilizam dos mesmos instrumentos, principalmente da violência, objetiva ou econômica para se perpetuar. E as pessoas como trabalhadoras, vendendo sua força de trabalho são as ferramentas mais importantes e eficazes desta caixa.

Bibliografia

AMARAL, Januário. *“Mata virgem: Terra Prostituta”*: Terceira Margem, S. Paulo, 2004.

BARAÚNA, Tânia – *Planejamento do desenvolvimento: da ilusão tecnocrática à realidade da práxis* – UFRO – UNIR - Núcleo de Ciências e Tecnologia Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Porto Velho -2005

BAUMFELD, Carlos Minc – *Chapitre V – Une typologie pour l’étude du rapport: paysannerie et marché de travail au Brésil*. In: *Immobilisation et mobilité: la formation du travail dans le campagnes brésiliennes* – these – Université de Paris I – Pantheon – Sorbonne – Science Economique - 1984. Pp. 57-75

BORGES, Luciana Riça Mourão – *Hidrelétricas do Madeira: Análise da Dinâmica Socioambiental no Distrito de Mutum-Paraná* – Depto de Geografia – NCT – Fund. Univ. Fed. de Rondônia – UNIR Porto Velho – RO, 2009

_____- *Políticas territoriais na fronteira: o Programa de Aceleração do Crescimento e as transformações em Rondônia no início do século XXI* – Dissertação de mestrado – FFLCH/USP. São Paulo, 2012.

BRASIL – *População e Políticas sociais no Brasil: o desafio da transição demográfica e das migrações internacionais*, publicado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Brasília, 2008

CLASTERS, Pierre – *A sociedade contra o Estado* – Cosacnaify – São Paulo, 2012

ENGELS, Friedrich – *A origem da família da propriedade privada e do Estado* – Ed Escala – São Paulo (2edição).

FRANCESCONI, L. . *Trabalho e indústria em São Paulo*. In: Ana Fani Alessandri Carlos; Ariovaldo Umbelino de Oliveira. (Org.). *Geografias de São Paulo. Representação e crise da Metrópole*. São Paulo: Contexto, 2004, v.1, p. 115-128.

FREUD, Sigmund – *O mal estar da civilização* – Cia das Letras – São Paulo, 2012.

FREY Klaus. *Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil* – in

<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>

GAUDEMAR, Jean-Paul – *Mobilidade do Trabalho e acumulação do capital* – Editorial Estampa – Portugal, 1977.

GÓES, Hércules – *A odisséia da ocupação amazônica- Rondônia Terra de Migrantes- Histórias de sucesso* – Porto Velho – RO, 1997

GRAMSCI, Antônio - *Cadernos do cárcere*, vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antônio - *Cadernos do cárcere*, vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HAESBAERT, R. - *O Mito da Desterritorialização* (6a. edição). 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LEFEBVRE, H., GOLDMANN, L. MAKARIUS – *Debate sobre o estruturalismo, uma questão de ideologia*- Ed. Documentos –São Paulo, 1968.

HEIDEMANN, Heinz Dieter–“*Migrantes e a Crise da Sociedade do Trabalho:humilhação secundária, resistência e emancipação*” - In 3º Fórum Social Mundial – Porto Alegre, janeiro de 2003 Seminário do SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes e o Grito dos Excluídos Continental, em conjunto com o Departamento de Geografia da USP, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ e o NIEM (UERJ).

HOBSBAWM, Eric – *Como mudar o mundo – Marx e o Marxismo (1840-2011)* – Cia das Letras, São Paulo, 2011.

KURZ, Robert - *A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política* - in www.exit-online.org Conferência lida no Colóquio: "Capital e Estado na América Latina", Agosto de 1994, publicado na revista Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, maio de 1995, <http://obeco.planetaclix.pt/>
 _____ - *Barbárie, migrações e guerras ordenamento mundial: para uma caracterização da situação contemporânea da sociedade mundial* – in www.exit-online.org
 _____ - *A substância do Capital – o trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização* – in www.exit-online.org
 _____ - *O colapso da modernização* - Ed. Paz e Terra – 6 edição São Paulo, 2004.

_____ - *Razão Sangrenta 20 teses contra o chamado iluminismo e os 'valores ocidentais'* – in www.exit-online.org.

LEFEBVRE, Henri – “*As condições sociais da industrialização*”, in: *Industrialisation ET Technocratie*, Paris, Armand Colin, 1949 (org. por Georges Gurvitch)

_____ – *Estructuralismo Y Politica* – Editorial La Pleyade – Buenos Aires – (1971)

_____ - *Posição: Contra os Tecnocratas* – Nova Crítica/ Ed. Documentos – 1969-

_____ - *A vida cotidiana no mundo moderno* – Ed Ática – São Paulo, 1991.

_____ - *Critique de la vie Quotidienne III* – L’Arche Editeur – Paris, 1981.

_____ - *De L’état: Le Mode di production Ètatique...*

LOURAU, René – *El Estado y el inconsciente- Ensayo de sociologia política* – Editorial Kairós – Barcelona, 1980.

MARTINS, José de Souza – “*Fronteira – A degradação do outro nos confins do humano*”, Ed. Hucitec, São Paulo, 1997.

MARTINS, José de Souza- *Migrações internas no mundo contemporâneo* in “Convivendo com o diferente: desmigração, exclusão e multiculturalismo”. S. Paulo, 2002.

_____ (org) - *Henri Lefebvre e o retorno à dialética* – Ed. Hucitec - São Paulo, 1996.

_____ - *Introdução e Cap. I O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal* in “Exclusão social e a Nova Desigualdade”– São Paulo, Ed. Paulus- 1997 – pp. 7-39.

_____ - *A sociedade vista do abismo* – Ed. Vozes – Petrópolis RJ, 2003.

MEDEIROS, Edilson Lucas de. – *Seringueiro, o desbravador da Amazônia* – Rondoforms – Porto Velho RO, 2010.

MORET, Artur de Souza & BASTOS, Wanderley Rodrigues (orgs) – *Desenvolvimento Regional em Rondônia* – Programa de mestrado em desenvolvimento regional e meio

ambiente da Universidade Federal de Rondônia – Série Publicações – Letra Capital – Rio de Janeiro, 2011.

MOTTA, Fernando C. P. & PEREIRA Luiz C. B. – *Introdução à Organização Burocrática* – 5 edição – Ed. Brasiliense – 1982

OLIVEIRA, Edson N. – *A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de – *Elegia para uma Re(li)gião* – Sudene, Nordeste, Planejamento e conflito de Classe – Paz e Terra – Rio de Janeiro – 1993.

OLIVEIRA, Jorge L. C. – *A Burocracia e o Polonoroeste em Rondônia* – Tese de doutorado - FFLCH USP – São Paulo - 2003

PASQUIS, Richard (coord) – *As Amazônias – um mosaico de visões sobre a Região* – Brasília, 2003.

PÓVOA NETO, Héliom – *Notas para uma metodologia - “Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise*. In: Experimental, vol. 1, n. 2. São Paulo, Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial do Depto. de Geografia –USP, março/ 1997.

SAES, Décio de A. – *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Ed. UNICAMP, Campinas, SP, 1998.

SANTOS, C. A - *Fronteira do Guaporé*.: Ed.Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2001.

SANTOS, Milton . “*Por uma Economia Política da Cidade*”, São Paulo – Hucitec, 1994.

_____. *A natureza do espaço*, São Paulo- EDUSP, 2002.

_____. *Técnica, Espaço, Tempo* , São Paulo – HUCITEC, 1994.

SCALABRINI, IMN – *Las politicas publicas sobre migraciones e la sociedad civil em America Latina*, NY, 2011

SCHOLZ, Roswitha. “O valor é o homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos”. In: <http://obeco.planetaclix.pt/rst1.ht>. 1992.

SCHOLZ, Roswitha – *O ser se supérfluo e a angústia da classe media - O fenômeno da exclusão e a estratificação social no capitalismo* – www.exit-online.org, 2008.

_____ - *Forma social e totalidade concreta: na urgência de um realismo dialético hoje* - www.exit-online.org 2009.

SCHRÖDER, Paulo Henrique – *Análise espaço temporal do processo de ocupação do município de Corumbiara* – RO. – Dissertação de mestrado UFSC – Florianópolis, 2008.

SILVA, R. G. C. – *Dinâmicas territoriais em Rondônia: conflitos na produção e uso do território no período de 1970 a 2010*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2010.

SOUZA, Antônio Cândido de Mello – *A família brasileira* , 1950

SUERTEGARAY, D. M. A. – *Espaço Geográfico uno e múltiplo* – Scripta Nova- Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales – Universidad de Barcelona – nº93 , Julio, 2001.

TRAGTENBERG, Maurício – *Burocracia e ideologia* – Ed UNESP – São Paulo, 2006.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

VAINER, Carlos B. – “Estado e migrações no Brasil. Anotações para uma história das políticas migratórias”. In: Travessia- Revista do Migrante – CEM- Ano XIII, n. 35,

VEBLÉN, Thorstein – *A teoria da classe ociosa* – Abril Cultural. São Paulo, 1983.

Anexos

Anexo 1 – Roteiro das Entrevistas

Questões:

- a. Nome, idade, formação profissional?
- b. Veio direto da cidade natal, ou morou em outras cidades antes de se instalar em Porto Velho?
- c. Sua família, ou seus pais migraram ou já havia realizado alguma migração enquanto você era criança?
- d. Como sua família recebeu sua decisão de migrar?
- e. Qual foi o motivo que o (a) trouxe?
- f. Você pensou em ir para outro estado/ cidade?
- g. Poderia ter sido qualquer outro lugar?
- h. Já conhecia ou tinha contato com alguém daqui antes de vir?
- i. Você fez pesquisas sobre Porto Velho para tomar a decisão de vir?
- j. Quais eram suas expectativas quanto a Rondônia e a Porto Velho?
- k. Você veio só ou com família/ companheiro (a)?
- l. Quais foram suas primeiras impressões ao chegar em Porto Velho?
- m. Como foi seu processo de adaptação?
- n. Quais foram as maiores dificuldades que você sentiu?
- o. Você veio com trabalho já definido, ou buscou aqui depois de chegar?
- p. Como foi recebido (a) pela população em geral e pelos colegas de trabalho daqui, também migrante sou locais?
- q. Quais foram suas impressões no ambiente de trabalho?
- r. Quais funções exerceu e qual a sua função atual?
- s. Pelo tipo de trabalho que você faz hoje, como você compara ao que fazia ou poderia estar fazendo em sua cidade natal?
- t. Quais as maiores dificuldades que encontrou/encontra para executar seu trabalho
- u. Você avalia de que forma sua atuação profissional em Porto Velho?
- v. Você vê diferença na sua atuação profissional em comparação com seus colegas de formação da sua cidade de origem?
- w. Em que medida você considera que a sua atuação profissional interfere na realidade local?
- x. Acredita que o que consegue realizar hoje está de acordo com as expectativas que tinha quando ao trabalho, realização profissional e pessoal?

Anexo 3

Processo de desmembramento dos municípios em Rondônia

Fonte: SEDAM, 2002